

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»



Aspecto do grande comício de amizade PCP-PSUA realizado na Amadora

A VISITA DA DELEGAÇÃO DO PSUA CONSTITUIU EXPRESSIVA MANIFESTAÇÃO DE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

O reforço ainda maior das frimas e estreitas relações já existentes entre o PSUA e o PCP foi o frutuoso resultado da visita da delegação da RDA ao nosso País, a convite do CC do PCP. Os problemas respeitantes às relações entre ambos os partidos e à sua actividade política, à situa-

ção internacional e à luta comum dos partidos comunistas e operários, foram temas abordados nas conversações entre as duas delegações, tendo a delegação do PCP exprimido «o alto esforço dos comunistas portugueses pela solidariedade activa do partido-irmão e do povo da

RDA à luta do povo português contra o fascismo e pela consolidação de um regime democrático», como se refere no comunicado comum que transcrevemos em separado.

A visita da delegação do Partido Socialista Unificado da RDA a Portugal reveste-se de um significado extremamente importante na actual situação política do nosso país. De facto, no momento em que Portugal lança os alicerces para a construção de uma sociedade democrática e se encontra a braços com a caótica situação provocada pelo fascismo é de capital importância para a vitória todo o apoio e cooperação dos países socialistas que, cumprindo o supremo dever do internacionalismo, estão dispostos a ajudar-nos desinteressadamente.

A República Democrática Alemã sempre apoiou a nossa luta contra o regime fascista, criando e estreitando laços de amizade com os comunistas e o Povo português que nem a feroz repressão a que estávamos sujeitos podíamos vencer.

Nas novas condições em que vivemos, é também uma mão amiga que da RDA nos oferecem, como o exprime bem a mensagem do presidente do Conselho de Ministros da RDA, entregue pelo camarada Hermann Axen ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, durante a audiência que foi concedida à delegação do PSUA na passada sexta-feira e cujo texto é o seguinte:

«O Governo da República Democrática Alemã aproveita a estada na República Portuguesa de uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, chefiada por Hermann Axen, membro do «Bureau» político e secretário do Comité Central do PSUA, assim como presidente da comissão política exterior da Câmara Popular da República Democrática Alemã, para reiterar a V. Ex.ª e ao Governo e Povo portugueses os protestos da sua consideração e dos seus sentimentos de amizade.

A República Democrática Alemã saudou a vitória sobre o regime fascista alcançada pelo Povo português; o curso encaminhado para mudanças democráticas, assim como as decisões e medidas tomadas e iniciadas pelo Governo Português para conceder a independência aos povos das antigas colónias portuguesas.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Democrática Alemã e Portugal correspondem muito profundamente ao anseio sentido pelos nossos povos e Estados de servir os interesses da paz, da segurança e da cooperação.

Permita-me nesta ocasião exprimir a minha convicção

de que os contactos pessoais entre representantes dirigentes dos nossos dois governos possam ser significativos e úteis.

CONT. NA PAG. 5

AFIRMAÇÃO DE AMIZADE DIRECTIVAS PARA A ACÇÃO

Os discursos pronunciados pelos camaradas Hermann Axen e Álvaro Cunhal no comício de amizade do PCP e PSUA realizado na Amadora são documentos fundamentais do actual momento político, documentos exemplares de análise marxista-leninista.

A intervenção do camarada Axen, pelo conhecimento que revela da realidade portuguesa, constitui uma bela expressão de internacionalismo proletário, uma sólida demonstração dos amplos caminhos que se abrem ao povo português libertado no seu convívio com outros povos. O repositório de experiência que através das palavras de um dirigente da República Democrática Alemã chegou até nós é também um sublinhar seguro e fraterno das afirmações concretas de solidariedade que por seu intermédio o povo alemão nos endereçou.

Por outro lado, as palavras do secretário-geral do PCP constituem importante contributo para a compreensão dos problemas e das perspectivas que hoje se colocam à nossa jovem democracia. A luta contra a sabotagem económica, a definição de uma consequente estratégia antimonopolista, a unidade do movimento sindical, a unidade das forças democráticas, a unidade popular com as Forças Armadas, o recenseamento são encareados no discurso do camarada Álvaro Cunhal de forma concreta, apontando para directrizes de acção que revelam a profunda confiança e o firme empenhamento dos comunistas portugueses na construção de um Portugal livre, pacífico e feliz.

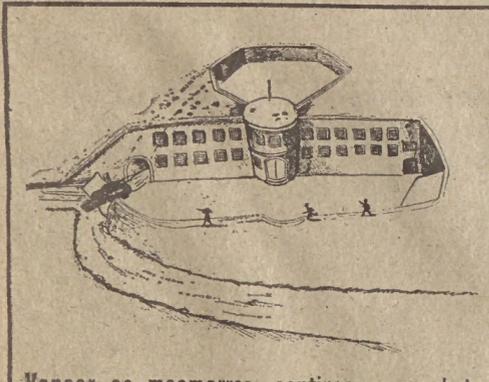


Hermann Axen



Álvaro Cunhal

(NA PAG. 6)



Vencer as masmorras, continuar o combate

A FUGA DE CAXIAS

(NA PAG. 12)

OS EMIGRANTES PORTUGUESES E A LUTA PELA DEMOCRACIA

Contactar com os trabalhadores portugueses emigrados em Paris. Significa, antes de mais nada, ir a Boulogne-Billancourt. Ai, nesses arredores de Paris, na empresa Renault, trabalham, nada mais nada menos, do que 1000 trabalhadores portugueses. No passado dia 13 o «Avante!» esteve na Renault onde falou com alguns desses 1000 trabalhadores, destacados militantes sindicais, há longos anos desenvolvendo intensa actividade na empresa em defesa dos interesses da emigração portuguesa que aí trabalha e de todos os trabalhadores.

José Nunes, candidato balhador português apertado e eleito para esse cargo na história da Renault, foi um dos muitos

com quem falámos. E além dele, também com Bernardino Quaresma, Domingos Ramos, José M. Valverde, João Santos, J. Sacramento, José Calado e outros.

Não nos interessava, porém, recolher apenas depoimentos de trabalhadores portugueses. Sobre a emigração portuguesa e os seus problemas havia também que ouvir a «voz de quem se vem dedicando há lon-

gos anos a essas questões — conhecidos militantes sindicais franceses, cuja actividade está estreitamente ligada à emigração, particularmente à emigração portuguesa. Nesse sentido, «Avante!» entrevistou os camaradas Roger Sylvain, secretário-geral do Sindicato CGT-Renault-Billancourt, e Daniel Bonnet, da direcção do mes-

CONT. NA PAG. 4

SEM RECENSEAMENTO HONESTO NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES LIVRES

O alargamento do prazo do recenseamento até 8 de Janeiro, recentemente noticiado, vem não somente corresponder a uma preocupação fundamentada do nosso Partido e de outros democratas como ainda assegura, sem dúvida, um maior controlo do processo. Tal como já alertámos

nos últimos tempos a reacção apostou no boicote ao recenseamento através de meios oportunistas e fraudulentos. Nem por isso a população desmobilizou desta tarefa popular. Em todo o País, a média de recenseados é já de um por três cidadãos e em algumas freguesias mais de me-

tade dos eleitores encontram-se recenseados. Aos boatos postos a circular por elementos reaccionários correspondeu o reforço unitário das brigadas de recenseamento que, no entanto, em alguns locais, passaram a ser recebidas com algum descontentamento. Isso sucedeu, pre-

cisamente, nas zonas onde o boato incidia sobre a proibição das brigadas. Se por um lado a recepção ao boato constitui, em si um facto negativo, na realidade a população manifesta assim a sua vigilância face a possíveis sabotagens do recenseamento. Em Lisboa o Comité Local do nosso Partido, em comunicado distribuído à população, saudava-a «pela justa compreensão revelada quanto

CONT. NA PAG. 9



A entrega do processo de legalização do PCP

O PCP FOI O PRIMEIRO PARTIDO A ENTREGAR O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO

Uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, do Secretariado do CC, Dias Lourenço, da Comissão Política, e Pedro Soares, do CC, estiveram on-

tem, 26, no Supremo Tribunal de Justiça onde fizeram entrega da documentação exigida por lei para a formação e legalização dos partidos políticos. O significado político deste acto deve ser sublinhado: sendo um marco

na vida e na história do PCP é simultaneamente um passo relevante na institucionalização da democracia portuguesa saída do movimento de 25 de Abril. O partido dos trabalha-

CONT. NA PAG. 9

Avante!
PAGINA 2
Reaccionários recenseamento e eleições

Construir uma nova política económica

A provocação da C. I. S. L. e a resposta dos trabalhadores

Reaccionários recenseamento e eleições

SERIA uma ingenuidade, que o povo português e as forças democráticas pagariam caro, supor-se que as derrotas sofridas pela reacção depois do 25 de Abril impediriam as forças que apoiaram o fascismo de proseguirem os seus esforços para fazerem regressar a Portugal a opressão. Torna-se necessário compreender que cada novo passo dado para o fortalecimento do poder democrático em Portugal correspondem adaptações da tática das forças reaccionárias, que em cada etapa é necessário analisar e combater.

Derrotada que foi a intenção de 28 de Setembro, claro se tornou que a relação de forças no nosso país, a solidez da aliança do povo com as Forças Armadas não tornavam viáveis tentativas de ataque violento ao sistema democrático que se fortalece. A reacção passou assim a recorrer à principal arma que ainda possui — o poder económico — lançando-se os grupos monopolistas e os grandes latifundiários numa acção de sabotagem económica que visa agravar as precárias condições em que o fascismo deixou o País.

A sabotagem económica tem como objectivo desmantelar a vida económica portuguesa, agravar a crise herdada do fascismo, criando assim condições para que as forças reaccionárias possam acusar a jovem democracia portuguesa por problemas económicos que elas próprias criaram — ontem no poder económico e político, hoje detentoras ainda das alavancas da economia nacional.

O aproveitamento da sabotagem económica, da crise que se pretende gerar exige contudo a criação de estruturas políticas que o possam fazer e assiste-se assim a um reagrupar de forças reaccionárias em partidos políticos em que se acotovelam ex-dirigentes do fascismo com elementos ligados ao grande capital.

Por outro lado, com o objectivo de enfraquecer o movimento popular de massas, assiste-se a um esforço intenso para tentar quebrar a unidade das forças democráticas e destas com o Movimento das Forças Armadas esforço em que desempenha importante papel a campanha anti-comunista que conta por vezes com bem estranhas complicidades. Simultaneamente pretende-se dividir o movimento sindical num esforço de deixar ao grande capital um maior controlo do seu poder económico e de roubar à luta pela democracia o decisivo contributo da organização unitária dos trabalhadores.

É neste contexto que surge o recenseamento, decisivo acto político para a institucionalização da democracia em Portugal.

O Partido Comunista Português salientou já a importância das operações de recenseamento para a seriedade e representatividade das eleições para a Assembleia Constituinte.

Um recenseamento que não seja inteiramente correcto, inteiramente enquadrado no processo de democratização, transformará as eleições numa farsa em que o povo português não pode consentir.

E, naturalmente, as forças reaccionárias têm uma palavra a dizer desde já. Senhores de numerosas posições no aparelho administrativo que um saneamento por vezes tímido não eliminou ainda, os reaccionários — nomeadamente na província — iniciaram já uma nova etapa de sua luta contra a liberdade e a paz. Brandindo toda a espécie de intimidações — nas quais representam papel fundamental as que provêm do poder económico de que ainda dispõem — lançando confusões e calúnias sobre as forças democráticas, os reaccionários preparam-se já para prejudicar gravemente as operações em que se baseará a expressão da vontade popular.

Em terras de província sabota-se o recenseamento, dizendo que os recenseados serão as primeiras vítimas «quando o fascismo voltar», destroem-se boletins de recenseamento, fazem-se provocações aos democratas que trabalham nos centros de recolha. Mais grave ainda, tudo leva a crer que alguns responsáveis ainda não saneados por autarquias locais se preparam para transportar para o novo recenseamento os cadernos-burla que o fascismo organizara para as suas encenações eleitorais.

É necessário que se tenha a clara consciência de que a sabotagem do recenseamento, a sua viciação, falseará inteiramente toda a realização das eleições, transformará eleições que se pretendem livres num acto que poderá pôr em causa a democracia e a liberdade.

O povo português tem de decidir livremente e existem condições para que o faça. O apoio do povo português às forças democráticas tem sido claramente manifestado no sufrágio quotidiano da luta pela consolidação das vitórias do 25 de Abril. Não se pode abrir agora as portas à reacção para que insidiosamente vicia a expressão de uma vontade popular que é já inequívoca.

As verdadeiras chantagens económicas a que os grandes agrários se entregam junto de populações rurais para viciarem todos os actos de expressão da vontade popular — da eleição de novos elementos para as autarquias locais até às operações de recenseamento — têm de ser tidas severamente em conta para avaliarmos a real representatividade que poderão vir a ter eleições em zonas onde a reacção e o fascismo agem ainda livremente.

A unidade das forças democráticas tem de dar na batalha do recenseamento passos decisivos para que o 25 de Abril não seja apunhalado pelas costas.

O recenseamento tem de ser, antes de tudo o mais, uma grande batalha de esclarecimento, organização e fortalecimento do movimento popular de massas que assegure não só a inteira seriedade deste primeiro passo da institucionalização da democracia, mas constitua também um novo elemento de progresso no caminho do povo para uma sociedade livre e próspera.

Um esforço dos activistas democráticos para defrontarem as manobras reaccionárias neste seu novo aspecto é preciso corresponder com medidas firmes que desde já ponham cobro ao esforço de sabotar o recenseamento e assim viciar as eleições.

Para que as próximas eleições sejam efectivamente livres, sejam a real expressão da vontade popular não basta dizer que se quer que elas sejam, tal como não são suficientes as batalhas já ganhas sobre a reacção.

É necessário redobrar de esforços ao nível das massas para esclarecer e organizar.

É necessário tomar medidas para fazer quebrar uma vez mais os dentes à reacção nas suas novas manobras, nas suas novas acções.

A democracia em Portugal não se pode construir com os inimigos da democracia. Construir-se-á sim, reforçando a unidade das forças empenhadas na construção de um País livre, reforçando a sua acção a todos os níveis.

A vontade popular tem de ter nas eleições condições para se manifestar tão livre e seriamente como teve ao aliar-se a soldados e marinheiros em 25 de Abril e em 28 de Setembro.



Construir uma nova política económica

«A democracia em Portugal não se pode construir com o capital monopolista e com os latifundiários mais lucrativos» — disse Álvaro Cunhal no comício da Amadora. E nessas palavras se realça o antagonismo principal da sociedade portuguesa na hora actual e se aponta a direcção fundamental em que se impõe ordenar a nova vida do País.

É a opção que se coloca aos portugueses para sair da situação crítica gerada por 48 anos de regime fascista e colonial — a opção que é, afinal, a da Plataforma de emergência saída do VII Congresso do PCP.

A via anti-monopolista na banca, na indústria, na agricultura e na adopção de uma política de preços e salários não é uma magiação chabolica dos comunistas portugueses para lesar os grandes detentores do capital — é a única saída para uma situação difícil, que a desenfreada exploração das classes trabalhadoras originou em exclusivo benefício de um punhado de privilegiados. Uma situação a que é imperativo pôr-se cobro antes que se precipite no caos para onde a querem empurrar os pseudosistas do antigo regime.

No desmantelamento da armadura monopolista há pontos nodais a atacar sem o que qualquer política económica progressista, virada prioritariamente para os interesses do povo, ficaria comprometida.

Um desses pontos é a banca. Na densa engrenagem das relações capitalistas, o sistema bancário é o ponto nevrálgico da economia de um país. Em Portugal, sob o fascismo, os bancos concentraram nas suas mãos capitais que exorbitam as funções normais das instituições bancárias num país capitalista e que foram manejados não em actividades produtivas que garantissem mais e melhores empregos e um nível de vida mais elevado e humano para os portugueses, mas principalmente na usura e na especulação monetária.

Em particular, nos últimos anos do regime fascista assistiu-se, em Portugal, ao aparecimento de novas instituições financeiras que se tornavam verdadeiros tentáculos de penetração e «controlo» da economia nacional, sob a forma de «Fundos de Investimento».

O «investimento» não passou, na generalidade dos casos, da aquisição de capital accionista das empresas mais lucrativas, manipulando muitos milhares de contos da pequena poupança, em especial oriunda dos emigrantes, o que permitiu, em muitos casos, assegurar o lote de acções necessário para controlar dezenas de empresas ou assegurar aos banqueiros novos e chorudos cargos nos conselhos de administração.

Este autêntico desdobramento da carteira de títulos dos bancos, sob uma capa «benévola» de colocação remuneradora da pequena poupança, adensou a rede de interesses dos monopólios, ao mesmo tempo que lhes permitiu escapar numa escala muito vasta a um «controlo» estatal. Já de si benévola e «camarada». Por exemplo, em duas destas sociedades de investimento, logo nos primeiros anos da sua fundação, foi possível criar novos lotes de acções em mais de 120 sociedades anónimas no montante de cerca de 400 000 contos.

Por outro lado, com os dinheiros da poupança e os lucros arrancados em movimentos especulativos quer no mercado bolsista — que se tornou sob o caetanismo um autêntico regabofe — quer em movimentos especulativos de toda a ordem, assistiu-se a uma súbita proliferação de sociedades imobiliárias, por vezes sem objectivos definidos, que alargaram a limites incontroláveis as fontes parasitárias de receitas do capital financeiro.

Quando, hoje, o novo Estado democrático, mesmo com as limitações sociais que lhe são próprias, pretende fazer face à crise económica e adoptar medidas que melhorem o teor de vida dos portugueses, esbarra com esta muralha imponente que anula, pela sua natureza monopolista, todas as hipóteses progressistas de uma economia orientada para os interesses do País.

Depois da nacionalização da banca emissora toda uma política financeira se impunha e se impôs. Mas, também, medidas que alterem profundamente o carácter e a estrutura do sistema bancário.

A fuga de capitais, a retração do crédito às pequenas e médias

empresas e mesmo a certas outras de maiores dimensões, que os saboteadores da economia nacional estão interessados em paralisar, e as inúmeras traquinéguas de grandes capitalistas sem escrúpulos, mostram cada vez mais que não é possível avançar sem a nacionalização da banca privada como ponto de partida para o saneamento financeiro do País.

Uma nacionalização que implique também outras medidas que assegurem de facto à banca nacionalizada a eficiência da sua intervenção nas actividades económicas vitais da nação.

A plataforma de emergência saída do VII Congresso do PCP avança e propõe algumas dessas medidas:

- 1) Papel dirigente e corrector da actividade bancária pela banca nacionalizada... Taxa preferencial de remuneração dos depósitos na banca nacionalizada... Orientação para a banca do Estado dos negócios das empresas públicas.
- 2) Controlo do Estado... Reforço do papel dos delegados do Governo e administradores por parte do Estado.
- 3) Controlo do movimento de capitais. Fiscalização e punição severa dos autores e cúmplices na fuga de capitais para o estrangeiro.

Os interesses dos trabalhadores e dos restantes sectores mais desfavorecidos da população portuguesa têm de prevalecer na condução da política económica e financeira.

Neste ângulo fundamental de interesses podem encerrar-se condições em que os detentores do capital e os possuidores da pequena e média poupança encontrem formas apropriadas e mais justas de remuneração. Da definição clara da política económica e financeira portuguesa e duma análise realista das possibilidades produtivas do País podem resultar a confiança necessária nas novas instituições democráticas e a elevação progressiva do nível de vida do povo.



A provocação da C. I. S. L. e a resposta dos trabalhadores

A longo de 48 anos de luta contra o fascismo, a classe operária portuguesa demonstrou, nas condições mais difíceis, que não se submete a tutelas de qualquer espécie. Os trabalhadores portugueses souberam enfrentar uma repressão constante e duríssima, souberam defender os seus direitos, souberam encontrar as fórmulas adequadas para impor, até ao limite do possível, as suas justas reivindicações.

Essa atitude de independência manteve-se e acentuou-se após o 25 de Abril. Destruído o Estado fascista, desmontada a engrenagem corporativa, os trabalhadores portugueses passaram a debater ampla, livre e democraticamente os seus problemas. Não será, portanto, agora que aceitarão sugestões e conselhos paternalistas que antes rejeitaram. A reacção de dezenas de sindicatos diante da realização em Portugal de um «seminário» promovido pela chamada Confederação Internacional de Sindicatos Livres — C. I. S. L. — é, assim, perfeitamente justa. A Intersindical sintetizou com clareza todas essas críticas num comunicado que foi divulgado pelos órgãos de Informação.

Em primeiro lugar é estranhável o súbito interesse que agora demonstra pelos trabalhadores portugueses uma associação sindical que nos tempos do fascismo nunca se mostrou muito preocupada com a repressão brutal que os atingia. Ao declarar publicamente que a futura lei sindical não deveria consagrar o princípio da unidade, um dirigente da C. I. S. L. revelou o verdadeiro objectivo do «seminário» que o trouxe a Portugal. O que esses senhores pretendem é ensinar a uma minoria contra-revolucionária a melhor forma de dividir os sindicatos, de quebrar a unidade entre os trabalhadores, de enfraquecer as suas organizações.

O projecto de decreto-lei sobre Associações Sindicais foi exaustivamente discutido pelos trabalhadores nos seus respectivos sindicatos. A C. I. S. L. deveria estar informada de que as suas teses não encontraram, então, a menor receptividade. O chamado pluralismo sindical foi repudiado por esmagadora maioria. Duzentos e dez sindicatos em 215 pronunciaram-se a favor da unidade e da unidade do movimento. Foi uma votação esclarecedora. Uma votação que significou uma derrota para os agistas do patronato, para os porta-vozes do capitalismo monopolista, para os defensores de interesses partidários incompatíveis com o interesse dos trabalhadores, para todos os adversários do processo democrático. Mas a C. I. S. L. insistiu.

Esse voto não pode ser ignorado. Por isso mesmo, a Intersindical,

representante legítima dos trabalhadores portugueses no seu conjunto, afirma «confiar que a lei sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa». Só dessa modo poderá ser defendida a unidade das classes trabalhadoras e fortalecida a aliança do povo com o MFA, condição essencial do avanço do processo democrático e revolucionário.

A Intersindical pretende manter com todas as confederações internacionais as melhores relações de amizade e colaboração. Mas sempre dentro dos princípios do respeito mútuo e da não ingerência. A fim de preservar totalmente a sua independência, decidiu não se fillar, por fidelidade a essa linha, em qualquer das centrais internacionais existentes. Sobre-lhe, portanto, autoridade para denunciar as inadmissíveis manobras da C. I. S. L. que configuram uma intromissão em assuntos internos do movimento sindical português. O «seminário» provocatório que acaba de se efectuar em Lisboa confirmou, pelas afirmações feitas por delegados de representatividade discutível ou nula, que o objectivo último da C. I. S. L. é a atomização do movimento sindical português através do estímulo ao plural-sindicalismo, isto é a criação de sindicatos paralelos dentro da mesma categoria profissional.

Torna-se oportuno repetir aquilo que os trabalhadores sustentaram nas suas assembleias. O movimento sindical não aceita sindicatos de partidos, opõe-se à criação de centrais partidárias impostas por interesses divisionistas que se ocultam na sombra. Os trabalhadores portugueses não querem ver reproduzido no Portugal livre e democrático o espectáculo deprimente que oferecem em dezenas de países os sindicatos concorrentes, envolvidos em batalhas partidárias, agrupados em centrais manipuladas que se chocam em lutas contrárias aos interesses das classes trabalhadoras, muitas vezes inspiradas pelo patronato e sempre estimuladas pelo imperialismo.

O nosso partido apolou sempre a posição do movimento sindical e dela não se afastará. Os comunistas podem, eventualmente, ser derrotados neste ou naquele sindicato, na defesa dos seus pontos de vista, mas nem por isso deixarão de permanecer nesses sindicatos. Aceitar a vontade da maioria quando democraticamente expressa. Colocar a uni-

dade dos trabalhadores e a unidade sindical acima de quaisquer situações circunstanciais.

Reconhecemos que muitos trabalhadores embarcam de boa-fé em manobras como a denunciada pela Intersindical. Acreditamos que uma parte dos que compareceram ao «seminário» da C. I. S. L. desconhece a natureza e os fins dessa estranha Confederação Internacional de Sindicatos Livres. Mas um motivo, portanto, para que a Intersindical tenha vindo a público para os esclarecer. E mais um motivo, também, para recordar que, a nível internacional, existe uma íntima aliança entre a C. I. S. L. e a AFL, a confederação de sindicatos manipulada pelo imperialismo americano através de factos dirigentes operários corrompidos pelas grandes empresas multinacionais. A própria imprensa dos Estados Unidos tem publicado documentos irresponsáveis sobre a profundidade da infiltração da CIA nos sindicatos AFL e sobre o trabalho desenvolvido pelo imperialismo para acentuar a luta fratricida entre os trabalhadores em países onde há três ou quatro centrais sindicais e uma infinidade de sindicatos paralelos. Não é por acaso que as siglas AFL-C. I. S. L. são quase sempre citadas juntamente, como se as duas confederações constituíssem uma unidade.

A Intersindical tem, assim, carradas de razão ao definir a atitude da C. I. S. L. como uma iniciativa que contribuiu para dificultar as relações normais do movimento sindical português com aquela confederação. O apoio caloroso que os senhores da C. I. S. L. vieram trazer à insignificantíssima minoria que procura espalhar as sementes da divisão entre os trabalhadores portugueses é um acto inamistoso que devia ser e foi combatido e denunciado como tal. A formação de mais do que um sindicato por categoria romperia a unidade magnífica da classe operária. O pluralismo sindical teria, aliás, como primeira consequência, o pluralismo de centrais sindicais, porta aberta para um caos sindical desejado pela reacção interna e externa. «Acabaríamos — como disse o camarada Álvaro Cunhal — por surgir sindicatos e sindicatos com o selo do Partido Socialista, com o selo do PPD, com o selo do MRPP, e mesmo com o selo da CUP e de outras grandes empresas.» É isso que a C. I. S. L. pretende e os trabalhadores portugueses não aceitam.

A resposta da Intersindical à provocação da C. I. S. L. interpretou correctamente os sentimentos e as aspirações das massas trabalhadoras, favoráveis à unidade do movimento sindical e à sua unidade.



A mesa que presidiu ao comício

GRANDE ENTUSIASMO NO COMÍCIO EM SILVES, CIDADE VERMELHA

Decorreu com grande entusiasmo o comício do nosso Partido, realizado em Silves na passada sexta-feira, tendo acorrido àquela localidade muitas pessoas de vários locais do Algarve. Na mesa, presentes dirigentes das organizações locais do PCP e outros destacados militantes, e também o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC e director do nosso jornal.

No uso da palavra, António Estrela, velho militante algarvio, saudou particular-



António Estrela

mente os pequenos agricultores presentes no comício e alertou-os contra os boatos anticomunistas, salientando que é precisamente o Partido Comunista Português que melhor defende os seus interesses. Referiu-se também à necessária unidade de todos os antifascistas verdadeiramente consequentes e fez um apelo a todos os que não estejam comprometidos com o fascismo e sejam a favor dos explorados e da democracia para que se inscrevam no nosso Partido.

Os problemas da construção civil foram abordados pelo operário Vítor Bentes, que chamou a atenção para os actos de sabotagem económica praticados por certos patrões algarvios neste sector. E salientou: Se a consolidação da democracia exigir sacrifícios aos trabalhadores, estes estão dispostos a faz-los, mas a grande parte dos sacrifícios deve ser exigida, em primeiro lugar, aos capitalistas, àqueles que durante tantos anos viveram à custa dos que trabalham. Os operários da construção civil lutam pelo direito ao trabalho. Os operários da construção civil dizem não ao desemprego.

O corticeiro António Duarte, antes de afirmar a determinação dos trabalhado-

res comunistas em vencerem os obstáculos que há que vencer para a instauração de uma verdadeira democracia, recordou as tradições de luta dos corticeiros de Silves, tendo afirmado: Durante os anos do fascismo e no interesse dos industriais de cortiça, Silves foi roubada da sua principal indústria e os seus trabalhadores votados a um total desprezo, com terríveis consequências económicas para a sua região. Submetidos durante longos anos a uma exploração infernal, em que as condições de trabalho eram das mais duras, desde a exploração dos menores e do braço de trabalho feminino até aos salários ridículos, os corticeiros de Silves e o seu partido nunca se dobraram às exigências fascistas e patronais.

O camarada José António, da Comissão Distrital, traçou um breve panorama da actual situação política e da posição do nosso Partido, terminando com um apelo à juventude de Silves para que saiba permanecer fiel às tradições de luta dos comunistas locais, que fizeram de Silves uma cidade vermelha, baluarte da resistência do nosso Partido.

Em nome dos trabalhadores agrícolas do concelho falou o camponês José Caxinha, que historiou a luta recente e vitoriosa para a formação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Faro. Referiu-se também aos problemas que afligem os pequenos agricultores, salientando que só a reforma agrária preconizada pelo nosso Partido os poderá resolver.

A camarada Helena Medina, da DORAA, que fez uma intervenção objectiva sobre a situação nacional e designadamente sobre o facto de o poder económico continuar nas mãos dos que antes sustentaram o regime fascista e colonial, falou da força da influência do PCP no concelho de Silves, «que tem vindo a fortalecer-se e enraizar-se cada vez mais nas massas trabalhadoras e nos camponeses do concelho. Esta influência aparece não só no número de adesões ao Partido como também na forma como é escutada e seguida a sua orientação, na forma como o povo de Silves se mobiliza rapidamente sob a orientação do Partido dos trabalhadores em todos os momentos em que é necessário. Basta citar a mobilização popular no 28 de Setembro, com a formação de piquetes noite e dia e a unidade demonstrada pela população».

No comício participou também o director do «Avante!» que falou das tradições de luta dos operários e camponeses de Silves, para abordar depois a situação actual dos países. «Nesta povoação operária importa falar do papel da classe operária, das suas responsabilidades políticas na consolidação, no alargamento e defesa das liberdades alcançadas na construção do Portugal democrático e independente, hoje aspiração maior do nosso povo. Também nesta povoação onde um grande número de camponeses têm uma difícil vida, importa ainda falar de alguns problemas actuais do campo, da política do PCP para resolver esses problemas e para melhorar as condições de vida dos camponeses.»

Fez depois considerações

sobre a situação do país, a crise económica herdada do fascismo e agravada pela atitude sabotadora de alguns grandes financeiros e latifundistas, afirmando que Portugal não poderá avançar na resolução dos seus difíceis problemas sem uma luta firme e consequente contra o poder dos monopólios na banca, na indústria, na terra.

O comício terminou com a assistência, calculada em mais de 2500 pessoas, a vitória do PCP e a entoar cânticos revolucionários e patrióticos.

HOMENAGEM A DIAS COELHO COMBATENTE DA LIBERDADE 13 ANOS APÓS A SUA MORTE

Dias Coelho mostrou na prática quanto um artista, um escritor, um homem de pensamento se pode ligar à vida e à luta do povo, sem abandonar ou sem renunciar às inclinações do seu talento — afirmou o camarada Pedro Soares, do Comité Central, em discurso proferido junto da campa do artista na passada sexta-feira, no decorrer de uma homenagem que assinalou a passagem do 13.º aniversário do seu assassinio pela polícia fascista.

O grande mérito de José Dias Coelho, disse ainda o camarada Pedro Soares, foi o de ser um artista dos homens, um eco vivo e comovido, na delicadeza do seu engenho, nas profundas, das sentidas aspirações da classe operária e do povo português.

E a terminar afirmou: Mas Dias Coelho vive. Sim, vive. Vive nas certezas do presente e do futuro, na construção deste Portugal livre, que se ergue no mundo como um país novo, feito pela mão dos operários, dos soldados, marinheiros e oficiais, que redimiram pela luta e pelo sacrifício o bom nome de Portugal.

A homenagem ao escultor comunista cobardemente assassinado pela PIDE, em 19 de Dezembro de 1961, foi da iniciativa do «comité» Dias Coelho e da célula do PCP de Alcântara, que transformaram o aniversário do seu assassinio numa Jornada de Luta Antifascista, aproveitando a data para inaugurar o novo centro de trabalho do Partido Comunista em Alcântara.

Junto à lápida que perpetua a memória deste mártir do Povo Português, cerca de

2000 pessoas, cantando canções de luta e empunhando bandeiras do PCP, deixaram cravos vermelhos, tendo depois seguido para o centro de trabalho, onde, na Sala José Dias Coelho, decorreu uma sessão de homenagem.

Na mesa, Alda Nogueira, membro suplente do CC do PCP, António Domingos e Vasco Conceição, do «comité» Dias Coelho, Carlos Durão e Mariana Rafael, do Comité Local de Lisboa, e Lubriano Costa, membro do secretariado da célula de Alcântara do PCP.

Abriu a sessão António Domingos, que recordou a força, a alegria e a firmeza do artista que dedicou a vida ao Partido Comunista e ao Povo Português, exigindo também que o assassinio de Dias Coelho não fique impune.

Interviu a seguir Mariana Rafael, a terminar, Alda Nogueira, que afirmou, nomeadamente:

DOMINGO, NO PORTO

PLENÁRIO DE AGRICULTORES PROMOVIDO PELO NOSSO PARTIDO

Promovida pelo PCP, efectua-se no domingo uma conferência destinada a agricultores, técnicos agrícolas e pessoas interessadas na resolução dos problemas agrícolas do Norte do País. A

O 18 DE JANEIRO DE 1934 COMEMORADO NA M. GRANDE

A fim de comemorar o 18 de Janeiro de 1934, data de uma histórica movimentação do operariado da Marinha Grande, vai a comissão concelhia local do nosso partido promover uma série de realizações, cujo programa é o seguinte: Dia 1 — Tarde infantil no Parque Municipal; 3 — Colóquio sobre «Educação em Portugal» no salão do Sport Império Marinhense; 4 — Sessão de esclarecimento, com Pedro Soares, na Ordem; 6 — Sessão de cinema com um filme sobre um país socialista; 11 — Teatro no Sport

OCTÁVIO PATO EXALTOU EM PORTIMÃO A LUTA DAS CONSERVEIRAS ALGARVIAS

O comício do PCP, realizado no edifício do teatro de Portimão, com a assistência de mais de 2500 pessoas, foi uma importante jornada política apesar de alguns industriais conserveiros terem tentado sabotá-la, chamando os trabalhadores às fábricas na hora da sua realização.

Falaram vários camaradas da organização local do PCP. O camarada Arlindo, da construção civil, focou a situação da sua classe, vítima da sabotagem económica de um largo sector do patronato.

A operária conserveira Maria Luisa, num improvisado cheiro de entusiasmo e vigor, falou da recente luta dos conserveiros e do seu resultado vitorioso, realçando o papel do PCP, da organização sindical e das comissões de empresa.

O camarada José Alberto Quaresma, da Comissão Concelhia do PCP, historiou a vida e acção da organização do Partido em Portimão, em particular na luta conserveira e no 28 de Setembro, ao mesmo tempo que atacou o anticomunismo, vindo agora não só da reacção como de certos falsos aliados.

Nelson, jovem comunista local, falou dos problemas da juventude, da responsabilidade que hoje cabe aos jovens na edificação de um Estado democrático e ainda da situação dos jovens trabalhadores de Portimão.

Da Comissão Distrital do PCP falou o camarada J. Viola que abordou a situação dos trabalhadores algarvios e a vigilância e participação das massas na luta contra a sabotagem económica do grande patronato.

Por fim, usou da palavra o camarada Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central, que falou da recente luta vitoriosa dos operários e

operárias das conservas em Portimão, Vila Real, Ohão e Lagos e dos perigos e ameaças que ainda pesam sobre a democracia portuguesa. Pelo seu interesse destacamos as seguintes passagens do seu discurso, saudado frequentemente pela assistência:

Liquidar os monopólios

As conquistas obtidas através da recente greve do operariado conserveiro do Algarve, nomeadamente a melhoria dos seus salários e a garantia de 24 horas semanais de trabalho, foram o resultado de uma acção unitária, de uma combativa acção, que representou um magnífico exemplo para todos os trabalhadores algarvios.

Os comunistas do Algarve, os membros do Partido Comunista Português de Portimão, assim como as direcções dos sindicatos que se esforçaram por apoiar a luta dos conserveiros, que procuraram uni-los e organizá-los, merecem todos ser igualmente saudados.

«A situação económica e financeira do país está a complicar-se e desenhando-se no horizonte crescentes dificuldades que urge enfrentar com medidas decididas. É um facto que as actuais dificuldades económicas e sociais (o desemprego, os baixos salários, a inflação e a subida dos preços) são uma

consequência dos 48 anos de ditadura fascista e são ainda o resultado do evidente agravamento da crise geral do sistema capitalista. Mas as crescentes dificuldades económicas do País são, principalmente, o resultado da sabotagem económica a que têm recorrido as forças reacionárias.

A economia do País não pode continuar a ficar dependente dos interesses egoístas de umas dúzias de grandes banqueiros. São esses grandes financeiros sem pátria, juntamente com os grandes agrários, que tudo fazem para dificultar a estabilidade económica e financeira. A estabilidade essa que é absolutamente necessária para se encaminhar o país na vida do desenvolvimento económico e social.

As recentes prisões de alguns banqueiros e outros grandes capitalistas, acusados de sabotarem a economia do País, foram um sério aviso a todos os que pensavam que podiam sabotar os interesses do País, sem que por isso tivessem de prestar contas.

As massas populares, o povo trabalhador, apoiaram calorosamente essas medidas tendentes a pôr cobro à sabotagem económica. E apoiaram todas as medidas que visam retirar aos monopólios e banqueiros o poder económico que eles acumularam à

custa da exploração e da miséria do povo trabalhador.

O anticomunismo está em pleno desenvolvimento e é hoje uma das armas principais a que recorrem todos os que procuram dificultar e sabotar o actual processo de democratização e de descolonização.

O mais curioso é que entre os que mais se encarnam contra o PCP, entre os que constantemente levantam a bandeira do anticomunismo, existem pessoas que dizem lutar pelos ideais do socialismo. Entre as palavras e os actos de certas pessoas ou organizações, existe um profundo abismo.

Mas cabe perguntar a essas pessoas ou forças políticas que se reclamam socialistas: se defendem o socialismo, então porque não lutais de forma efectiva e imediata pela liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários, e designadamente pela nacionalização dos bancos? Ou acaso o socialismo que defendeis não implica a liquidação dos monopólios?

O PCP NO CONGRESSO DO PARTIDO CONGOLÉS DO TRABALHO

Correspondendo ao convite do CC do Partido Congolés do Trabalho para a presença de uma delegação do PCP no 2.º Congresso Ordinário do PCT, que começa hoje e se prolongará até 30 de Dezembro, partiu para Brazzaville o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

NOVOS CENTROS DE TRABALHO

Correspondendo ao interesse manifestado pelas populações, o nosso Partido inaugurou recentemente os seguintes centros de trabalho local de convívio e de esclarecimento político: Beringel; Amora, Rua 5, lote 26, 1.ª-D.; Mortágua; Lavre (Montemor-o-Novo); e Afife (Casa da Ponte).



SESSÕES E COMÍCIOS

- HOJE**
- BRACA (São Martinho de Dume) — Na nova escola, às 21 e 30.
 - GUIMARÃES (Fermontes) — Na escola primária, às 21 e 30.
 - MATOSINHOS — No Centro de Trabalho, na Rua do Conde Alto, Meirim, 218, às 21 e 30.
 - PAÇOS DE FERREIRA (Ferreira) — As 20 e 30.
 - RIO TINTO — Na Cooperativa Riocoop, às 21 e 30.
 - VALBOM — Nos Briosos Valbonenses, às 21 e 30.
 - ARRONCHES — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.
 - GRANJA — Sessão de esclarecimento na colectividade, às 21.
 - LISBOA — Sessão de esclarecimento para os emigrantes, na Voz do Operário, às 21, com a presença de Sérgio Vilarigues.
 - PRAIA DA VIEIRA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
 - VISEU — Sessão de esclarecimento para emigrantes, às 21.

- AMANHÃ**
- ATOUGUEIA DA BALEIA — Sessão de cinema sobre a vida na União Soviética.
 - GONDOMAR (Fânzeres) — Café Marta, às 21 e 30.
 - GUIMARÃES (Pevidem) — Na escola primária, às 21 e 30.
 - MAIA (Nogueira da Maia) — As 21 e 30.
 - MATOSINHOS (Lavra) — Na escola primária, às 21 e 30.
 - PAÇOS DE FERREIRA — As 21.
 - PORTO — No Hospital Rodrigues Semide, às 21.
 - SEQUEIRO — No Grupo Recreativo e Cultural, às 21 e 30.
 - VILA VERDE (Prado) — Na Casa do Povo, às 21 e 30.
 - ABRANTES — Comício.
 - MONTALVAO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
 - PATAIAS — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
 - PINHEL — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
 - PORTEL — Sessão de esclarecimento na colectividade, às 21.
 - VILA NOVA DE ANÇOS — Sessão de esclarecimento, às 21.
 - POMBAL — Sessão de esclarecimento para emigrantes, às 16, com a presença de Georgete Ferreira.
 - VILA NOVA DE OURÉM — Sessão de esclarecimento para emigrantes, às 21, com a presença de Georgete Ferreira.

- DOMINGO**
- BARCELOS (Couto de Cambezes) — Na escola, às 10.
 - FERREL — Sessão de cinema sobre a vida na União Soviética, às 21 e 30.
 - GUIMARÃES (São Tiago de Cando) — Na escola primária, às 10.
 - PENICHE — As 16 e 30.
 - PERAFITA — Na escola primária, às 10.
 - AZERVEIRA (Coruche) — Sessão de esclarecimento, às 15.
 - GRANJA DO ULMEIRO — Sessão de esclarecimento, às 15.
 - GOUVEIA — Comício, às 21.
 - GUARDA — Sessão de esclarecimento para emigrantes, às 15.
 - PENICHE — Sessão de esclarecimento na Ass. de Educação Física, às 15.
 - POCARICA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
 - SÃO BENTO DE ANA LOURA (Estremoz) — Sessão de esclarecimento na colectividade, às 16.
 - SÃO BENTO DO CORTIÇO (Estremoz) — Sessão de esclarecimento, às 20.

PAVILHÃO NA «FEIRA DOS CAPÕES»

A Comissão Concelhia de Paços de Ferreira do nosso Partido, aproveitando a realização da tradicional Feira dos Capões, em Freamunde, naquele concelho, ergueu ali um pavilhão onde se expuseram vários materiais de propaganda e de esclarecimento. Tiveram grande aceitação vários documentos do nosso Partido, nomeadamente o de organização e Unidade para a Conquista duma Vida Melhor nos Campos que se esgotaram.

O «AVANTE!» NA RENAULT-BILLANCOURT EM CONTACTO COM OPERÁRIOS PORTUGUESES

GONT. DA PÁG. 1

mo Sindicato e responsável pelos problemas da emigração, cujos depoimentos publicamos também hoje nesta nossa página.

Orgulhamo-nos da nossa Comissão Sindical

— É muito útil a nossa actividade. Orgulhamo-nos da nossa Comissão Sindical. Somos sete ou oito. Criámos uma escola sindical, organizámos jornadas de estudo sobre os problemas aqui e em Portugal, campanhas de solidariedade. Estamos integrados na actividade geral dos trabalhadores franceses, mas temos contribuído com o nosso trabalho para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Isto declarou-nos Bernardino Quaresma, que logo acrescentou:

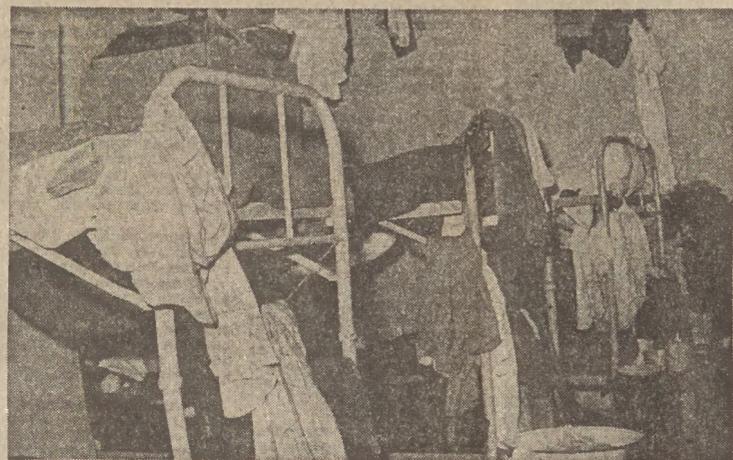
— As nossas realizações têm atraído muitos trabalhadores, sobretudo as que temos desenvolvido depois do 25 de Abril. Por exemplo, quando, a convite da Comissão Sindical Portuguesa, se deslocaram aqui à Renault o secretário de Estado da Emigração e as Brigadas do MFA, acorreram cerca de 800 trabalhadores.

A nossa conversa, que gira em torno da actividade desenvolvida pelos trabalhadores portugueses na Renault, junta-se João Santos, trabalhador algarvio que se encontra em França há cinco anos:

— Pelo que me toca não posso dizer que tenha sido muito activo até aqui. A verdade é esta: como muitos trabalhadores tinha receio, receio de não poder depois voltar um dia a Portugal. Sempre que passava a Vilar Formoso não me sentia lá muito seguro... A PIDE rondava por toda a parte, até aqui... Agora as coisas mudaram. Este Verão fui a Portugal depois do 25 de Abril. O ambiente é totalmente diferente. Toda a gente fala livremente. Antes estávamos sempre de pé atrás...

— Estou na Renault há nove anos e sindicalizei-me pouco depois de ter chegado à empresa. Foi aqui que ganhei uma consciência de classe que não tinha, foi aqui que ganhei consciência do que é um operário e da maneira como é explorado. Isto, diz-nos Domingos Sousa Ramos, que vive há dez anos em França, natural de Vila Nova de Gaia,

que passou por diversas profissões na vida: hortelão, engraxador, barbeiro, motorista...



Muitos emigrantes ainda vivem nestas condições

— Viu vantagens em se sindicalizar? — perguntámos ao Ramos.

— Sim, grandes vantagens. Não só em defesa dos meus interesses, mas, também, pelo que tenho aprendido. Foi aprendendo com os meus colegas de trabalho, com os que sabiam mais do que eu e com os

que sabiam menos do que eu. Fui reconhecendo melhor a exploração de que éramos vítimas. Há dois

aqui em França e, muito concretamente, o que se passa aqui na Renault, onde há cinco sindicatos.

países — um com regime fascista, outro com regime racista? Acaso seria aí autorizada uma ampla campanha eleitoral conduzida por alguns partidos políticos? O PCP, por exemplo?

— Eu também não posso votar, mas estou de acordo com a lei. Eu não voto, mas há uma série de patifes que também não votam. Além disso, um dia eu votarei! — acrescenta João Santos.

E DO «AVANTE!»? Que pensam dele?

— Julgo que devia falar mais da emigração, da maneira como vivem os trabalhadores portugueses no estrangeiro, dos seus problemas, para que se saiba como nós vivemos — diz Jeremónio do Sacramento, que emigrou há treze anos porque a sua profissão estava em crise — chapeleiro.

Há aqui muitos trabalhadores — diz ele — e o «Avante!» é o jornal que está mais ligado aos trabalhadores. Pois que ele escreve mais sobre nós, para que lá em baixo, em Portugal, saibam que nós estamos aqui mas estamos a pensar no que se passa na nossa terra.

Os emigrantes

fazem muita falta no País

— Penso que os emigrantes fazem muita falta no País, que um dia devem voltar para lá. É pena que neste momento ainda não haja trabalho para todos lá vivermos — diz J. Sacramento, respondendo quanto à possibilidade de um regresso, ao mesmo tempo que manifesta a sua firme convicção de que um dia haverá em Portugal condições para o regresso de todos os trabalhadores

emigrados. Por mim — disse ele — penso em voltar. Quero voltar a Portugal. Tenho necessidade disso. É esse o meu dever.

Ao deixarmos Boulogne-Billancourt, aos deixarmos praticamente um dia inteiro, no Comité de Empresa, falando com trabalhadores portugueses — alguns dos mil que ali vivem e trabalham —, foi como se deixássemos ali uma coisa muito nossa, uma coisa que, de facto, por direito nos pertence. Reconfortou-nos a certeza também expressa por J. Sacramento:

— UM DIA HAVERÁ EM PORTUGAL CONDIÇÕES PARA O REGRESSO DE TODOS OS TRABALHADORES!



Sindicalistas portugueses da Renault-Billancourt

ENTREVISTA COM UM DIRIGENTE DA CGT RESPONSÁVEL PELOS PROBLEMAS DA EMIGRAÇÃO

«AVANTE!» — Como é que o vosso sindicato segue o problema da emigração? Através de que órgãos actua?

DANIEL BONNECHER — Uma vez que na empresa de Billancourt trabalham cerca de 9 mil trabalhadores estrangeiros, os problemas de emigração são seguidos com uma atenção muito particular pelo nosso sindicato. Em primeiro lugar, procuramos que no sindicato, em todos os órgãos de direcção, estejam quadros capazes. Não apenas em relação à emigração, mas, capazes, também, como militantes sindicais, a todos os níveis: desde o Secretariado, o Bureau, o Comité Executivo até às diferentes secções.

O problema da emigração é um problema do conjunto da Direcção do Sindicato, mas, para coordenar o trabalho da emigração há uma Comissão Central de Emigração, que não é um órgão de direcção paralelo ao sindicato, mas que tem, sim, um papel de coordenação do que para nós é essencial na actividade da direcção em relação à emigração — os grupos de língua.

Actualmente, temos grupos de língua espanhola, língua portuguesa, argelina, tunisina, marroquina, o grupo africano e o grupo jugoslavo. Este último foi recentemente criado em virtude do crescimento da emigração jugoslava. Entre nós trabalham cerca de 300 jugoslavos.

O trabalho específico em relação à emigração é feito através das secções sindicais, da direcção do sindicato e dos grupos de língua.

Os grupos de língua (por exemplo o grupo de língua portuguesa) trabalham de acordo com os objectivos gerais do sindicato, em ligação com todos os outros organismos sindicais, com as secções sindicais e no interior delas. Todo o trabalho específico em relação à emigração é feito na base da língua. Os documentos, tarjetas, jornais, boletins, etc., são editados nas diferentes línguas.

O trabalho dos grupos de língua é centralizado por uma Comissão Central que assume a responsabilidade pela emigração, analisa e estuda os seus problemas. Esta comissão reúne-se mais ou menos de mês a mês.

A semana passada preparámos uma página inteira sobre a emigração na Renault para o jornal «Confédérale» (que é traduzido em 5 línguas) e que se refere às actividades dos trabalhadores emigrados na nossa empresa. Deste número, a sair em Janeiro, vai ser

feita uma difusão massiva, em cada língua, à porta da empresa.

«AVANTE!» — Uma vez que existem aqui na Renault trabalhadores de tantas nacionalidades, surge a pergunta: existem, porventura, problemas de nacionalismo entre os trabalhadores?

D. B. — Eu vejo o problema do nacionalismo de duas maneiras. Em primeiro lugar, os grupos de língua não são de modo algum um sindicato nacional. É evidente que temos de ter em conta a expressão própria, as características que os camaradas de cada país imprimem ao seu grupo. Isso não quer dizer, porém, que seja um sindicato diferente, no fundamental, do Sindicato CGT-Renault. É preciso sempre muito cuidado para não nos deixarmos levar por nacionalismo e saber, por outro lado, distinguir estes das características particulares de cada grupo nacional. Estas têm mesmo de ser levadas em conta, pois ligadas a elas estão as reivindicações de cada grupo que não podem de modo algum ser desprezadas.

Entre os diferentes grupos de língua não se tem registado quaisquer problemas graves ou dificuldades. Pelo contrário, há mesmo grande colaboração. Por exemplo, a criação, o ano passado, de um Comité de Ajuda à luta de libertação dos povos das ex-colónias portuguesas — é prova dessa colaboração e cooperação. Já depois do 25 de Abril, os trabalhadores portugueses e os trabalhadores africanos comemoraram em conjunto a independência da Guiné-Bissau com uma série de iniciativas, entre as quais uma conferência, assembleias e uma sessão de cinema com a exibição de um filme sobre a Guiné.

«AVANTE!» — O camarada participou na grande manifestação dos emigrantes de 11 de Agosto, em Lisboa. Pode-nos falar sobre a preparação dessa manifestação pelos trabalhadores da Renault e dizer-nos como viveu essa jornada em Portugal?

D. B. — Depois do 25 de Abril não tirámos mais os olhos de Portugal, interessados no que se passa no vosso país, seguindo todos os acontecimentos. Uma grande transformação se operou nos trabalhadores portugueses que trabalham aqui na Renault. Depois do 25 de Abril os portugueses sentem-se orgulhosos e felizes por serem portugueses. Não a ponto de serem agressivos, não, mas, pode-se dizer que todos eles hoje andam de cabeça e ombros bem erguidos. E isso compreende-se. Antes, quando se queriam ofender, atiravam-lhes à cara com Seltzer e o fascismo

e havia muita gente que, por vezes, não os levava a sério. Isto acontecia mesmo entre os trabalhadores franceses e estrangeiros aqui na empresa. Depois do 25 de Abril os trabalhadores portugueses ganharam uma nova dimensão. Deu-se, de facto, e não apenas aqui na Renault, uma notável transformação nos trabalhadores portugueses.

Eu estive em Portugal em Agosto e vivi a inesquecível jornada do dia 11. A manifestação foi também preparada aqui, em Paris, antes das férias. Em Julho, já os trabalhadores portugueses faziam reuniões para preparar. Muitas das faixas que desfilaram nesse dia pelas ruas de Lisboa, levadas pelos trabalhadores, foram feitas em Paris. Uma delas — aqui, na Renault. Podemos dizer que foi um trabalho de grande fôlego e para o qual foi feita uma grande propaganda, com êxito, diga-se, pois numerosas pessoas foram mobilizadas aqui e decidiram aqui, em França, participar na manifestação de Lisboa.

A nossa viagem de férias este ano a Portugal teve algo de sensacional para além da manifestação dos emigrantes. Eu parti para férias no mesmo dia em que partiu a maioria dos trabalhadores. Pelas estradas fora só se viam grupos de portugueses a confraternizar, exuberantes de alegria. Paravam à beira das estradas e faziam autênticos piqueniques. O cortejo de automóveis entre Vitória e Burgos era qualquer coisa de espantoso. Carros quase a reventar com a carga, com numerosas vinhetas coloridas coladas nos vidros, com bandeiras a flutuar. Pode dizer-se que nessas duas dias as estradas eram só dos portugueses e dos europeus politizados que iam ver também o Portugal libertado. Junto às estradas era uma permanente querem-se vivas a Portugal.

Quando chegámos à fronteira tivemos também outra surpresa — um caloroso e entusiástico acolhimento em Villar Formoso. Quanto à manifestação, em si, deixou-me uma impressão indelével de firme determinação, de alegria e entusiasmo ao mesmo tempo. Foi também surpresa para mim o entusiasmo das pessoas, sempre que passava um militar. Alguma coisa se passara, de facto. Foi uma satisfação inesquecível o ter participado nessa grandiosa manifestação dos trabalhadores portugueses. Ainda hoje parece que oigo as dezenas de milhares de vozes a gritarem em uníssono: «O povo unido jamais será vencido!»

anos que sou delegado do Sindicato-CGT. Fui eleito pelos meus colegas de trabalho. Penso que cada trabalhador se deve sindicalizar. Numa empresa em que não há sindicatos os patrões manobram como pretendem. Vejam o que se passa na Citroën. Ai, os patrões têm as mãos livres, fazem o que podem. Até mesmo quando há sindicatos, a coisa não é fácil. Os patrões procuram sempre manobrar, jogando, nesse caso, com a divisão dos sindicatos.

Como trabalhador creio que se abra caminho à reacção para que ela tenha a possibilidade de dividir o movimento sindical. Seja «lá em baixo», ou aqui, devemos explicar aos trabalhadores que os sindicatos divididos são uma arma nas mãos da reacção e do grande capital apontada contra nós. Temos de estar todos unidos.

A nossa pergunta: que pensam do voto dos emigrantes? — a resposta vem, rápida, de José M. Valverde:

— Estou há mais de cinco anos aqui. Não posso votar. Tenho muita pena. Mas estou de acordo com a lei. Acho que responde à situação. Não há condições para que todos votem. A maioria dos consulados não foi sequer saneada. Já muitos trabalhadores democratas emigrados, pensaram que, acaso seriam possíveis eleições verdadeiramente livres entre os emigrantes portugueses que vivem na África do Sul e no Brasil, por exemplo? Dois

POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO COM O PCP

Sob o lema «Por um Portugal Democrático — Com o PCP», o Partido Comunista Português está a desenvolver uma campanha de recepção e esclarecimento junto das dezenas de milhares de emigrantes que vieram a Portugal passar o Natal.

Dessa campanha faz parte a afixação de dezenas de milhares de cartazes convidando os emigrantes a dirigirem-se aos Centros de Trabalho do PCP por todo o País, a fim de se esclarecerem e de esclarecerem o Partido sobre os seus problemas e distribuição de um folheto destinado a um primeiro esclarecimento junto dos emigrantes, no intuito de desfazer alguns dos boatos que a reacção nacional e estrangeira tem lançado junto da emigração, visando em especial o PCP.

Brigadas de trabalhadores, jovens estudantes e jovens trabalhadores estiveram durante três dias (sexta, sábado e domingo) quase ininterruptamente, nas fronteiras ferroviárias (Vilar Formoso, em especial) nas fronteiras rodoviárias (Vilar Formoso, Caia, Valença, etc.) nos grandes entroncamentos ferroviários (Pampilhosa em especial, Entroncamento, etc.), nas estações de maior movimento (S. Bento, no Porto; Santa Apolónia, em Lisboa; Barreiro, etc.) e em muitas outras estações.

Nesses pontos, profusamente decorados com cartazes, panos escritos bancas de propaganda, etc., milhares de emigrantes mostraram o seu entusiasmo em colaborar com a construção da democracia em Portugal. Houve, de certo, também provas de falta de compreensão, o que mostra que a reacção é forte na sua actividade e coloca

alguns problemas de importância que devem pesar sobre a forma como decorrerão as eleições na emigração. Neste fim-de-semana houve sessões de esclarecimento no distrito de Viana do Castelo (Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Monção, Arcos de Valdevez), que mobilizaram centenas de pessoas (emigrantes ou não) e que decorreram de forma muito entusiástica. Também no Baixo Alentejo se organizaram sessões de esclarecimento com o mesmo objectivo. Este presente o camarada Pedro Soares. Em Castro Verde cerca de 2000 pessoas encheram o largo da vila, o teatro de Mértola (600 lugares) estava cheio, a Casa do Povo de Odemira (800 lugares) estava esgotada.

Hoje na Voz do Operário: Sérgio Vilariges

Hoje, às 21 horas, realiza-se no salão da Voz do Operário, uma sessão de esclarecimento-comício em que participará Sérgio Vilariges, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, assim como emigrantes da França e da RFA. Outras sessões de esclarecimento: No próximo fim-de-semana realizam-se mais as seguintes sessões de esclarecimento integradas nesta campanha: dia 28, às 16 horas, e no mesmo dia, às 21 horas, respectivamente em Pombal e em Vila Nova de Ourém, com a presença de Georgete Ferreira membro do CC do PCP; dias 27, 28, 29 e 30, em Lamego, Pinhel, Penafiel do Castelo, Viseu, Guarda, Sabugal, Vidago, Chaves, Montalegre e Boticas; dia 1, à tarde e à noite, em Moura e Serpa, com a participação de Urbano Tavares Rodrigues.

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO-GERAL DO SINDICATO CGT NA RENAULT

«Avante!» — Há muitos anos que o camarada Roger Sylvain segue de perto, e conhece, aqui na Renault, os problemas dos trabalhadores emigrados. Que nos pode dizer de sua experiência em relação aos trabalhadores portugueses? E que transformações observou na emigração portuguesa após o 25 de Abril?

Roger Sylvain — A nossa experiência na Renault com a emigração em geral e, com a emigração portuguesa, em particular, remota a 1964. Foi o ano em que vimos chegar à empresa os primeiros trabalhadores portugueses emigrados. Imediatamente nos encontramos entre esses trabalhadores, alguns deles emigrados políticos, outros, que se haviam recusado a fazer a guerra colonial, trabalhadores que, por seu lado, entraram imediatamente nas fileiras da CGT e, com os quais foi logo possível desenvolver uma actividade virada também para os trabalhadores portugueses em Portugal.

Encontrámos militantes muito corajosos. E em 1965 era preciso dar coragem para à porta da empresa, com bandeiras, apelar à solidariedade dos trabalhadores para o envio de encomendas às famílias dos presos políticos portugueses, e eles fizeram. No que diz respeito ao nosso Sindicato fizemos todos os esforços para desenvolver uma acção sindical entre os trabalhadores portugueses. Por vezes, através de formas originais, como, por exemplo, a organização de bailes pela CGT e onde lhes poderíamos falar, ganhar a sua confiança, mostrando-lhes que a sua participação na actividade sindical em França era também uma forma de ajudarem os trabalhadores do seu próprio país.

O 25 de Abril (ou, mais exactamente, o 26 e o 27), logo que foi avaliado justamente o significado dos acontecimentos que se estavam a passar em Portugal e das mudanças tão grandes que se haviam dado, provocou, como era normal, entre os trabalhadores portugueses grande interesse e entusiasmo. Mas os trabalhadores franceses não se mostraram menos interessados pelo que se passava no vosso país. Seguíam os acontecimentos por vezes com certo temor, por vezes com grande entusiasmo, conforme a sua evolução. Na CGT, posso dizer que a filiação de mais trabalhadores e a sua crescente participação nas actividades sindicais é, certamente,

o melhor barómetro para mostrar o que o 25 de Abril desencadeou na consciência dos trabalhadores portugueses, que se sentiram, pela primeira vez, verdadeiramente libertados. Com esse sentimento, essa expressão de liberdade que é fundamental no homem, sentiram que podiam agora caminhar para a conquista das suas verdadeiras aspirações, sem temores e completamente livres.

«Avante!» — Como secretário-geral do Sindicato CGT aqui na Renault, que pensa de solidariedade aos trabalhadores portugueses e das formas que pode ter essa solidariedade?

Roger Sylvain — O nosso Sindicato e a Comissão Sindical Portuguesa, que possuem uma rica experiência, vão tentar prestar toda a ajuda aos trabalhadores portugueses. Penso que é importante o facto de termos imediatamente organizado um estágio sindical para jovens portugueses sindicalizados, jovens pela idade e pela sua actividade, com o objectivo de lhes dar uma formação sindical mínima, quer para o trabalho que eles podem realizar no movimento sindical aqui em França pela defesa das reivindicações dos próprios trabalhadores portugueses emigrados quer para o trabalho que podem realizar o movimento sindical português, uma vez regressados ao País. Também a Federação dos Sindicatos da Indústria da Metalurgia criou estúdios para os trabalhadores portugueses em França e recebeu, recentemente, durante 15 dias, sindicalistas portugueses de metalurgia, que seguiram um estágio de formação sindical aqui em França.

A eficácia da nossa ajuda dependerá do que pudermos fazer para conceder o máximo de meios para a propaganda, a fim de elevarmos o nível de confiança dos trabalhadores, e, também, da acção que desenvolver o Comité de Empresa, da sua actividade cultural, assim como, no plano sindical, dos esforços que fizermos para a formação de quadros.

«Avante!» — O movimento sindical português, que é uma das grandes vitórias da classe operária de Portugal, e cuja história anterior ao 25 de Abril, está a ser um dos alvos preferidos da reacção, que não cessa de ensaiar manobras para o dividir. Possuindo os camaradas franceses a sua experiência neste campo, que nos poderia dizer o camarada Roger Sylvain a este respeito?

Roger Sylvain — No que respeita à unidade sindical, nós, trabalhadores, temos em França, o que é uma particularidade, mas, ao mesmo tempo, também um grande obstáculo — acumulamos juntamente com a luta reivindicativa uma experiência de divisão sindical.

A divisão sindical foi introduzida em França nos fins de 1920 pela reacção, não com muito sucesso, na tentativa, nessa época, de tentar dividir os trabalhadores católicos dos trabalhadores não católicos. Mas, em contrapartida, em 1947, sob a pressão do imperialismo americano, a burguesia francesa conseguiu, de facto, dividir em França os melhores trabalhadores militantes do movimento sindical, procurando organizá-los segundo as suas ideias, segundo eram comunistas ou não, chegado, assim, à criação da «Force Ouvrière». Se, globalmente, a burguesia francesa fracassou em relação à CGT, organização sindical de classe e de massas, e que sempre foi e continua a afirmar-se como a maior organização de trabalhadores em França, ela teve no entanto alguns êxitos nessa divisão (como por exemplo, através disso, com a formação da «Force Ouvrière») que são muito negativos para a eficácia da luta reivindicativa.

E a partir da nossa experiência francesa, nós pensamos, como qualquer outra pessoa, que o trabalhador, qualquer que seja a sua concepção religiosa ou filosófica, não deve permitir que o movimento sindical se divida. Porque é de todo o interesse para o trabalhador, qualquer que seja o regime social em que ele viva, a existência dum movimento sindical solidamente unido capaz de defender convenientemente as suas reivindicações.

Tudo o que possa ser dito e apareça a pretender mobilizar os trabalhadores para os organizar sindicalmente a partir das suas concepções políticas ou religiosas deve ser rapidamente combatido, porque é extremamente prejudicial. Em França, nós conhecemos essa experiência, sabemos quantos esforços não têm sido necessários para ultrapassar essa divisão. E os esforços que somos obrigados a desenvolver para vencer os efeitos da divisão sindical em França, são esforços roubados ao nosso ataque, à nossa luta comum contra os patrões e a sua exploração.



A nossa enviada especial falando com Roger Sylvain

CAMARADAS DA RDA NO NOSSO PAÍS

CONT. DA PÁG. 1

Rogo a Vossa Excelência que aceite os melhores cumprimentos pela vossa notável actividade à frente do Governo Português por um Portugal antifascista e democrático, assim como pela prosperidade pessoal de Vossa Excelência.

O brigadeiro Vasco Gonçalves, ao agradecer a mensagem, solicitou que as suas palavras fossem transmitidas ao presidente do Conselho de Ministros da RDA com os votos pela continuidade da qual o país no caminho da prosperidade do seu povo é aludido ao que para ele re-

lações entre a RDA e Portugal já também expresso pelo Presidente da República, general Costa Gomes, num amigável encontro realizado no mesmo dia, ao princípio da tarde.

Os camaradas da RDA entre operários portugueses

«Chezamos de um país que também sofreu o fascismo e está agora na via democrática» — declarou o camarada Hermann Axen ao saudar os trabalhadores da Covina, quando a sua delegação visitou aquela fábrica no pas-

Referindo-se à nova situação em Portugal, o camarada Axen expressou o profundo interesse com o povo do seu país acompanha o desenrolar dos acontecimentos e a luta dos trabalhadores portugueses, pois também ele teve de fazer grandes sacrifícios para se libertar do jugo fascista.

Com a assistência e apoio da União Soviética foi derrotado o perigo do fascismo no Mundo — salientou a dada altura, sublinhando que foi a ajuda de todos os países socialistas que tornou possível a vitória da RDA. E a terminar afirmou: «Falamos línguas diferen-

e Pina saudaram a delegação do PSUA expressando a firme decisão dos trabalhadores portugueses, tal como o fizeram os heróicos camaradas alemães, lutar lado a lado com todas as forças progressistas para que o fascismo não volte mais à nossa terra.

Durante a visita pelas diversas secções da fábrica os visitantes tiveram oportunidade de contactar, directamente, com os trabalhadores, inteirando-se das suas condições de trabalho e de vida, aproveitando também para dar a conhecer alguns aspectos da situação na RDA, nomeadamente sobre as condições de trabalho, a assistência médica gratuita, a situação da mulher — a quem é reconhecida a igualdade de direitos na vida social — a protecção à infância — 2/3 das crianças alemãs frequentam jardins infantis pagos pelo Estado, o direito à habitação, etc. Os operários da Covina, que ouviam atentamente estes esclarecimentos, não puderam deixar de comentar «que assim valia a pena trabalhar», «que é um país desses que nós temos de construir».

A visita terminou com um almoço de confraternização na cantina da empresa, findo o qual o chefe da delegação alemã ofereceu algumas recordações à célula do PCP da Covina, destacando-se uma tapeçaria com a figura do dirigente operário alemão Ernst Thälmann, assassinado pelos nazis, símbolo vivo da heróica luta dos trabalhadores de todo o Mundo pela construção de uma sociedade onde não existe a exploração do homem pelo homem. Ao deixar todos os sucessos para a luta dos trabalhadores portugueses, o camarada Axen chamou a atenção para a importância da unidade de todas as forças progressistas, como condição essencial da vitória, e reafirmou que o povo da RDA está ao lado do nosso povo, que admira e em cuja vitória confia.

Por seu turno, os trabalhadores da Covina ofereceram a delegação alemã uma recordação cujo valor simbólico reside no facto de ser

de Imprensa dada pelos membros da delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática. Ao iniciar a conferência, o

ta pelo Movimento das Forças Armadas e por um amplo movimento democrático popular no dia 25 de Abril. O nosso povo, que também

«As tradicionais relações amistosas entre os dois partidos já criaram bases sólidas no plano do comunismo internacional. Prevê-se a intensificação de intercâmbio mútuo de delegações para se falar de questões importantes para ambos, intercâmbio de professores, de jornalistas, etc.»

Sobre o desenvolvimento das relações entre os dois países, o destacado dirigente político alemão sublinhou o desejo de a RDA em manter relações íntimas e amistosas com Portugal, intensificando a colaboração e intercâmbio a todos os níveis entre os dois povos.

Relativamente ao contributo que a RDA e Portugal poderão prestar aos trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, Hermann Axen respondeu que a experiência e luta de dois países que se libertaram do fascismo constituiriam, sem dúvida, um reforço para a actual viragem na situação internacional, favorável ao desanuviamento na Europa e no Mundo, impondo-se aos dois partidos irmãos a importante tarefa comum de intensificar e reforçar a luta pelo prosseguimento da aplicação dos princípios da coexistência pacífica entre os Estados.

Respondendo ainda a perguntas relativas à ajuda prestada pela RDA aos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, referindo o apoio que, desde o início da luta armada o seu país e o seu partido deram a esses movimentos.

Além do chefe da delegação estiveram também presentes na conferência de Imprensa os camaradas Joachim Hermann, membro suplente da comissão política e director do «Neues Deutschland»; Ernst Otto Schwabe, director da revista «Horizont»; e Egon Winkelmann, do departamento internacional do Comité Central do PSUA.

Encontro com trabalhadores rurais

No seguimento dos contactos com os trabalhadores portugueses, a delegação da RDA esteve no dia 19 em Alpiarça onde se encontrou com trabalhadores rurais, intel-



Com o Primeiro-Ministro

presenta, como engenheiro que é, o expressivo símbolo nacional da RDA — o compasso e o martelo — e a excepcional craveira da tecnologia alemã.

O desejo de estreitar as re-

sado dia 20 onde foi acolhido, à entrada, por um numeroso grupo de trabalhadores que quiseram expressar de viva voz a alegria que sentiam em receber os camaradas da RDA.

tes mas temos as mesmas ideias. Estamos ao lado do Povo português na luta pelo progresso e pela paz.

Em nome dos trabalhadores da célula do PCP da Covina, os camaradas Frasão



Com o Presidente da República

fruto do trabalho das suas mãos proletárias com que pretendiam transmitir a profunda amizade que sentem pela RDA.

As forças progressistas do Mundo inteiro apoiam o rumo escolhido por Portugal

O desenvolvimento das relações entre a RDA e Portugal, o reforço da amizade do PSUA com o PCP, o interesse das forças progressistas mundiais pela actual situação portuguesa, a participação dos dois países na próxima Conferência dos Estados sobre a Segurança e Cooperação na Europa foram temas tratados na conferência

chefa da delegação, camarada Hermann Axen, membro da comissão política e do secretariado do Comité Central do PSUA e presidente da comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara Popular, proferiu a seguinte declaração: «Senhores e senhores, Caros amigos e camaradas, Como sabem, a nossa delegação está no novo Portugal a convite do Partido Comunista Português. Aceitamos com muito prazer este convite. Os comunistas alemães e portugueses estão ligados há décadas por tradições revolucionárias.

Mas agora é a primeira vez que temos a oportunidade de saudar o heróico Partido Comunista Português no próprio País. O nosso objectivo consiste em levar a cabo uma troca de opiniões fraternal com o Comité Central do nosso partido irmão e, desenvolver a cooperação entre ambos os partidos.

A este fim serviram também as conversações com o camarada Alvaro Cunhal e

sofreu uma ditadura fascista durante doze anos, fez grandes sacrifícios e, entrou no caminho de um futuro democrático.

E sob o aspecto daquelas experiências que observamos, com grande atenção e simpatia, os avanços no caminho da democracia em Portugal, assim como o processo de descolonização realizado consequentemente pelo Governo Provisório.

Embora estejamos no seu lindo país só há dois dias, sentimos bem claras estas mudanças, como por exemplo durante o encontro com operários da fábrica de vidros da Covina. O rumo escolhido por Portugal corresponde às tendências fundamentais do desenvolvimento europeu e mundial, caracterizadas pelo avanço contínuo das forças da Paz, da Democracia e do Progresso Social.

A R. D. A. socialista deseja relações íntimas e amistosas com o Portugal democrático, que correspondam à aspiração de cooperação na base de

COMUNICADO CONJUNTO PCP-PSUA

É o seguinte o texto do comunicado conjunto do PSUA e do PCP acerca da visita dos camaradas alemães:

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 18 a 22 de Dezembro de 1974, uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, dirigida pelo camarada Hermann Axen, membro da comissão política e secretário do Comité Central do Partido. Da delegação também faziam parte Joachim Hermann, membro suplente da comissão política do Comité Central, Egon Winkelmann, vice-director do departamento internacional do Comité Central, Manfred Uschner, director-adjunto do departamento do CC, Ernst Otto Schwabe, redactor-chefe do semanário «Horizont», e Walter Brunner, colaborador do departamento internacional do Comité Central.

A delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha teve uma ampla troca de impressões e experiências com uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo secretário-geral do Partido, camarada Alvaro Cunhal, e da qual faziam também parte os camaradas Joaquim Gomes, membro do secretariado e da comissão política do Comité Central, Dias Lourenço, membro da comissão política e director do «Avante!», Carlos Costa e Jaime Serra, da comissão política, Georgette Ferreira, do Comité Central, Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central, e Helena Costa, da secção internacional do Comité Central.

As conversações decorreram num ambiente de sincera amizade e fraternal camaradagem, e houve pleno acordo acerca dos problemas tratados.

Durante a sua visita, a delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha teve oportunidade de tomar conhecimento directo da actividade do Partido Comunista Português e dos êxitos do Povo Português na luta pelo esta-

belecimento de uma ordem democrática em Portugal. A delegação do PSUA teve encontros cordiais com militantes do PCP, com operários e camponeses, intelectuais e jovens. Nesses encontros foram postos em destaque os laços fraternais e as estreitas relações existentes entre os dois partidos e ambos os povos.

Nas conversações entre as duas delegações foram abordados problemas respeitantes às relações entre ambos os partidos e à sua actividade política, à situação internacional e à luta comum dos partidos comunistas e operários.

A delegação do Partido Comunista Português deu uma ampla informação sobre a situação política nacional após o derrubamento da ditadura fascista, a 25 de Abril, pelo Movimento das Forças Armadas, culminando a longa e heróica luta do Povo Português. O PCP destacou o papel que, na conquista e consolidação das liberdades democráticas, têm tido a unidade e a acção das massas populares e a sua aliança com as Forças Armadas. Sublinhou também o importante papel que, na vitória sobre o fascismo, coube à luta dos movimentos de libertação dos povos das colónias portuguesas, bem como à solidariedade internacional.

A delegação do PCP deu também uma informação sobre a actividade que está sendo desenvolvida pelo Partido para a aplicação das resoluções do seu Congresso Extraordinário de Outubro último, visando o reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, a defesa da estabilidade económica e financeira com vistas ao desenvolvimento, e o prosseguimento da descolonização.

A delegação do PCP exprimiu o alto apreço dos comunistas portugueses pela solidariedade activa do partido irmão e do povo da RDA à luta do Povo Português contra o fascismo e pela consolidação de um regime democrático.

A delegação do PSUA congratulou-se com as conquistas históricas do Povo Português e o fim da guerra colonial e os grandes passos dados no caminho da descolonização com a plena independência e soberania da Guiné-Bissau e os progressos nesse sentido dos povos de Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde. A delegação do PSUA manifestou a sua total solidariedade às forças democráticas e progressistas portuguesas, prestando homenagem à luta do PCP pela unidade das forças democráticas e pelo reforço da aliança do movimento popular com o MFA.

A delegação do CC do PSUA apresentou uma ampla informação sobre os grandes êxitos dos trabalhadores da

RDA para o cumprimento das decisões do 8.º Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha e sobre as múltiplas realizações comemorativas do 25.º aniversário da RDA e a próxima comemoração do 30.º aniversário da libertação do fascismo hitleriano. A delegação sublinhou que a fase de construção da sociedade socialista desenvolvida, iniciada no 8.º Congresso do Partido Socialista Unificado, levou à consolidação da posição da RDA dentro da comunidade socialista, ao reforço da fraternidade com a URSS em todos os campos da vida social e ao fortalecimento da posição internacional da RDA. As duas delegações sublinharam que a constante elevação do nível de vida cultural e material dos trabalhadores, o desenvolvimento económico sem crises e dinâmico, a estabilidade de preços e a segurança social, bem como a existência de uma democracia socialista ampla na RDA, contrastam com a crise profunda, a inflação, o aumento dos preços e a insegurança social nos Estados capitalistas, e exprimem a superioridade da ordem social socialista sobre o capitalismo. Esta superioridade é claramente evidenciada pelas conquistas do socialismo na RDA e nos outros Estados da comunidade socialista, e pela construção das bases técnicas e materiais do comunismo na URSS.

A delegação do PCP prestou homenagem aos sucessos na construção do socialismo, alcançados pela RDA nos 25 anos decorridos desde a sua fundação, sucessos que são também contribuições à luta da classe operária internacional. Destacou igualmente a acção da RDA para a consolidação da paz e da segurança na Europa e no mundo, assim como o seu apoio consequente aos povos que lutam contra a agressão imperialista, a reacção, o fascismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

As delegações do Partido Socialista Unificado da Alemanha e do Partido Comunista Português saudam a actual viragem na situação internacional, favorável ao desanuviamento na Europa e no mundo, e que é em medida decisiva produto da política de paz da URSS e da comunidade dos Estados socialistas, da luta dos partidos comunistas e de todas as forças democráticas e de paz de todo o mundo.

As delegações de ambos os partidos declaram considerar a luta pelo prosseguimento da aplicação dos princípios da coexistência pacífica às relações entre Estados com regime social e político diferente como uma das tarefas comuns mais importantes dos partidos irmãos.

As duas delegações manifestam a sua preocupação e

as actividades das forças imperialistas e reacçãoárias, e sublinham que é necessário tornar irreversível o actual processo de desanuviamento. Isto exige esforços mais intensos dos povos amantes da paz, para o estabelecimento de uma ampla frente de defesa e consolidação da paz.

Ambos os partidos se pronunciaram pela necessidade de fazer avançar rapidamente os trabalhos da Conferência dos Estados sobre a Segurança e Cooperação na Europa, até à sua conclusão positiva e ao mais alto nível, combatendo as manobras das forças hostis à segurança que prejudicam essa conferência com a apresentação de exigências infundadas. Os dois partidos expressam a opinião de que é actualmente o possível e necessário agir no sentido de reforçar e alargar o desanuviamento aos outros continentes.

Os dois partidos apreciaram positivamente a evolução das relações estatais entre a RDA e Portugal, depois do estabelecimento de relações diplomáticas, e manifestaram-se pelo incremento da colaboração entre os dois Estados, com base nos princípios da coexistência pacífica, no interesse da paz e em benefício de ambos os povos.

As delegações do PSUA e do PCP destacam a solidariedade firme dos seus partidos para com todos os povos em luta contra o imperialismo, pela independência nacional e pelo progresso social. Refirmam o seu total apoio ao povo vietnamês, bem como aos povos do Laos e do Camboja, pronunciando-se pelo cumprimento e aplicação rigorosos e sem demora dos acordos de Paris. Continuarão a apoiar a luta dos povos árabes, o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, o que implica a retirada das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados em 1967, e a salvaguarda dos legítimos direitos do povo da Palestina. Exigem o fim da intervenção estrangeira e a garantia da plena soberania e integridade territorial de Chipre.

Manifestam a sua solidariedade firme e total à luta do povo de Espanha pela liberdade e a democracia.

Continuarão a participar activamente no movimento internacional de solidariedade para com a luta antifascista do povo chileno. Estão firmemente ao lado de todos os povos latino-americanos, oprimidos pelo imperialismo. Exigem que cesse a perseguição aos patriotas chilenos e uruguaios, reclamando especialmente a libertação dos camaradas Luís Corvallán, Rodney Arismendi e todos os outros presos políticos.

Expressam também a sua solidariedade aos povos africanos em luta contra o ra-

cismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

O PSUA e o PCP estão plenamente de acordo quanto aos problemas do movimento comunista internacional abordados nas conversações. Continuarão fazendo tudo para reforçar a unidade e coesão dos partidos comunistas e operários, a união fraternal com o PCUS, encarando como tarefa primordial o reforço das relações entre os partidos irmãos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Perante a audição da luta de classes no plano ideológico, o PSUA e o PCP são de opinião de que deve ser dada a necessária atenção às ofensas que procuram provocar divisões no movimento comunista e nas forças anti-imperialistas. O anti-comunismo e o anti-sovietismo, venham de onde vierem, devem ser combatidos com firmeza. Por isso, ambos os partidos condenam a política e a ideologia dos maoístas, que cortaram completamente com o marxismo-leninismo e causam graves prejuízos à luta revolucionária do movimento operário e à luta dos povos contra o imperialismo, pelo progresso social, a independência nacional e a paz.

As delegações do PSUA e do PCP verificam que a prática confirmou a justeza das conclusões colectivas a que se chegou na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em 1969, em Moscovo.

Ambas as delegações saíram da convocação da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa que deverá realizar-se em 1975, em Berlim, capital da RDA, e propõem-se colaborar activamente na preparação e realização dessa conferência, com o fim de reforçar a luta comum pela paz, a segurança, a cooperação e o progresso social.

As duas delegações estão convencidas de que os resultados deste encontro contribuirão para o reforço ainda maior das firmes e estreitas relações já existentes entre o PSUA e o PCP.

A delegação do CC do PSUA agradece a hospitalidade do PCP e manifesta a sua satisfação pela forma como foi recebida por operários, camponeses, representantes de organizações sindicais, jovens, mulheres e intelectuais, bem como entidades oficiais.

O PCP considera uma alta prova de solidariedade aos comunistas portugueses a visita fraternal dos camaradas da RDA.

A delegação do PSUA entregou ao Comité Central do PCP um convite para a realização de uma visita à RDA, convite que foi aceite com agrado.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1974.



Com os camponeses de Alpiarça

outros dirigentes do Comité Central do Partido Comunista Português, realizadas ontem e anteontem.

Mas, permitam-nos sobretudo, transmitir os melhores saudações do povo da República Democrática Alemã e dos dois milhões de comunistas e camponeses socialistas e do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha e do seu primeiro-secretário, o camarada Erich Honecker, aos nossos anfitriões, à classe operária e ao povo e a todos os representantes do novo Portugal. Portugal é o foco de interesse de todas as forças progressistas da Europa e do Mundo inteiro. Os trabalhadores do nosso país saudaram, igualmente com satisfação e entusiasmo, o destróçar da ditadura fascis-

vantagem mútua, aos interesses da paz e da segurança internacional. Hoje, expressamos estes desejos também no encontro com o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes.

A nossa visita ainda não terminou. Queremos aproveitar os dias restantes para nos encontrar com outros representantes das forças democráticas e personalidades do Estado, assim como para conhecer mais um pouco deste belo País no limiar do ontem e amanhã.

Permitam-me desejar à classe operária e ao povo português novos progressos baseados na unidade de todas as suas forças democráticas e êxitos no seu caminho iniciado no 25 de Abril.

Exemplo do internacionalismo

O camarada Axen pôs-se, depois, à disposição dos jornalistas para responder a quaisquer perguntas. Falou então do valioso contributo dado pelos países socialistas ao seu país, factor decisivo para a rápida transformação da República Democrática num país altamente desenvolvido.

Ao ser-lhe perguntado como poderia traduzir as relações entre o PSUA e o PCP, não hesitou em afirmar:

rando-se da situação nos nossos campos, trocando experiências, abrindo perspectivas para o futuro.

O encontro culminou com um almoço de confraternização, num clima de alegria e amizade, característica comum a todos aqueles que se empenharam na luta pela paz, a segurança, o progresso e a justiça social.

Durante a sua estadia entre nós, a delegação da República Democrática Alemã ofereceu uma recepção num hotel da capital. Estiveram presentes membros do Governo Provisório e do corpo diplomático, nomeadamente dos países socialistas e ainda da Intersindical. Pelo nosso Partido estiveram presentes Joaquim Gomes, Dias Lourenço, Jaime Serra, Georgette Ferreira, Carlos Brito e Rogério de Carvalho, todos do CC.



A VOZ DO PCP
Todas as 2.ª-feiras
às 22 horas
no Rádio Clube Português
O PCP FALA PARA TI

Por que lutam os Comunistas
CADERNOS

ASSINA O "AVANTE!"

ATE AMANHÃ, CAMARADAS

«ANTICOMUNISMO E DEMOCRACIA SÃO INCOMPATÍVEIS COMO O FOGO E ÁGUA»

—afirmou o camarada Hermann Axen

Queridos camaradas e amigos:

De todo o coração transmitimos ao povo e ao Partido Comunista Português as saudações calorosas e fraternais de dois milhões de comunistas e de todo o povo da República Democrática Alemã socialista.

Queridos camaradas:

Foi com enorme prazer que aceitámos o convite do Comité Central do Partido Comunista Português para visitar o novo Portugal. Sentimo-nos muito felizes por podermos ser aqui testemunhas directas dos progressos alcançados no caminho revolucionário-democrático, iniciado a 25 de Abril. Sabemos que a 28 de Setembro o povo português defendeu firmemente essa orientação e isso alegra-nos.

Há dezenas de anos que os nossos combativos partidos marxista-leninistas estão intimamente ligados pelo espírito da solidariedade proletária.

Saudamos o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária temperada no fogo de duros combates de classe, que, em 48 anos de ilegalidade, nem o terror nem as perseguições desencadeadas pela brutal ditadura fascista de Salazar e Caetano conseguiram aniquilar.

Saudamos o Partido Comunista Português, o Partido que com o sangue dos seus heróis e mártires preparou a sementeira do 25 de Abril, o grande Partido da classe operária e da resistência antifascista, que durante meio século de escuridão manteve sempre bem alto o facho da liberdade e a bandeira da revolução.

Encarnando a honra e a consciência da nação portuguesa, a voz e o coração do seu povo trabalhador, o Partido Comunista Português criou lutadores intrépidos e audaciosos, cujos nomes são hoje lembrados com amor e respeito em Portugal e fora de Portugal.

O Partido Socialista Unificado Alemão sente-se estreitamente ligado ao Partido Comunista Português ainda pela circunstância de a história de ambos os partidos ter muitos traços comuns. Conhecemos bem, pela nossa própria experiência, o que significa a prisão fascista. O nosso primeiro-secretário, camarada Erich Honeker, foi obrigado a passar dez anos da sua vida numa prisão. Outros membros da direcção do nosso partido tiveram sorte semelhante. Dezenas de milhar dos nossos melhores camaradas morreram nos campos de concentração ou no cadafalso, morreram nas Brigadas Internacionais da guerra civil espanhola, morreram como guerrilheiros vermelhos nas terras ocupadas pelo exército hitleriano, ou morreram como combatentes da Resistência. Mas tal como os fascistas alemães não nos conseguiram fazer calar, a nós, comunistas, também os fascistas portugueses não puderam esmagar a heróica vanguarda marxista-leninista do povo português.

Os 48 anos de resistência do intrépido Partido Comunista Português contra a ditadura, pela liberdade e pela democracia constituem o capítulo mais grandioso e significativo da marcha que conduziu ao 25 de Abril de 1974. Nesse dia memorável, o patriótico Movimento das Forças Armadas uniu-se estreitamente com o povo e derrubou o putrefacto regime de Caetano.

Por isso saudamos muito respeitosamente o Movimento das Forças Armadas e as suas destacadas personalidades, que aspiram a um Portugal livre e democrático.

A nossa saudação dirige-se também a todas as forças democráticas de Portugal. Dirige-se aos partidos e às organizações democráticas de massas, cuja actividade também remonta a tempos difíceis.

A grande obra do 25 de Abril foi defendida e consolidada no dia 28 de Setembro. Neste dia os trabalhadores portugueses travaram uma grande batalha pela liberdade e pela democracia, pela continuação do processo da revolução democrática e nacional. A aliança do movimento democrático e popular com o Movimento das Forças Armadas passou satisfatoriamente por uma séria prova de fogo. Reforçou-se a unidade de acção entre as forças democráticas, que é penhor, não só da defesa de Portugal contra os seus inimigos como também do seu progresso futuro.

Quer o nosso partido como todos os cidadãos da República Democrática Alemã Socialista olham com interesse e simpatia a luta do povo português pelo estabelecimento dum regime democrático estável.

É com grande apreço que observamos o processo de descolonização iniciado pelo Governo Provisório.

Desejamo-vos, camaradas e amigos, o melhor êxito na luta pela concretização dos três pontos da plataforma de emergência aprovada pelo 7.º Congresso extraordinário do Partido Comunista Português: o reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades; a defesa da estabilidade económica com vista ao desenvolvimento; assim como o prosseguimento da descolonização. O vosso povo terá de passar por duras provas neste tão justo caminho. Muitas vezes o novo impõe-se com grande dificuldade. Também no nosso país o início do caminho para a instauração da democracia e para o progresso social esteve longe de ser fácil.

Quando o poder da suástica fracassou, depois de ter feito alastrar a morte e o fogo por sobre o Mundo, o território da actual República Democrática Alemã era apenas um montão de gigantescos destroços. Dominava ali o desespero e a perplexidade. Naquela complicada situação, os comunistas, saídos das prisões e dos campos de concentração, vindos da emigração e da ilegalidade, tiveram de enfrentar esta difícil situação, dando, desde as primeiras horas, o exemplo como activistas e impulsionadores. Deram à classe operária a confiança no futuro. A ajuda prestada pela União Soviética, que não só trouxe a liberdade ao nosso povo como também lhe estendeu fraternalmente a mão, foi vital em todos os campos de acção.

Contribuiu para fazer malograr os planos e as acções da contra-revolução internacional, dirigidos contra o nosso desenvolvimento democrático. Durante treze anos o nosso jovem Estado de Operários e Camponeses teve de ser progressivamente reforçado e consequentemente defendido, face a uma fronteira quase aberta ao imperialismo e nas condições de uma dura luta de classes. Milhares de espíritos e agentes provocadores foram enviados pelo imperialismo para o nosso país. A sabotagem, o terror, o bloqueio económico, o isolamento internacional — tudo isso foram importantes armas de luta da reacção alemã e internacional contra a nova democracia alemã. Durante mais de vinte anos, devido às intrigas do imperialismo, esteve vedado o reconhecimento internacional da República Democrática Alemã à escala mundial. Todavia a correlação mundial de forças modificava-se incessantemente em favor do socialismo. E o bloqueio fracassou vergonhosamente. Se conseguimos repelir com êxito todas as conspi-

rações da reacção interna e externa, isso deveu-se em grande parte ao facto de sempre termos esclarecido o nosso povo sobre quem eram os seus amigos e os seus inimigos.

Nas transformações democráticas os amigos são os operários, os camponeses, a intelectualidade progressista, os artesãos, os comerciantes, os pequenos e médios empresários. Os inimigos são os monopólios internos e externos, os fascistas e os seus cúmplices, é a CIA, como centro de conspiração internacional. Essa mesma CIA que, aliada aos Pinochets, estrangulou a liberdade do Chile. Porque em todos os lugares onde o povo se quer libertar da tutela e da exploração imperialista, a CIA está presente, na sua acção e em busca de novos Pinochets. Para isso, aproveita-se da acção irresponsável de grupos ultra-esquerdistas que vomitam uma verborreia pseudo-revolucionária e acabam por prestar um serviço à contra-revolução. É natural que os fascistas e os reacçãoários mudem de roupa depois da sua derrota. Têm de se camuflar porque a defesa aberta do fascismo e da exploração monopolista são abominados pelo povo. Portanto, o lobo veste a pele do cordeiro e vai mesmo ao ponto de falar demagogicamente em democracia e progresso. Tentam enganar o povo. Discursam publicamente sobre a democracia, mas fazem tudo para impedir a sua concretização, falando de uma «democracia sem comunistas». Mas a experiência do proletariado em todo o Mundo diz-nos: «Não é possível existir uma verdadeira democracia, sem ou contra os comunistas, que são os combatentes mais consequentes pela democracia e pelo progresso.» O grande escritor alemão Thomas Mann definiu o anticomunismo como a asneira fundamental da nossa época.

Anticomunismo e democracia são tão inconciliáveis como o fogo e a água.

O crescimento e a evolução da nossa República Democrática Alemã foi obra de todas as forças democráticas do povo. Destacou-se, pela sua importância decisiva, a realização da unidade do Movimento Operário e Sindical, assim como a união política de todas as forças democráticas e populares. Num processo de transformação social que durou alguns anos, a classe operária conduziu os outros trabalhadores, os camponeses, os artesãos, os pequenos empresários em direcção à construção do socialismo, numa base de confiança e de modo que eles próprios pudessem participar na tarefa de dar forma à transição para o socialismo.

O nosso partido, os sindicatos e as organizações de massas, assim como os outros 4 partidos democráticos e antifascistas existentes no nosso país, fizeram grandes esforços para desenvolver a República Democrática Alemã, proclamada no dia 7 de Outubro de 1949. Num período historicamente curto ela transformou-se num Estado industrial, moderno e avançado. Para isso, o ponto de partida foram as profundas transformações revolucionárias.

Com a reforma agrária, que eliminou os latifúndios, foi liquidada a classe dos grandes proprietários rurais. A expropriação dos monopólios e dos que tinham acumulado lucros com a guerra levou ao surgimento duma indústria que era propriedade do povo. O velho monopólio do ensino, detido pelas classes dominantes, foi abolido; as universidades e escolas superiores foram abertas a todos os filhos dos operários e camponeses. Criou-se um poder estatal democrático, em que as Forças Armadas, a Justiça e a Polícia são fielmente devotados à causa do povo.

Esta transformação da realidade social modificou radicalmente o modo de pensar do nosso povo. Os cidadãos da República Democrática Alemã são inspirados pelo patriotismo socialista e pelo internacionalismo proletário. Praticam a solidariedade de classe e sentem-se firmemente unidos a todos os povos em luta pela sua libertação. Os mais de noventa delegados portugueses que, apesar do regime de terror de Caetano, participaram no X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado na nossa capital, Berlim, certamente disseram que raízes profundas tem no coração do nosso povo a ideologia revolucionária.

Como sabeis, o imperialismo tenta dividir os povos e lançá-los uns contra os outros. Deste modo, ele já provocou (e continua a provocar) muitos males. Entretanto, nós, os países libertados e progressistas, construímos um mundo novo, um mundo de fraternidade. A formação e o desenvolvimento da República Democrática Alemã foram apoiados pela solidariedade internacional da classe operária. Recebemos gestos de solidariedade, mas mantemos vivo o compromisso de também prestar solidariedade.

Por isso, a República Democrática Alemã socialista estende a sua mão ao Portugal livre e democrático, num gesto de fraternidade e de cooperação estreita. A nossa República foi, após o 25 de Abril, um dos primeiros Estados que chegou a acordo com o Governo Provisório para o estabelecimento de relações diplomáticas.

Camaradas e amigos:

O Portugal do 25 de Abril, pelas suas posições anticolonialistas e democráticas, inspira confiança ao Mundo. Esta confiança baseia-se na legitimidade democrática daquelas forças que, hoje em dia, são representativas para o povo português.

Conhecemos a vossa palavra de ordem: «A vitória é difícil mas é nossa!» Entendemo-la no sentido de que são grandes as dificuldades no caminho para a liberdade, mas que elas podem ser vencidas.

Realismo e confiança no futuro, unidade da classe operária e de todas as forças democráticas — nisto se baseia a política do PCP. De todo o coração vos desejamos os maiores êxitos.

Sentimos a necessidade profunda de expressar, mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Comité Central do PCP (e designadamente ao camarada Alvaro Cunhal) pelo convite para esta manifestação de solidariedade e de amizade entre os nossos povos. Vamos informar o nosso partido e o nosso povo sobre o novo Portugal e sobre a vossa grande luta.

Camaradas e amigos!

Estaremos sempre ao lado do Partido Comunista, da classe operária e do povo de Portugal livre!

Viva Portugal Democrático!

Viva o heróico Partido Comunista Português!

Viva a eterna amizade e solidariedade entre os povos e partidos marxistas-leninistas da RDA e de Portugal!

Viva o internacionalismo proletário!



Na Covina, os membros da delegação do PSUA contactaram de perto com os trabalhadores que os receberam afectuosamente

NA AMADORA MILHARES DE PESSOAS ASSISTIRAM AO COMÍCIO DE AMIZADE PCP-PSUA

A Reboleira registou, no sábado à noite, um movimento nunca visto antes. Tão-pouco o frio impediu que as pessoas acorressem em massa ao Pavilhão Gimnodesportivo da Amadora onde se realizava o comício de amizade entre o Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã e o Partido Comunista Português.

Muito antes da hora marcada, grupos numerosos empunhando bandeiras do PCP dirigiam-se já para o local onde mais tarde iriam falar os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do nosso partido, Hermann Axen, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PSUA e presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara Popular, e Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, cujos discursos publicamos no outro local.

Como já vem sendo costume o recinto encontrava-se repleto com a assistência, e os milhares de pessoas ali presentes viviam um ambiente de profunda alegria. Constituíam a mesa, para além dos camaradas já citados, Erich Butzke, embaixador da RDA em Lisboa, dr. João de Freitas Branco, secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente, Jaime Serra e António Dias Lourenço, membros da Comissão Política do Comité Central e este último director do nosso jornal. Estiveram ainda presentes elementos da Comissão Concelhia de Oeiras e da Comissão de Freguesia da Amadora do nosso partido, os restantes membros da delegação do PSUA, representantes do MDP/CDE, do PS e do Movimento Democrático de Mulheres.

A saudação de um povo que constrói o socialismo

Abriu o comício o camarada Joaquim Gomes que leu uma saudação do PCP à delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha e a todos os comunistas e trabalhadores daquele país, afirmando:

Camaradas, amigos!

É com grande satisfação que em nome do Comité Central do Partido Comunista Português e certo de exprimir o sentimento de todos os comunistas e trabalhadores portugueses, dirijo as mais calorosas saudações à delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, encabeçada pelo camarada Hermann Axen, membro do Bureau Político e secretário do Comité Central e por seu intermédio a todos os comunistas e trabalhadores da República Democrática Alemã.

Estamos certos que a estadia entre nós duma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha contribuirá para reforçar ainda mais a tradicional amizade entre os nossos dois partidos e os povos dos nossos dois países. Os contactos efectuados pelos camaradas da RDA com comunistas e trabalhadores portugueses e também este comício darão uma ideia, pelo menos aproximada, da realidade portuguesa. Esta realidade está cheia de perspectivas para o avanço do processo democrático, mas também de muitas dificuldades que havemos de vencer.

Temos a consciência de que a luta ainda vai ser dura. Mas temos também a certeza que alargando e reforçando a unidade das forças democráticas e do movimento popular de massas, em aliança com o Movimento das

Forças Armadas, não só se defenderão as conquistas já alcançadas a todos os níveis como se alcançarão outras indispensáveis para o estabelecimento dum regime verdadeiramente democrático em Portugal.

A vitória de 25 de Abril alterou profundamente a situação no nosso país. De povo oprimido que éramos passámos a condição dum povo que inicia uma marcha entusiástica na via da democracia a caminho do socialismo. Esta nova situação coloca-nos perante o dever de ajudar outros povos ainda oprimidos.

Porém, isto não anula a necessidade de continuarmos a contar com a solidariedade internacional já que a reacção e o imperialismo tentam, por formas diversas, travar o processo democrático em Portugal.

A delegação da RDA é a primeira que nos traz as saudações dum povo que constrói o socialismo. Depois de ter sofrido a opressão nazi, a mais bárbara da história contemporânea; depois de sujeitos a todo o género de pressões económicas, militares e outras, os trabalhadores e o povo da República Democrática Alemã, orientados pelo glorioso Partido Socialista Unificado da Alemanha, e apoiados nos outros países socialistas e em primeiro lugar na grande União Soviética, sobteram impors-se com êxito às manobras da reacção e do imperialismo — sobteram construir uma na-

ção que pelo seu avanço técnico e científico, pelo seu desenvolvimento industrial, agrícola e cultural, desportivo, etc., conquistou no Mundo um lugar de primeiro plano, a demonstrar a superioridade do sistema socialista sobre o caduco sistema capitalista.

A construção vitoriosa do socialismo na República Democrática Alemã está ligada à intransigente fidelidade do Partido Socialista Unificado da Alemanha aos princípios do marxismo-leninismo. Na ajuda constante aos povos que lutam pela sua liberdade e independência, o Partido Socialista Unificado da Alemanha tem demonstrado na prática ser fiel aos princípios do internacionalismo proletário, a causa comum dos trabalhadores de todo o Mundo.

Permitam pois, camaradas, que uma vez mais saúde os nossos amigos da República Democrática Alemã e vote por novos sucessos no seu trabalho.

Viva a Amizade entre os povos da República Democrática Alemã e de Portugal!

Viva o internacionalismo proletário!

Ofertas dos operários portugueses

O espírito de amizade para com o Partido irmão da Alemanha Democrática foi manifesto durante todo o comício e pouco antes de o dirigente alemão ter usado da palavra representantes das empresas

fábricas da região fizeram ofertas de algumas lembranças à delegação do PSUA, tendo Hermann Axen retribuído com uma tapeçaria alusiva ao marxismo-leninismo.

Durante a sua intervenção, demonstrou todo o seu interesse pela transformação que se vive em Portugal, fazendo notar que não é possível existir uma verdadeira democracia sem ou contra os comunistas que são os combatentes mais consequentes pela democracia e pelo progresso. Anteriormente tinha referido que nas transformações democráticas os amigos são os operários, os camponeses, a intelectualidade progressista, os artesãos, os comerciantes, os pequenos e médios empresários e os inimigos são os monopólios internos e externos, os fascistas e os seus cúmplices.

O discurso do camarada Alvaro Cunhal, que encerrou o comício, analisou a presente situação política do País abordando três aspectos que o Partido Comunista Português considera essenciais e que são: a situação económica e financeira e as medidas de emergência que se impõem; as eleições e o recenseamento; e a organização sindical e o projecto de lei respeitante, que foi de o r a damente aplaudido pela assistência.

No final, a assistência cantou em coro os hinos nacionais da República Democrática Alemã e de Portugal, a Internacional e o Avante, Camarada.

edições

Avante!

VII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP —	
Intervenções, Saudações, Documentos	100\$00
edição especial	300\$00
PORQUE LUTAM OS COMUNISTAS	5\$00
ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS — romance	100\$00
CALENDÁRIO PARA 1975	25\$00
PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP	
aprovados no VII Congresso (Extraordinário)	10\$00
PROGRAMA DO PCP	
aprovado no VI Congresso (1965) (1.ª edição)	25\$00
ESTATUTOS DO PCP	
aprovados no VI Congresso (1965) (1.ª edição)	5\$00
PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP	
aprovados no VI Congresso (1965) (2.ª edição)	25\$00
A SITUAÇÃO POLITICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL	
Intervenção de Alvaro Cunhal no VII Congresso (Extraordinário)	10\$00
RADICALISMO PEQUENO-BURGUES DE FACHADA SOCIALISTA	
por Alvaro Cunhal	40\$00
SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS	
por Alvaro Cunhal	5\$00
REVISTA INTERNACIONAL (N.º 1, 2 e 3)	20\$00
NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ	5\$00

Pedidos a EDITORIAL AVANTE! R. Santos Dumont, 57-2 - Tel. 77 98 25-76 97 25 - Lisboa

«A DEMOCRACIA NÃO SE CONSTRÓI COM OS MONOPÓLIOS, MAS CONTRA OS MONOPÓLIOS. A DEMOCRACIA NÃO SE CONSTRÓI COM OS LATIFÚNDIOS, MAS PONDO TERMO A ELES.»

(Álvaro Cunhal)
na Amadora

Camaradas:
Já ao principiar este comício, o camarada Joaquim Gomes transmitiu aos nossos queridos hóspedes da República Democrática Alemã as saudações fraternais e calorosas do Comité Central do nosso Partido.
Não poderia, porém, eu, falando neste comício, deixar também de saudar a delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, designadamente o seu eminente dirigente e camarada Hermann Axen. Conheço de há muitos anos o camarada Axen, que, no tempo da ditadura fascista, muitas vezes manifestou profundo interesse pela luta da classe operária portuguesa e do nosso Partido.
Nos anos negros do fascismo e da luta clandestina, o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o povo da República Democrática Alemã, foram sempre activamente solidários para com a nossa difícil luta.
É ocasião, nesta primeira visita, de uma vez mais expressarmos os nossos profundos sentimentos de gratidão pela solidariedade dos comunistas e do povo da RDA para com os comunistas e o povo de Portugal.
Reciprocamente, o nosso Partido foi sempre activamente solidário para com o povo da RDA, na luta extremamente complexa, no plano interno e externo, para a construção de um Estado socialista alemão.
Com profunda alegria saudamos e saudamos as grandes vitórias no plano económico, político, diplomático, cultural, científico, desportivo, da RDA, que hoje brilha no mundo pelas elevadas realizações do seu povo guiado pela sua vanguarda revolucionária — o Partido Socialista Unificado da Alemanha.

Ao recebermos em terra portuguesa, ao sol da liberdade, esta primeira delegação oficial de um partido irmão de um país socialista, na continuidade das tradicionais relações de amizade entre os nossos dois partidos, ao recebermos as suas saudações e a manifestação do seu apoio e da sua solidariedade activa para com o povo português, temos o dever de sublinhar o alto significado das relações do nosso Partido com os partidos irmãos dos países socialistas e, no caso concreto, com o PSUA, como factor importante do desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e entre os nossos dois Estados.
A jovem democracia portuguesa está profundamente interessada no desenvolvimento das relações com os países socialistas. Tal orientação faz parte da política do Governo Provisório. Só a reacção está interessada em criar dificuldades nesse caminho de paz, amizade, e cooperação. Não o conseguirá, entretanto, como o não conseguiram certos burocratas cujo anticomunismo prejudica uma visão nacional e patriótica dos problemas que defrontamos.
As relações do novo Portugal democrático que estamos construindo com a URSS, com a RDA, com os outros países socialistas, não só são úteis e necessárias, como constituem, para o Portugal de hoje, um elemento do mais alto valor para a consolidação da democracia, para o desenvolvimento económico independente, para a realização de uma política de paz e de progresso social.

Camaradas:
Destina-se este comício a ser uma expressão de amizade entre os dois partidos irmãos — da RDA e de Portugal.
Convidamos os nossos camaradas a virem e a verem, a tomarem contacto directo com a nova realidade portuguesa, a conhecerem directamente o que se passa no nosso país, a actividade do nosso Partido, a luta da classe operária e das massas populares.
Creio, por isso, ser adequado referir nesta ocasião alguns dos problemas mais vivos da actualidade.
Abordarei seguidamente (em alguns aspectos que o Partido Comunista considera essenciais) três desses problemas: primeiro, a situação económica e financeira e as medidas de emergência que se impõem; segundo, as eleições e o recenseamento; o terceiro a organização sindical e o projecto de lei respectivo.

Camaradas:
A situação económica e financeira exige medidas urgentes e inadiáveis, designadamente em relação à banca, em relação à agricultura, em relação à indústria, em relação a uma política de preços e salários.

Medidas económicas e financeiras
A apreciação e a posição do Partido Comunista Português são absolutamente claras. A democracia em Portugal não se pode construir com o capital monopolista e com os latifundiários, mas contra eles.
O desenvolvimento económico e a própria estabilidade económica estão e estarão comprometidos enquanto a grande banca estiver nas mãos dos grupos monopolistas.
A regular actividade industrial e o desenvolvimento industrial estão e estarão entravados e dificultados pelo domínio monopolista.
A agricultura continuará no seu atraso secular, e continuaremos condenados a importar, anualmente, milhões de contos de produtos agrícolas que poderíamos produzir, enquanto os latifundiários, os grandes agrários, os usurários forem os senhores absolutos dos campos, submetendo aos interesses egoístas de escassos milhares de pessoas, os interesses de milhões de portugueses que trabalham e vivem da terra: assalariados rurais, pequenos e médios proprietários, pequenos rendeiros, parceiros e foneiros.
As massas trabalhadoras continuarão sujeitas a grandes privações e necessidades, enquanto se pensa que cada aumento de salários tem de ser compensado, para as empresas, pelo aumento dos preços, em vez de se procurar ir cobrir a diferença aos lucros do grande capital e ao consumo escandaloso dos milionários, que, logo, após o 25 de Abril meteram nas gargantas os Porsche e os Lotus para os trocarem por modelos Mini, mas que de novo exibem ostensivamente o seu luxo e o seu desperdício em contraste com as dificuldades crescentes da vida dos trabalhadores.
Pois bem, para a solução dos problemas mais imediatos e para a solução a médio prazo impõem-se medidas firmes e urgentes que imponham o descalabro económico que os monopólios e latifundiários procuram provocar, que impeçam o desemprego e o agravamento das condições de vida da população trabalhadora, e que assegurem a vida, o progresso, a construção da democracia portuguesa.

Antes, porém, de me referir concretamente a algumas direcções fundamentais da política de emergência que se impõe, é necessário fazer duas observações.
A primeira respeita às ligações e às relações da vanguarda com as massas.
Quando falo em vanguarda, não estou, apenas, a referir o Partido Comunista Português, mas todas aquelas forças e militantes democráticos que lutam por transformações profundas da sociedade portuguesa. A necessidade da ligação estreita entre a vanguarda e as massas do apoio das massas às posições e iniciativas da vanguarda, e também do apoio da vanguarda às iniciativas das massas, colocase em relação a todos os sectores e a todas as forças que participam no processo democrático e não apenas em relação ao movimento operário.
Seria particularmente perigoso no momento actual, em qualquer dos sectores do processo revolucionário, um corte entre a vanguarda e as massas.
A segunda observação respeita à unidade.
No momento actual, o apressamento do ritmo do processo não se consegue ao preço de roturas em frentes essenciais (roturas que podem pôr em perigo mortal a própria democracia).
Tão perigosa como um corte da ligação da vanguarda com as massas seria o quebrar da unidade do movimento popular, da unidade do movimento militar e da aliança entre um e outro.
No que respeita à unidade e às alianças continua a ser tarefa essencial o reforço da unidade do movimento popular e democrático o reforço da unidade das Forças Armadas na base do programa e espírito criador e progressista do MFA e do reforço da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.
O processo revolucionário desenvolve-se num ritmo mais rápido do que se poderia prever meses atrás. Apesar de haver quem se agarre a esperanças irrrealistas e imaginárias da evolução social e feche os olhos para não ver a realidade, a verdade é que se trata da revolução portuguesa e não de outra coisa.
O sistema de unidade e alianças não pode reforçar-se na base de recuos de uma política progressista, de cedência a pressões internas ou externas, de renúncia a objectivos essenciais, de uma opção que sacrificasse a um projecto de compromissos com os inimigos do processo democrático, a dinâmica revolucionária iniciada pela sublevação militar do 25 de Abril, reforçada e vitalizada pelo amplo movimento popular de massas que logo se lhe seguiu e encadeado pelos êxitos alcançados (designadamente no 28 de Setembro) pela aliança Povo-Forças Armadas.
Governamos a unidade, trabalhamos pela unidade, consideramos a unidade indispensável. A unidade obriga a acordos, à busca de plataformas. Estamos dispostos a chegar a acordos e plataformas. Mas só é possível

manter-se e consolidar-se a unidade na base das opiniões mais profundas das classes trabalhadoras e das massas populares, na base da aceitação não apenas daquilo que se chama o jogo democrático mas também da aceitação do processo revolucionário português na sua dinâmica própria e original.
E nessa base que são possíveis acordos e plataformas e estamos confiantes que será nessa base que serão concretizados.
Compreende-se, assim, a posição a um tempo firme e maleável do Partido Comunista Português no que respeita às medidas a tomar no imediato para vencer as dificuldades económicas e financeiras e para assegurar o desenvolvimento do processo democrático.
Abordarei apenas, a título de exemplo, alguns aspectos dos problemas mais cadentes da banca, da agricultura, da indústria e dos preços e salários.

A indústria
Quanto à indústria. Estamos de acordo em que é necessário definir quais são os sectores que o Estado chama à si total ou parcialmente e quais os sectores reservados à iniciativa privada, nos quais esta é reconhecida e garantida.
Está também a adquirir grande importância a situação de empresas em dificuldades. O Estado tem de dar a mão, mas dar a mão não para ajudar especuladores e capitalistas que estão falidos (ou fingem que o estão) nas empresas, mas que não diminuem um tostão nas despesas na sua vida de milionários, mas para dar a mão às empresas como unidades industriais, para que os trabalhadores não fiquem sem trabalho, para que as empresas não encerrem as portas, para que se tornem viáveis, para que mantenham a produção, para que deem a sua contribuição para a estabilidade económica e o desenvolvimento.
A intervenção do Estado não pode significar que o Estado paga as dívidas dos capitalistas e estes continuam donos e senhores das empresas como antes e depois as apanham restabelecidas, sem terem sofrido o mínimo nas suas fortunas pessoais, muitas delas formadas à custa das dificuldades que, precisamente, levaram as empresas à falência real ou fictícia.
Apoiamos a intervenção, mas para benefício do Povo e do País.
Em qualquer caso, uma ideia é fundamental para atacar de forma correcta tanto os problemas imediatos como os problemas a médio prazo: a ideia de que não é com o poder dos monopólios, mas abolindo o poder dos monopólios, que se pode construir em Portugal a democracia.

A banca
Quanto à banca.
Tendo em conta todos os factores que intervêm na situação política, podemos admitir que a grande coligação civil-militar que governa o País não colige já como medida imediata a nacionalização da banca privada.
Mas, para que, sem a nacionalização da banca privada, possa ser assegurado não só o desenvolvimento económico e financeiro, mas a própria estabilidade económica e financeira, para que possa com eficiência ser posto termo à efectiva sabotagem económica do processo democrático é indispensável assegurar o papel dirigente, concreto e coordenado da banca nacionalizada, o efectivo «controle» pelo Estado da actividade da banca privada, a actividade rápida, firme e operativa do Estado, inda até à nacionalização, se se verificar que tal ou tal banco não cumpre as suas funções para com a comunidade nacional e pratica formas directas ou indirectas de sabotagem económica.
Quanto à agricultura. Não será possível resolver os grandes problemas da agricultura sem reformas profundas da estrutura agrícola.
Entretanto diversas medidas imediatas se impõem.
Se se entende que, antes das eleições, por decisão comum, não se podem aprovar e realizar reformas profundas que envolvam o regime de propriedade, podem, entretanto, tomar-se (como propõe a Plataforma proposta pelo Congresso Extraordinário do nosso Partido), medidas imediatas que podem solucionar problemas urgentes que afectam a população trabalhadora nos campos.
Como a plataforma de emergência que o Congresso Extraordinário propõe, é urgente aprovar a lei do arrendamento, estabelecido o contrato escrito e a renda paga em dinheiro, incluindo nas explorações de menos de 5 hectares. É urgente encetar uma política que conduza ao fim do regime de parcerias. É urgente pôr definitivamente fim ao regime dos forcos, com o reconhecimento aos foreiros do direito à propriedade. É urgente obrigar ao cultivo conveniente das grandes propriedades, admitindo-se ir até à expropriação por parte do Estado das terras incultas ou insuficientemente aproveitadas.
Estas e outras medidas não constituem a reforma agrícola que a estrutura agrícola há muito impõe. Mas, sendo aceites, constituirão grandes passos em frente no sentido da transformação democrática da sociedade portuguesa.
Como já foi dito, a democracia não se constrói com os monopólios, mas contra os monopólios. Também se pode afirmar que a democracia não se constrói com os latifundiários, mas pondo termo a eles.

Agricultura
Quanto a preços e salários. Impõem-se medidas para sustentar o ritmo da inflação. Mas não é de esperar que os preços não continuem a aumentar.
Não é legítimo exigir aos trabalhadores que paguem o preço destas dificuldades. Não é de aceitar que, a cada aumento de salários, o patronato, em vez de aceitar a diminuição dos lucros, procure logo aumentar os preços. O contrário deverá passar a ser a regra. Por isso, os trabalhadores defendem justamente e o PCP apoia essa reivindicação, que os salários sejam periodicamente revisados, de forma a acompanharem os aumentos dos preços.
Em toda a política económica na situação política actual, uma coisa é necessário nunca perder de vista. Nenhuma reforma e medidas para a solução dos grandes problemas nacionais podem ser levadas a bom termo sem a participação criadora das massas trabalhadoras na definição das soluções e na direcção dos diversos sectores da economia nacional.
No tempo da ditadura, a solução dos problemas económicos e o desenvolvimento económico dirigido pelos monopólios era orientado contra os trabalhadores. Na situação democrática actual, a solução dos problemas económicos e o desenvolvimento só podem ser levados a cabo com os próprios trabalhadores.
O segundo problema que quer abordar são as eleições.
Estamos, em princípio, apenas a três meses das eleições. E a questão que se coloca é de saber se poderão ou não considerar-se livres as eleições que temos diante de nós.
No tempo da ditadura fascista, as forças democráticas insistiam em que, para que as eleições tivessem um mínimo de seriedade, seriam necessárias pelo menos três condições: um recenseamento honesto, a liberdade de propaganda em termos de igualdade dos candidatos e a fiscalização do recenseamento, do acto eleitoral e da contagem dos resultados.
É lícito perguntar, hoje, depois do 25 de Abril e da instauração das liberdades democráticas, se estas condições que já colocávamos no tempo do fascismo virão a ser preenchidas.
Corre-se o risco de que estas condições se não verifiquem em relação a todo o eleitorado. E, sendo assim, queremos aqui afirmar solenemente que não teremos eleições realmente livres e que o resultado eleitoral pode vir a falsear a vontade do povo português.
O principal e decisivo nas eleições é o que se passa e passará em Portugal, mas não quero deixar de dizer algumas palavras acerca da participação nas eleições dos portugueses que residem no estrangeiro e nos territórios em vias de descolonização.
O voto dos portugueses nos territórios em vias de descolonização foi

decidido por razões políticas relativas ao próprio objectivo das eleições — a formação de uma Assembleia Constituinte e por razões de conjuntura, tendo em vista evitar uma extrema agudização dos conflitos nesses territórios e facilitar o processo de descolonização.
O número de deputados a eleger nessas regiões será fixo. No total, esses deputados representam cerca de 5 por cento do total dos deputados da Assembleia. É um facto político praticamente consumado sobre o qual a seu tempo teremos mais alguma coisa a dizer.
Quanto ao voto dos emigrantes, apesar de lhes vir certamente a caber um número fixo e restrito de deputados, não pode deixar de chamar-se a atenção para alguns aspectos graves do problema.
O primeiro é a situação nos países onde residem. Vamos nós reconhecer como verídico, autêntico e democrático o voto dos emigrantes no Brasil, por exemplo, onde não pode haver propaganda das forças democráticas portuguesas? Quando vemos, mesmo aqui no Continente que, apesar de um Governo democrático, apesar da acção do Movimento das Forças Armadas, há regiões onde o recenseamento e o voto democrático não estão assegurados, podemos aceitar como válidos, como tendo um mínimo de seriedade, os recenseamentos, votos e operações eleitorais no Brasil? Pela nossa parte a resposta é uma só: Não reconhecemos tais operações e resultados.
Outro aspecto relacionado com o voto dos emigrantes é a situação existente nos serviços diplomáticos portugueses. O saneamento está por fazer. Embora tecnicamente se possam constituir nos consulados comissões de recenseamento com representação partidária, é evidente que, em muitos casos, não se passará da letra da lei. Que confiança se pode ter na isenção democrática na organização do recenseamento e nas operações eleitorais?
Sabe-se que os emigrantes só podem ter direito de voto desde que não tenham emigrado há mais de 5 anos ou que tenham em Portugal os seus parentes mais próximos. Mas como se pode fazer a verificação dessas situações?
Pode dizer-se que os partidos podem enviar os seus representantes para os consulados. É bem de ver que isto não é possível. Arriscamos-nos, camaradas, que cada consulado vote segundo a cor política dos seus funcionários.
O problema mais importante das eleições não é, porém, esse do voto dos portugueses residentes no estrangeiro e nos territórios em vias de descolonização, mas o das eleições no próprio território português.
E a verdade é esta: há ainda numerosas regiões onde não chegou o 25 de Abril. Há regiões onde persiste a intimidação e a coacção política, moral e mesmo física contra as forças democráticas. Há regiões onde os fascistas e a reacção impedem, de facto, a vida democrática, mantêm o ambiente de mentira, intolerância e ameaça do tempo do fascismo, impedem a propaganda democrática, coagem e aterrorizam as populações, organizam a agressão física a democratas que pretendem ir de fora esclarecer e organizar.
Se esta situação não for rapidamente modificada, não se poderão, de forma alguma, considerar livres, com um mínimo de seriedade, as eleições que se venham a realizar nesses regiões.
Como creio, o PCP já advertiu o Povo Português do que se está a passar na ilha da Madeira. Na maior parte da ilha, a situação política é a mesma que existia no tempo do fascismo. Usando a coacção e a violência, a reacção impede a vida democrática, actividade e mesmo a presença dos partidos democráticos. Há sindicatos que continuam nas mãos dos fascistas e sem qualquer vida democrática. A perseguição e as agressões são correntes.
Devemos, ainda, fazer um esforço sério para modificar a situação, mas não podemos que nas condições actuais isso possa ser alcançado num curto prazo. E, sendo assim, teremo de chegar à conclusão de que na ilha da Madeira não existem as condições mínimas para a realização de eleições livres e democráticas. E, se for assim, não deverá ser autorizada, sagrada e reconhecida na ilha uma possível farsa eleitoral digna dos tempos de Salazar ou de Ceetano, mas indigna do Portugal democrático que estamos construindo.
A mesma posição deve ser tomada em relação a qualquer região onde não forem asseguradas as liberdades e direitos democráticos.

Preços e salários
Vejam o que se passa com o recenseamento, primeira operação do processo eleitoral.
De uma maneira geral há razão para estarmos satisfeitos.
O número de recenseados alcançado em poucos dias mostrou, na maior parte do País, o grande entusiasmo do povo português pelo exercício dos seus direitos democráticos.
Entretanto, camaradas, em importantes regiões, há fortes motivos de apreensão acerca do recenseamento.
Até agora, os homens da ANP, os sabujos da PIDE e da Legião, têm continuado à frente de numerosas juntas de freguesia, que, como se sabe, têm um importante papel a desempenhar na formação das comissões de recenseamento. Só agora, à pressa e tardiamente, se estão a sanear essas juntas e, mesmo assim, em muitos casos, não fica garantida a sua composição democrática.
No distrito de Viseu, por exemplo, a organização do nosso partido comunicava-nos há dias que em 15 dos 24 concelhos do distrito não tinham sido admitidos representantes do Partido Comunista nas comissões de recenseamento. Tal discriminação, como é evidente, só pode partir de reacções e, portanto, em numerosos concelhos, é de facto a reacção que tem nas mãos o recenseamento.
É isso que não sucede só no distrito de Viseu. Sucede noutros distritos. É evidente que tal discriminação, antidemocrática, anticomunista, começa já, por si própria, a falsear o processo eleitoral.
Protestamos contra esta violação da lei eleitoral e tornamos claro que não reconhecemos tais métodos, processos e práticas.
É à luz destes factos e do seu atento exame que temos que considerar as operações de recenseamento.
Se, de uma forma geral, particularmente nos grandes centros urbanos e nas regiões do litoral, o número de recenseados acusa de forma geral o grande interesse e elevada consciência cívica do nosso Povo, temos de notar, com apreensão, o que se passa precisamente nas regiões onde não chegou o 25 de Abril, onde não há vida política democrática, onde as grandes massas populares estão afastadas da vida política.
Em algumas regiões, onde quase se não vê uma sessão de propaganda, regiões das mais atrasadas, onde a população está dispersa, onde ainda não chegou o saneamento, onde as forças democráticas, não estão ainda solidamente implantadas, onde os democratas não participam nas comissões de recenseamento, precisamente em tais regiões, sejam indicados, em menos de meia dúzia de dias, dezenas de milhares de inscrições.
É preciso assegurar que não haja transposição dos velhos e falsificados cadernos eleitorais no tempo do fascismo.
É necessário fazer uma rápida verificação dessas situações e onde quer que o recenseamento não se tenha efectuado nos termos da lei, onde quer que se estejam a utilizar os cadernos eleitorais do tempo do fascismo, o recenseamento deve ser considerado nulo e sem efeito.
É imperioso tomar rapidamente posição em relação às regiões e círculos eleitorais onde não haja liberdade de propaganda, organização e acção políticas, onde o recenseamento não esteja a ser feito nos termos estritos da lei, onde não haja a fiscalização também determinada na lei de todas as etapas e actos relativos às eleições.
Desde já deverão ser formalmente declarados que, onde não sejam preenchidas estas condições, ou não haverá eleições ou serão anuladas os seus resultados.
Esta deverá ser, a nosso ver, a posição do Governo e de todas as forças que participem no processo democrático.

Internacionalismo proletário
O Partido Comunista Português tem afirmado e continua a afirmar que cabe ao povo português decidir livremente do seu destino. Tem afirmado e continua a afirmar que respectiva e exige que todos respeitem a vontade livremente expressa do povo português.
Mas decisão livre, vontade livremente expressa, significam eleições realmente livres com recenseamentos honestos e fiscalizados, com o impedimento de práticas de coacção económica, física e moral, com real liberdade de acção política e de propaganda e finalmente com votação devidamente controlada.
As próximas eleições são uma importante batalha, de cujo resul-

tado dependerá em larga medida o prosseguimento ulterior da democratização da vida nacional.
As forças democráticas têm as necessárias condições para confirmar, com uma grande vitória eleitoral, a opção democrática do Povo português.
O nosso partido tem as necessárias condições para confirmar pelo número de eleitores que nele votou, o seu indispensável papel na construção do novo Portugal democrático.
Mas para isso é necessário trabalhar e trabalhar duro, com vista às eleições.
É necessário assegurar ainda a presença de representantes do Partido em todas as comissões de recenseamento.
É necessário acompanhar passo a passo atentamente as operações de recenseamento, vigiar estreitamente a forma como se estão a realizar, e reclamar prontamente e nos termos legais contra quaisquer irregularidades.
É necessário promover o exame dos cadernos, onde não foi aceite a representação do Partido, e reclamar contra quaisquer irregularidades onde e quando o recenseamento tenha sido realizado na base dos falsificados cadernos eleitorais do tempo do fascismo.
É necessário que todas as organizações do Partido mobilizem as forças necessárias para levarem a voz do Partido a todas as recantos do País, vencendo todas as dificuldades, todos os obstáculos, todas as resistências e confiando em que, como a experiência mostra cada dia, falando a verdade, expondo o que são e o que querem os comunistas, o que é e o que quer o Partido, massas populares cada vez mais amplas, acendem, recebem, seguem e apoiam o nosso glorioso Partido, o nosso grande Partido que brilha pelo seu passado glorioso do tempo do fascismo e que diligenciará honrar o seu dever através da sua acção política desde o 25 de Abril, acção política da qual são inseparáveis as grandes progressos do processo da democratização e descolonização.

O terceiro ponto que me propus abordar respeita à organização sindical e ao respectivo projecto de lei, que, como se sabe, foi submetido à opinião dos sindicatos e à discussão pública e que será brevemente discutido e aprovado pelo Governo.
Somos contra qualquer «controle» do patronato, do Governo e dos partidos políticos na vida interna dos sindicatos.
Temos afirmado, continuamos a afirmar e a actividade prática dos comunistas tem-no claramente demonstrado, que defendendo a unidade sindical, aceitamos as decisões livres e democráticas dos trabalhadores. Se em tal ou tal sindicato, os comunistas não conseguem convencer os trabalhadores da justiça da sua orientação, se em tal ou tal sindicato são eleitos para as direcções, trabalhadores que defendam uma orientação diferente da dos comunistas, os comunistas não abandonarão o sindicato para tentar formar outro sob a sua direcção, antes continuarão no sindicato, continuando dentro dele a defender a unidade sindical.
Mas defendemos também que, nas actuais condições existentes em Portugal, a unidade sindical deve ser garantida pela própria lei.
O chamado pluralismo sindical ou a permissão para a formação de mais que um sindicato por categoria, conduziria inevitavelmente à divisão sindical, à divisão da classe operária.
Na actual situação política, a divisão sindical teria gravíssimas consequências, tanto para defesa dos interesses dos trabalhadores como para o desenvolvimento do processo democrático.
O patronato beneficiaria largamente da divisão sindical para arrastar as negociações nos conflitos de trabalho, para adiar a assinatura e desrespeitar as discussões de contratos colectivos, para impor mais duras condições de exploração aos trabalhadores.
A reacção aproveitaria largamente a divisão sindical para multiplicar e agudizar os conflitos sociais, para lançar trabalhadores contra trabalhadores, para enfraquecer a contribuição da classe operária no processo democrático, para criar nas empresas e nas ruas um ambiente de intranquilidade e insegurança favorável às manobras, provocações e ofensivas contra-revolucionárias.
Há quem diga ser pela unidade sindical, mas sem que a lei a imponha. A primeira vista parece que esta orientação é a mais liberal. Mas qual seria a realidade?
Se a lei viesse a abrir a possibilidade de formação de vários sindicatos para cada categoria, não teríamos dúvidas de que não tardariam semanas, ou mesmo dias, sem que aqueles mesmos que hoje dizem ser pela unidade sem obrigatoriedade legal se apressariam a aprovar abertamente a divisão sindical e a formação de novos sindicatos para se guerrearem entre si.
Veríamos agentes do patronato, agentes de partidos, agentes de interesses estrangeiros, fomentarem e alimentarem a divisão, dos trabalhadores.
Contra a consagração na lei da unidade sindical, contra a opinião dos trabalhadores e do movimento sindical, exercem-se as mais variadas pressões, internas e externas.
Ainda há dias tivemos publicamente uma amostra dessas tentativas quando teve lugar em Lisboa uma assembleia em que dezenas de delegados estrangeiros de uma associação sindical internacional vieram ensinar a deztoito portugueses a melhor forma de dividir os nossos sindicatos. No tempo do fascismo, que nos recordemos, nunca esses senhores manifestaram tanta solicitude em defender a liberdade dos sindicatos portugueses contra a ditadura e a repressão fascistas. Os trabalhadores portugueses dispensam os seus conselhos e rejeitam a sua ingerência.
Apesar do forte espírito unitário dos trabalhadores, se a lei abrisse a possibilidade de formação de mais de uma central sindical, acabariam por surgir sindicatos ou sindicatosinhos com o selo do Partido Socialista, com o selo do PPD, com o selo do CDS, com o selo do MRPP, e mesmo com o selo da CUF e de outras grandes empresas.
Isso não seria a liberdade sindical, mas a liberdade de dividir e enfraquecer os trabalhadores e criar instrumentos de combate contra os seus interesses vitais e contra o processo democrático.
O projecto de lei foi sujeito à discussão dos sindicatos. O movimento sindical pronunciou-se esmagadoramente pela unidade. Duzentos e dez sindicatos contra 5. Com que direito poderia impor-se uma outra solução aos trabalhadores?
Neste caso, como sempre, o Partido Comunista tem uma mesma política no Governo e fora do Governo. Lutamos e lutaremos ao lado dos trabalhadores portugueses, dos seus sindicatos, do seu grande movimento sindical já hoje existente, em defesa da unidade sindical.
Lutamos e lutaremos sempre pela unidade da classe operária, pela unidade das massas trabalhadoras, que é o melhor penhor do êxito da sua luta contra a exploração capitalista e o melhor penhor, nas condições políticas actuais, do caminho vitorioso para a democracia e o progresso social.

Camaradas:
Peço desculpa, a vós assistentes a este comício de ter sido demasiado longo. Mas vivemos um momento político em que se tomam decisões sobre importantes problemas, em que os acontecimentos envelhecem rapidamente, e aquilo que aqui acabei de dizer era melhor dizê-lo hoje de que não tivesse ocasião de dizê-lo.
Peço também desculpa do longo discurso aos nossos queridos hóspedes, que vieram conhecer directamente a realidade portuguesa e trazer-nos notícias das realizações e experiências da República Democrática Alemã e do Partido Socialista Unificado da Alemanha.
São muito diferentes as condições em que lutamos os nossos dois partidos. Na República Democrática Alemã está avançada a construção do socialismo. Em Portugal inicia-se a construção da democracia.
As nossas tarefas de hoje são muito diferentes das do Partido irmão da RDA.
Mas o Partido Comunista, a classe operária e os trabalhadores de Portugal, acompanham com profundo interesse as realizações do povo da RDA, assim como dos outros países socialistas, países que apresentam o luminoso exemplo do fim da exploração do homem pelo homem.
Tal como sucedeu nos países socialistas, e original que será sem qualquer dúvida traços característicos, o socialismo em Portugal apresentará desde hoje no processo revolucionário. Mas no essencial as aspirações mais profundas da classe operária e das massas trabalhadoras, a vida presente dos países socialistas é de certa forma a aspiração do seu próprio futuro.
Viva o Partido Democrático Alemão!
Viva o Partido Socialista Unificado da Alemanha!
Viva Portugal! Viva o Partido Comunista Português!
Viva o Internacionalismo proletário!

informação

- O Partido Socialista elegeu no sábado, durante uma reunião da Comissão Nacional, os membros da sua Comissão Directiva, do Secretariado e da Comissão de Fiscalização e Contas. Foram apresentadas duas listas, A e B. Para o Secretariado, a primeira obteve mais 13 votos; para a Comissão Directiva mais 25, num total de 151 votos emitidos.
- As cooperativas de consumo e outras instituições orientadas para a promoção económica e social dos seus associados foram autorizadas pelo Ministério da Economia a adquirir os produtos que carecem para abastecimento dos associados e respectivas famílias sem a intervenção de intermediários.
- O primeiro-ministro do Governo de Transição de São Tomé e Príncipe, Leonel d'Alva, exortou, no seu discurso de posse, os comerciantes portugueses e estrangeiros a permanecerem no país.
- A célula do PCP nos TLP protestou contra a presença na empresa de «fascistas, legionários, pides e ladrões nos postos que ocupavam durante o regime deposto». E responsabiliza dois elementos, Faro Vilana e Melo de Portugal, pela tentativa de um inquérito contra militantes comunistas que distribuíam um documento sobre a sabotagem económica.
- «Para que possamos atingir os nossos objectivos temos de nos unir — declarou o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, durante um comício na cidade do Luau. — Sem unidade não haverá independência completa. Sem unidade não haverá liberdade.»
- O camarada Agostinho Neto visitou a República do Gabão onde foi recebido pelo presidente Omar Bongo.
- Uma delegação do MPLA, presidida por Lúcio Lara, inaugurou em Cabinda a sede local do Movimento. Milhares de pessoas assistiram à cerimónia.
- Em Moçambique foram presos 70 indivíduos suspeitos de participação activa na tentativa reaccionária de 7 de Setembro e nos sangrentos distúrbios de 21 de Outubro.
- Elementos do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE apreenderam no dia 19, no edifício das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, munições e panfletos pertencentes ao coronel Mota Carmo, falecido em Maio. Segundo se informa essas objectos vêm comprovar ligações com a ex-PIDE e a Legião.
- Um novo sistema de abono de família para os trabalhadores portugueses residentes na República Federal da Alemanha entrará em vigor no dia 1 de Janeiro.
- O ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, de Bragança, que estava preso no Brasil, será expulso pelo governo do general Ernesto Geisel. O Superior Tribunal Militar de Brasília reduziu a pena de 24 anos, a que fora condenado, para os três já cumpridos.
- Nandim de Carvalho pediu a sua demissão do cargo de secretário de Estado da Administração Interna.
- O coronel Carlos Alves Morgado assumiu o comando da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém.
- Setenta e oito parcelas serão expropriadas para execução do Plano Integrado de Oeiras-Zambujal, a cargo do Fundo de Fomento da Habitação.
- O ministro da Educação e Cultura suspendeu das suas funções, por três meses, os professores do Instituto Superior Técnico Carlos de Medeiros Portela, António Carvalho de Sales Luís e Pedro Cavaleiro Rodrigues Martinho. Foi suspenso pelo mesmo período o professor João de Almeida Garrett, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. O prof. Jaime Rebelo Pinto, do IST, foi aposentado.
- Para evitar a sabotagem dos bancos privados, a assembleia geral dos bancários do distrito de Coimbra aprovou uma moção que convida as pequenas e médias empresas a comunicar ao sindicato qualquer recusa de desconto acompanhada da justificação dada pelo estabelecimento.
- O 12.º Encontro Europeu de Estudantes, efectuado em Bona, na RFA, solidorizou-se com os êxitos do processo democrático português e com a política de descolonização do nosso país. Uma delegação de pré-UNEP participou nos trabalhos.
- Por iniciativa do MDP/CDE realizaram-se em Paris, no sábado e no domingo, duas sessões de esclarecimento destinadas aos emigrantes portugueses.
- O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas iniciou no concelho de Almada uma campanha tendente a criar ali creches e jardins de infância.
- Os irmãos Barreiros, proprietários da herdeira da Apariça, e José Gomes Palma, dono da herdeira do Outeiro, ambas em Beja, foram notificados pelo Instituto de Reorganização Agrária de que as suas terras poderão ser alugadas, nos termos da lei, se continuarem a ser mal cultivadas.
- Os conselhos de administração e fiscal da Companhia de Seguros «O Alentejo» foram suspensos e substituídos por uma comissão administrativa, por decisão do Ministério das Finanças. Naquele companhia foram registadas graves irregularidades, lesivas dos interesses dos segurados.
- O Conselho de Ministros suspendeu a administração da Propam — empresa de tipo cooperativo com um capital de 50 000 contos distribuído por 1886 acionistas — e nomeou uma comissão administrativa.
- O secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, com fundamento em queixas apresentadas pela comissão de saneamento do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, determinou um inquérito à Direcção dos Serviços de Edifícios dos CTT.
- Apenas 4 por cento dos estudantes universitários são filhos de trabalhadores, recordou, no Porto, o prof. Oscar Lopes.
- Foi marcado para 20 de Janeiro o julgamento de Ramiro Valdeão, ex-presidente do conselho de administração da Rádio-televisão Portuguesa. Valdeão está incriminado em mais de 200 artigos.
- Pela Guarda Fiscal do Porto foi preso, em Pedras Rubras, quando pretendia embarcar para Londres, um casal que levava escondidos 140 contos, além do dinheiro declarado: 818 libras e 6600 escudos.
- O Estado vai adquirir as minas do Pejão, em Aveiro, integrando-as numa empresa pública de carvão e urânio.
- A pedido dos trabalhadores, o Estado intervirá na Companhia Industrial de Fibras Artificiais — CIFA.
- O Grupo Coordenador de Divulgação, directamente dependente do ministro Vítor Alves, será integrado no Ministério da Comunicação Social.
- A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto elaborou um projecto para a construção de 2000 casas.
- A Caixa Geral dos Depósitos outorgou um empréstimo de 260 000 contos à Câmara Municipal de Lisboa para que a Carris possa adquirir novos autocarros e para pagamento das obras de ampliação das estações do Metropolitano.
- A taxa de desconto do Banco de Portugal foi aumentada de 6,5 por cento para 7,5 por cento. Nos bancos comerciais, os depósitos à ordem passam a vencer o juro de 1 por cento.
- Por força de um decreto-lei publicado no «Diário do Governo», mantêm todos os seus direitos nas instituições da Previdência os trabalhadores que, pertencendo aos quadros de qualquer empresa, tenham sido ou venham a ser designados, nomeados ou eleitos para administradores das mesmas empresas.
- Há 110 anos, a população dos Açores representava 5,81 por cento da população total do Continente; em 1960, 3,68 por cento; em 1970, 3,53 por cento; em 1972, apenas 3,24 por cento. Em 1970, a população do arquipélago era de 290 000 habitantes, número muito inferior ao dos açorianos residentes nos Estados Unidos.
- Um plenário nacional de sargentos, realizado no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, afirmou o seu apoio total e incondicional à letra e ao espírito de Programa do MFA. Estiveram presentes elementos da Comissão Coordenadora do Programa do Movimento e o general Carlos Fábão, chefe do Estado-Maior do Exército.
- Dois dirigentes do MDP/CDE, Lino de Carvalho e Pedro Ramos de Almeida, ficaram gravemente feridos num acidente de viação ocorrido no sábado, entre Montargil e Ponte de Sor, quando se dirigiam a Castelo Branco, onde deviam participar num comício do seu partido.

Lobos e cordeiros

O semanário «O Emigrante — Voz de Portugal», de Lisboa publica no seu número de Dezembro, sob o título «Querido Portugal não sejas comunista», uma carta dos Estados Unidos assinada por A. Félix, de New Jersey. Esse documento, que abre a primeira página e ocupa metade dela, está redigido em tom de sermão. O autor, depois de algumas considerações breves sobre o 25 de Abril, informa que nos Estados Unidos há um cuidado especialíssimo com o comunismo a todos os níveis. Ao nível do povo — esclarece — uma pessoa que se queira empregar tem de preencher uma impressão. Isto em qualquer empresa. Este impresso tem por finalidade a identificação da pessoa, locais anteriores de trabalho, etc. Lá vem a clássica pergunta se pertence ou pertenceu a qualquer organização comunista ou se foi ou é comunista, etc. Escusado será dizer que se responder afirmativamente não lhe dão emprego.

O sr. Félix faz o elogio desse processo de selecção de trabalhadores que considera extremamente democrático. E salienta que pertencer a qualquer outro partido não é risco. Ao Governo e às empresas dos EUA somente interessa identificar e isolar os comunistas. E acrescenta, irritado: «Portugal, país pequeno e recém-nascido, dá-se ao luxo de brincar com esse flagelo, permitindo todas as infiltrações a todos os níveis, desde o simples povo aos mais altos cargos ocupados». O sr. Félix acha que os comunistas têm garras e são «piores do que feras na floresta», e lamenta que o povo colaborando com eles esteja traindo «este cantinho à beira-mar plantado». Imagina-se depois numa tribuna e grita: «Povo de Portugal! Abre os olhos e não te deixes iludir por esses que andam vestidos de cordeiro, só dizendo mal do passado.» O ideal, para o sr.



Félix, seria que «algumas pessoas desse nosso povo pudessem conversar, como por exemplo com gente cubana que chega à América do Norte todos os dias. Eles relatam-nos o que era Cuba sem comunismo e o que é agora depois do regime comunista». E termina com um apelo: «Portugal, não sejas comunista. Eu sei que tu não queres ser, mas o teu povo é não quem ordenará.»

A carta é demasiado longa para que a possamos transcrever na íntegra. É uma pena, pois raramente aparece algo comparável em matéria de fanatismo anticomunista... E de estúpidez.

O sr. Félix, pela distinção, está em tanto desactualizado, parece desconhecer que em Portugal, sob o fascismo, os métodos americanos que admira e recomenda eram moeda corrente e mais aperfeiçoados ainda. A profissão de fé ideológica e anticomunista foi durante muitos anos uma exigência oficial. Não se podia obter emprego sem ela. O que o sr. Félix consegue, portanto, é apenas esclarecer que nos Estados Unidos continua a ser uma realidade aquilo que acabou em Portugal com o 25 de Abril. Na grande República americana a caça às bruxas não terminou e é uma exigência do Estado e das empresas. Com muitos etc. o sr. Félix abstém-se, porém, de revelar que até mesmo nos EUA as discriminações no trabalho e no emprego por motivos ideológicos merecem a repulsa de esmagadora maioria de povo. A palavra macarismo (do nome de McCarthy, o fascista que inspirou essa política) tornou-se sinónimo de abjeção.

A linguagem do sr. Félix é uma cópia fiel da linguagem do fascismo. Ressuscita os «slogans» da propaganda fascista. Sonha com comunistas de garras, cobertos de peles de cordeiro. Seriam verdadeiros lobos. E a prova disso está para o sr. Félix no facto de que dizem «mal do passado». Os verdadeiros cordeiros são, portanto, os que têm saudades do passado. Isto é, os fascistas. Os que pensam como o sr. Félix.

Gostaria também o sr. Félix que o nosso povo pudesse conversar com «gente cubana, que chega à América do Norte». Essa gente, convém acentuar, são os famosos «gusanos», a pior escória contra-revolucionária das Américas, a máfia que naquele continente conquistou uma posição destacada nos negócios da prostituição, do tráfico de drogas, da venda de literatura pornográfica. E não diz também que Cuba, antes da Revolução era um país de analfabetos, o prostíbulo dos EUA, onde os camponeses moravam em cabanas de colmo e passavam fome. Hoje, não há ali um adulto ou uma criança que não saiba ler, a exploração do homem acabou, a renda «per capita» é uma das mais elevadas da América Latina.

Só num ponto estamos de acordo com o sr. Félix: o «povo é quem ordenará». E o povo português não pensa pela cabeça do sr. Félix, não é fascista. O povo português para saber o que deve fazer não precisa de mentores da sua laia, de conselhos e opiniões que se diria terem sido extraídos de um manual da PIDE.

Os sermões e máximas do sr. Félix estão destinados aos caixotes do lixo. O que tem significação é o facto de serem divulgados com tanto destaque por um semanário que se publica em Portugal. Segundo o cabeçalho, é dirigido pelo «Padre Doutor V. J. Melícias Lopes». É verdade que se trata de uma folha de couve inexpressiva. Mas ficamos sabendo que é uma folha fascista.

Cabo Verde será independente a 5 de Julho do próximo ano

O processo de descolonização registou um novo avanço com a assinatura no dia 19 do acordo sobre Cabo Verde, entre o Governo Português e o PAIGC. O documento foi firmado pelos ministros Melo Antunes e Almeida Santos, membros da delegação portuguesa, e pelo comandante Pedro Pires e Amaro Alexandre da Luz, por parte do PAIGC. Publicamos a seguir os 19 artigos do acordo:

1.º — O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência, em conformidade com a Lei Constitucional Portuguesa n.º 7/74, de 26 de Julho, e com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas e tendo, também, em conta, a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

2.º — O Governo Português e o PAIGC, conscientes da necessidade de assegurar, nas melhores condições possíveis, a transferência de poderes para o novo Estado independente de Cabo Verde, acordam em estabelecer o esquema e o calendário do respectivo processo de descolonização, nos termos dos artigos seguintes:

3.º — Por lei constitucional desta data, que consagra soluções que mereceram o acordo do PAIGC, foram criados, para o território de Cabo Verde, os seguintes órgãos de representação e de Governo:

a) Um alto-comissário, com a categoria de primeiro-ministro, enquanto se encontrar no território de Cabo Verde, nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa.

b) Um Governo de Transição constituído pelo alto-comissário, que presidirá, e por cinco ministros encarregados de um ou mais dos seguintes departamentos: Ministérios da Administração Interna, da Justiça, da Coordenação Económica, da Educação e Cultura, do Equipamento Social e Ambiente, do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

4.º — Ao alto-comissário compete, em especial:

a) Representar a soberania portuguesa.

b) Presidir ao Governo de Transição, coordenar e fiscalizar a execução da política definida em Conselho.

c) Dirigir os departamentos governamentais da Defesa e da Comunicação Social.

d) Exercer as funções de comandante-chefe das Forças Armadas.

e) Declarar sempre que possível, com o prévio acordo do Presidente da República, o estado de sítio.

f) Garantir o cumprimento do presente acordo, assegurar com a colaboração do Governo de Transição, as medidas tendentes a garantir o livre exercício dos direitos fundamentais do Homem, a todos os cidadãos.

5.º — Ao Governo de Transição incumba o exercício da totalidade dos poderes legislativo e executivo, relativamente ao território do Estado de Cabo Verde e nomeadamente: conduzir a política geral do Estado de Cabo Verde; a sua gestão económica e financeira; promover a democratização do território, nomeadamente através da substituição das estruturas coloniais.

6.º — O Governo de Transição exercerá a função legislativa por meio de decretos-leis e a função executiva por meio de decretos, regulamentos e instruções, assinados pelo alto-comissário e pelo ministro ou ministros titulares dos departamentos a que as respectivas matérias digam respeito.

7.º — O alto-comissário e os ministros definirão, colegialmente, as linhas de orientação governamental, cuja execução será assegurada pelo titular do departamento respectivo.

8.º — O Governo de Transição deliberará por maioria, tendo o alto-comissário voto de qualidade.

9.º — O Presidente da República Portuguesa escolherá e nomeará, além do alto-comissário, dois ministros do Governo de Transição, sendo os restantes três por ele nomeados, segundo indicação do PAIGC.

10.º — Ao Governo de Transição competirá executar, nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania da República, as operações conducentes à eleição, por sufrágio directo e universal, em 30 de Junho de 1975, de uma Assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura Constituição desse Estado.

11.º — O acto da declaração da independência do Estado de Cabo Verde coincidirá com o da investidura dos representantes eleitos do povo de Cabo Verde, e terá lugar, na Cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975, com a presença ou a representação do Presidente da República Portuguesa, para o efeito da assinatura do instrumento solene de transferência total e definitiva da soberania, devendo esse instrumento ser também assinado pelo presidente da Assembleia Constituinte que, entretanto, tiver sido por esta designado.

12.º — O Governo Português declara a sua intenção, que o PAIGC regista, de, até à declaração da independência, e depois dela, prestar ao Estado de Cabo Verde a assistência financeira, técnica e cultural, ao seu alcance, em ordem e manter e estimular perfeitamente relações de amizade e cooperação activa com o novo Estado, numa base de independência, respeito e compreensão mútuos e reciprocidade de interesses.

13.º — O Governo Português declara, nomeadamente, a sua intenção, que o PAIGC igualmente regista, de não alterar a sua actual política em relação aos emigrantes cabo-verdianos.

14.º — Por seu turno, o PAIGC declara a sua intenção, que o Governo Português regista, de fazer tudo quanto estiver ao seu alcance no sentido da salvaguarda dos cidadãos e dos legítimos interesses portugueses, residentes e situados no território de Cabo Verde, bem como no sentido de preservar e reforçar os laços de afinidade cultural e de amizade entre o Povo Português e o Povo de Cabo Verde.

15.º — O Governo Português declara a sua intenção, que o PAIGC regista, de celebrar, com o futuro Estado de Cabo Verde, acordos bilaterais de cooperação activa em todos os domínios.

16.º — O Governo Português e o PAIGC comprometem-se a, directamente ou através do Governo de Transição, promoverem a obtenção de apoio financeiro ao Estado de Cabo Verde, das agências especializadas ou dos fundos de emergência da ONU, ou de outros países, na base de acordos bilaterais ou multilaterais.

17.º — O Governo Português e o Estado de Cabo Verde, regularão, por acordo, firmado através do Governo de Transição ou dos órgãos de Governo que resultarem da futura Constituição do Estado de Cabo Verde, o calendário e o esquema segundo os quais haverá de processar-se a redução gradual, até ao regresso total, das forças Armadas portuguesas, sediadas no território.

18.º — A delegação do Governo Português e a delegação do PAIGC felicitam-se por terem chegado a bom termo as negociações consubstanciadas, no presente acordo, afirmado na recta convicção de que constitui a melhor salvaguarda dos mútuos interesses do Povo Português e do Povo de Cabo Verde.

19.º — O presente acordo depende, na sua validade formal, da homologação do Presidente da República Portuguesa e do secretário-geral do PAIGC.

O tráfico de escudos e a conspiração reaccionária

Na semana passada a Polícia francesa apreendeu no posto de Hendaia 17 260 contos em moeda portuguesa em duas operações quase seguidas. Na primeira, as autoridades daquele país revistaram um automóvel suspeito e encontraram, escondidos, 8000 contos, em notas do Banco de Portugal. As agências noticiosas relataram o caso em telegramas lacónicos. Não foram divulgados os nomes dos passageiros do carro nem o número e nacionalidade da matrícula. Três dias depois, foi preso, no mesmo posto, um traficante belga que levava 9260 contos, também em escudos. Interrogado, o referido indivíduo confessou ter já realizado, e com êxito, várias transferências clandestinas de divisas nos últimos meses. A Polícia francesa estaria convencida de que o dinheiro se destinaria a trabalhadores portugueses interessados em converter francos em escudos para evitar as taxas e sobrecargas das transferências legais.

As suposições da Polícia francesa são apenas suposições. Enquanto não forem confirmadas por factos concretos, carecem de fundamento. Os dois casos podem, aliás, ser muito diferentes. A realidade é a saída ilegal do País de 17 260 contos. A realidade é a existência de um tráfico de escudos que constitui crime contra a economia nacional e está a assumir proporções alarmantes. Não é, aliás, apenas pela fronteira terrestre que o dinheiro português está a ser encaminhado para o estrangeiro. Nem é somente para França que sai fraudulentamente. A evasão de escudos é inseparável da conspiração reaccionária, das manobras de sabotagem económica, das actividades



das forças contra-revolucionárias contra o processo de democratização. As denúncias oficiais contra os ex-administradores da Torralta e do BIP envolvem também em transferências ilícitas são a esse respeito muito significativas. Os processos são muitos, o fim é sempre o mesmo. Nos Estados Unidos e no Canadá nunca apareceram tantos escudos. No Brasil a invasão de notas do Banco de Portugal é tal que o valor da nossa moeda caiu ali mais de 12 por cento em dois meses, apesar de, nesse período, o cruzeiro ter sofrido duas desvalorizações.

Epidétiolos como os agora verificados na fronteira francesa constituem uma advertência. A reacção não desiste. A reacção recorre a todos os meios para conspirar contra a democracia, para sabotar a economia nacional. E a fuga de capitais é uma das armas mais eficazes da conspiração contra-revolucionária. Desde o 25 de Abril, mais de 20 milhões de contos saíram do País, fugindo ao «contrôle» do Estado e à vigilância dos empregados bancários. Se tivessem permanecido em Portugal, esses capitais modificariam totalmente o panorama da conjuntura económica, num momento em que a balança comercial e a balança de pagamentos vão fechar com grandes défices.

O Congresso do MES

O Congresso do Movimento da Esquerda Socialista aprovou, nos dias 21 e 22, as bases programáticas e estatutárias do Movimento, elegeu a sua Comissão Política e definiu as grandes linhas da sua futura acção.

Para a Comissão Política, foram eleitos os seguintes elementos: Augusto Mateus, Vítor Wengorovits, Nuno Teófilo Pereira, Rogério de Jesus, José Dias, Celso Cruzeiro, Ribeiro Mendes, Paulo Bárca, Edilberto Moço, Afonso Barros, Luís Martins, Carlos Pratas, Marcolino Abrantes, Vítor Silva, Francisco Faria e António Machado.

Segundo os Estatutos aprovados, o MES é uma organização marxista

que luta pela construção do socialismo em Portugal, isto é, de uma sociedade em que os trabalhadores, detendo o poder político e a posse dos meios de produção, organizem esta para a satisfação das necessidades de comunidade e não para o lucro, ponho fim à escravatura do trabalho assalariado e à divisão entre o trabalho manual e intelectual, caminhando na construção do socialismo.

A construção da sociedade sem classes, ou seja, do comunismo, passará pela ditadura do proletariado, entendida como a ditadura sobre a classe exploradora e, consequentemente, a democracia operária, que é a plena liberdade de auto-organização da classe trabalhadora, e o desaparecimento progressivo do Estado.

O MES defende o internacionalismo proletário, solidarizando-se com todas as classes e povos oprimidos e explorados, e declara-se disposto a actuar em comum com as forças que lutam contra o colonialismo, o imperialismo e a exploração capitalista.

O Partido Comunista Português esteve representado no Congresso do MES por uma delegação formada pelos camaradas José Vitorino e Albano Nunes, do Comité Central.

Mais pides em Caxias

Pedro de Oliveira Reis, administrador gerente da Companhia Portuguesa de Electricidade; e Fernando Tavares de Pina e Almeida, chefe de secretaria e responsável pela segurança do Banco Borges & Irmão, estão presos no Forte de Caxias. Eram ambos elementos da ligação entre a extinta PIDE e as respectivas empresas. A população de ex-pides, em Caxias, acaba, aliás, de receber um reforço. Dos Açores, foram transferidos para ali os seguintes presos: chefe de brigada Gentil Garcia Coelho e David José Rendeiro; agentes de primeira classe Luís Passarinho Simas, Manuel José Pacheco, José Albertino Teixeira e Costa, Carlos Alberto Jesus Correia e Ramiro de Jesus Carrola; agentes de segunda classe, José Fagundes, José Dorvalino Gonçalves Feijó, Manuel Martins Fernandes, José Daniel dos Santos Ferreira, Fernando Marques da Fonseca, José Álvaro Ferreira Imperial, Delfim Manuel Franco Pacheco, José David Correia, Pinheiro, António de Castro Rodrigues, José Justo André Boxo e Rosendo Ventura Samarra; radiotelegrafistas, Joaquim Ramos Gomes e Herculano de Jesus.

A confirmação de que dois altos funcionários da Companhia Portuguesa de Electricidade e do Banco Borges & Irmão eram elementos de extinta PIDE confirma o que temos dito acerca da necessidade de se aprofundar o saneamento e de se reforçar a vigilância dos trabalhadores em relação a elementos cuja conduta sempre foi suspeita antes do 25 de Abril. A PIDE tinha elementos seus até na alta administração das empresas.

A reacção ressuscita «a Mensagem de Fátima»

Pelas aldeias do Norte do País está a ser amplamente distribuído um estranho folheto. O título é longo: «Um apelo que deve transportar os muros do claustro de Coimbra. Leia e faça os outros lerem. Telefone ou escreva e faça os outros telefonarem ou escreverem.»

Afirma-se, depois, que «Portugal atravessa uma grande crise, indiscutivelmente uma das mais graves da sua História» e relaciona-se a suposta crise com «a Mensagem de Fátima». Alude-se ao «neopaganismo reinante nas mentalidades e nos costumes», pelo que não é de «esperar que um dos castigos pronunciados pela Mãe de Deus já se faça sentir na nossa Pátria». E, a seguir, a inevitável tirada anticomunista: «Com efeito, Ela disse que a Rússia espalharia os seus erros por toda a parte. E eles por aqui se difundem.» Portugal, informa o folheto, estaria em situação ameaçada das mais terríveis punições. Até ao fim do Mundo! Só haveria uma maneira de poupar ao povo tal tragédia. E vem a solução salvadora: tomar pública «a parte da Mensagem de Fátima ainda não revelada pela Irmã Lúcia». E por que motivo? O piedoso folheto explica: «Tudo leva a crer que ela continha as palavras capazes de esclarecer e reanimar as imensas multidões desamparadas deste nosso século de confusão e pecado.»

O fim é um apelo à mobilização dos católicos. Pede-se para que cada um escreva à Irmã Lúcia implorando-lhe que revele a parte ainda não declarada da sublime Mensagem. «Milhões de pedidos neste sentido — salienta-se — poderão vater à nossa Pátria palavras imprecisadas nas quais se veja brilhar, em meio às preocupações do momento, o sorriso celestial da Virgem Mãe.»

O folheto termina com a direcção da Irmã Lúcia, em Coimbra. Mas o que brilha nele não são propriamente sorrisos celestiais. É sobretudo a ausência de qualquer assinatura. É um texto anónimo. Um texto da reacção, semelhante a outros do mesmo género que a «maioria silenciosa» utilizou em Setembro. O objectivo é muito claro: explorar contra a democracia, contra o povo, contra o MFA, contra todas as forças progressistas a religiosidade e as crenças das populações rurais menos esclarecidas e mais supersticiosas.

Como era de esperar, o papão do comunismo é um dos temperos do texto de provocação. Para evitar as punições de Nossa Senhora de Fátima só haveria um caminho: pedir à Irmã Lúcia que conte o que ainda não contou.

Enfim, da reacção pode-se esperar tudo. Até que imprima a resposta da Irmã Lúcia ao apelo que lhe foi dirigido, mesmo que ela o ignore devido à sua avançada idade ou a instruções superiores. O que a reacção pretende é apenas inventar uma «mensagem divina» anticomunista, antidemocrática, reaccionária.

O que a reacção não ousa confessar é que o próprio Vaticano manteve desde o início a maior reserva sobre tudo o que se relaciona com a chamada «mensagem de Fátima» e condena a exploração do tema.

O facto concreto é que o folheto com o apelo circula aos milhares pelo País. É um folheto anónimo, uma provocação reaccionária que pretende exprimir os sentimentos dos católicos portugueses. Mas envergonha todos os verdadeiros católicos cujo sentimento merecem o nosso respeito. Ser, por isso, oportuno, que a hierarquia da Igreja dissesse uma palavra a respeito de iniciativas como o apelo à Irmã Lúcia, que, directa ou indirectamente, acabam, também, por envolver a dissociação de delas, condenando-as, prestará um serviço ao povo português e a todos os católicos autênticos.

Casas provisórias para desalojados

Na zona da Pontinha estão a ser construídos pavilhões para famílias que sofrem duramente as consequências da política habitacional do fascismo. Cada uma dessas construções permitirá alojar quatro famílias. Os blocos são considerados de carácter provisório e, por isso, construídos toscamente. As paredes, de tijolo simples, são rebocadas com uma massa de cal e areia. O fundamental é concluir a obra o mais rapidamente possível para proporcionar residências decentes, embora não confortáveis, a muitas famílias que, no momento, estão precariamente alojadas em tendas de campanha. No dia 11, entretanto, em obediência a uma ordem superior, os trabalhos de reboco foram suspensos.

A medida, além de antipopular, choca-se com os princípios humanitários do Programa do MFA. Compreende-se que construções provisórias apresentem um acabamento deficiente. Mas não se compreende que o argumento do provisório seja invocado para desvirtuar na prática o carácter social de uma iniciativa. O material é barato e as paredes, de tijolo sobre tijolo, têm buracos. Pelos buracos entra o frio, entra a poeira, penetra a humidade. O reboco, mesmo tosco, é absolutamente indispensável. O bairro definitivo, a ser construído na zona, só estará pronto para ser habitado em 1976. Mas, mesmo então, os actuais pavilhões provisórios poderão ser muito úteis para alojar outras famílias que vivem em barracas enquanto aguardam residências decentes. Uma casa, mesmo provisória, deve corresponder a um mínimo de exigências. Uma casa sem reboco, com buracos, não é uma casa feita para que nela vivam seres humanos.

Portugal e a União Soviética assinaram um acordo comercial e outro de navegação

A União Soviética e Portugal assinaram em Moscovo nos dias 19 e 20 um acordo comercial e um acordo de navegação orientados.

O primeiro desses acordos define os princípios orientados das relações económicas entre os dois países, e estabelece normas para a instalação de missões comerciais nas duas capitais. O acordo, que entrou em vigor imediatamente, institui a concessão mútua do regime de nação mais favorecida. O documento foi assinado por Nikolai Patolichev, ministro do Comércio Externo da URSS, e José Vera Jardim, secretário de Estado do Comércio Externo de Portugal.

O segundo acordo, que trata da repartição da produção de petróleo soviético os maiores êxitos ao povo português na sua luta por um Portugal democrático e livre. Vera Jardim, em resposta, aludiu às largas possibilidades de importação de petróleo soviético por Portugal e às perspectivas abertas à exportação para a URSS de têxteis, vinhos, calçado, cortiça, concentrados de tomate e outros produtos portugueses.

O acordo sobre navegação marítima visa a encorajar a utilização de barcos portugueses e soviéticos no transporte de carga entre os dois países. O texto assinado estabelece a isenção do pagamento de taxas duplas para as companhias marítimas, define a repartição do volume de cargas pelas respectivas marinhas mercantes e estabelece normas para a assistência mútua efectiva em casos de emergência.

Durante a sua permanência na União Soviética, o director-geral da Cultura Popular e Espectáculos, Vasco Pinto Leite, anunciou quase simultaneamente que o acordo de cooperação cultural a ser assinado em breve abrangará a música, o teatro, o cinema e a rádio.

TRABALHADORES REPUDIAM OS JORNALISTAS COMUNISTAS DO PORTO SEMINÁRIO DA CISL ANALISAM A SITUAÇÃO ACTUAL DA IMPRENSA

O Hotel das Arribas, centro turístico, foi o local escolhido para um seminário internacional organizado pela CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), cujo tema central consistiu «na discussão dos problemas dos jovens trabalhadores portugueses e de outros países da Europa, assim como a análise do esforço de reconstrução do sindicalismo democrático nos países como Portugal, Grécia, Moçambique, Angola, etc.».

Com estas palavras, o representante da CISL em Portugal, procurava, talvez, justificar o que, falando em termos claros, é uma abusiva e escandalosa ingerência na vida dos trabalhadores portugueses com objectivos bem definidos.

Durante 48 longos anos de resistência à ditadura fascista, os trabalhadores portugueses provaram a sua maioridade política. Enquanto a CISL, de vez em quando, atacava o fascismo em Portugal através de teóricas explicações nunca tão violentas como quando se referia aos países socialistas num tom, grosseiramente, não já anticomunista mas até anti-histórico, os trabalhadores portugueses, com a sua luta prepararam o terreno para o 25 de Abril. E é a nós, povo que, sob o fascismo viveu, e contra ele lutou, que a CISL tem pretensões de vir ensinar o que é o sindicalismo democrático. É evidente que o seu «sindicalismo democrático» não é o nosso, o que definimos com a experiência provada numa batalha que vem de longe. Quem quiser saber em que consiste o «sindicalismo democrático», da CISL averigue o seu passado histórico. Surgindo após o final da II Guerra Mundial, a CISL deixou a marca da sua acção «sindical democrática» no concurso à cisão do movimento sindical italiano. Cindido, dividir, eis o objectivo desta organização internacional que se pretende defensora dos trabalhadores.

Do «basismo» às bases reais e grande a distância

Representando os trabalhadores portugueses ao seminário, dezito sindicalistas «que se definem partidariamente» e alguns com responsabilidades políticas em conhecido partido, falou-se de bases a torto e a direito. E, no entanto, quais as bases que elegeram o dezoito? Onde estão? Quem se referiu a elas?

Não deixa de vir a propósito recordar algumas palavras do camarada Alvaro Cunhal em «Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista»: Característico da demagogia «basista» é o aparecimento de organismos que, intitulando-se «comités de bases», pretendem de facto desde a sua formação ser «a direcção». Desde logo sem quererem saber da opinião da «base», que no fim de contas desprezam, criticam organismos e quadros dirigentes, dão directivas, pretendem explicitamente chamar a si a chefia, serem a «cúpula». Tudo isso «em nome da base».

Enquanto num jornal, se noticiava que entre os dezito, doze representavam sindicatos (cujo anonimato se mantinha), noutra notícia falava-se em representação do Sindicato dos Electricistas, que, prontamente veio negar qualquer representação. Pelos vistos, as bases ignoram a sua própria representação...

Analisou-se ainda no seminário a Lei da Greve e o projecto-lei das Associações Sindicais. Tomouse posição. Curiosamente, uma posição, em absoluto, contrária à que milhares de trabalhadores portugueses, de norte a sul do País, manifestaram, através dos sindicatos, a sua vontade ao Ministério do Trabalho.

Assim, em nome de bases fantasmas se desprezou a vontade das bases reais que são os trabalhadores portugueses. Mais de dois milhões de trabalhadores portugueses são representados pela Intersindical, organização que convém à CISL ignorar. Os trabalhadores portugueses não encodemam o sermão a representantes que só representam a si próprios, nem a organizações estranhas. Pelo contrário, dispensam-lhos bem!

De resto, dadas as tendências divisionistas da CISL, de maior utilidade lhe seria debruçar-se sobre a legislação fascista relativa aos sindicatos onde encontraria matéria de inspiração adequada aos seus fins, que não resultarão em Portugal.

Trabalhadores repudiam «obscuro» seminário

A provar o fracasso desta realização da CISL e das suas intenções, a imprensa portuguesa publicou notícias bem claras: «Telegramas em cácia chegam à sede da Intersindical e a outros organismos associativos». Alguns exemplos: trabalhadores portugueses, técnicos de desenho, profissionais de propaganda, médica, motoristas de Lisboa, profissionais da indústria hoteleira, profissionais de escri-

tório. Também as tripulações dos navios «Ulge» e «Príncipe Perfeito» juntaram o seu protesto pela realização «cislina» no nosso país. Em todos os telegramas e comunicados, o mesmo tom: afirmação da unidade e unicidade sindicais, repúdio pela ingerência de organizações estrangeiras, «ainda por cima suspeitas», na vida sindical, contra o «obscuro» seminário.

Em comunicado à Imprensa, a Intersindical Nacional, toma posição da qual destacamos alguns pontos:

«Perante as notícias que têm vindo a público sobre a realização no nosso país, por iniciativa da CISL, de um «seminário de sindicalistas» portugueses e estrangeiros, a Intersindical Nacional cumpre o dever de esclarecer o seguinte:

1. Na defesa da unidade do movimento sindical português e internacional, a Intersindical Nacional, em assembleia plenária de sindicatos, decidiu abster-se da filiação em qualquer das centrais sindicais internacionais.

2. Tal decisão não tem impedido que a Intersindical sempre tenha demonstrado disponibilidade para manter com todas as confederações nacionais e internacionais relações de amizade e colaboração, com base nos princípios que regem a normalidade das relações entre as organizações de trabalhadores, incluindo o de respeito mútuo e de não ingerência.

3. Esta posição da Intersindical Nacional foi já, oportunamente e claramente exposta, em entrevistas realizadas na sede do nosso movimento, a qualificados dirigentes das três confederações mundiais, incluindo a CISL, e mereceu de todas elas plena aceitação.

4. Contrariamente às afirmações produzidas por representantes da CISL, em conferência de Imprensa realizada em Lisboa, não é verdade que a Intersindical se tenha negado a estabelecer quaisquer relações de colaboração.

5. Naturalmente, a Intersindical Nacional não aceita nem a exigência de um tratamento preferencial nem a sua subordinação a qualquer das confederações.

6. A Intersindical Nacional considera que a iniciativa da CISL de promover em Portugal a discussão de problemas que respeitam aos trabalhadores portugueses sem o prévio acordo e a participação da organização sindical portuguesa, despreza os referidos princípios, e dificulta as normais relações do movimento sindical português com aquela confederação.

7. De igual modo, a Intersindical considera grave que um dirigente da CISL, pre-

sente nestas circunstâncias em Portugal, se publicamente a sua qualidade de secretário do grupo de trabalhadores da OIT, em atitude que contrasta com a posição assumida em 1971, quando, sob o fascismo, os trabalhadores portugueses reclamaram medidas contra a repressão de que eram alvo os dirigentes sindicais.

E depois de analisar as contraditórias notícias acerca da representatividade dos «sindicalistas» presentes ao seminário, o comunicado termina nestes termos:

A Intersindical Nacional continua a confiar que a Lei Sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do povo com o MFA, essencial ao processo de democratização em Portugal.

UNIDOS, ORGANIZADOS E SACAVEM

LUTA VITORIOSA DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Temperada por seis longos meses de luta pelas legítimas aspirações ao trabalho e ao pão, a festa de Natal dos trabalhadores da empresa Joaquim Francisco dos Santos, Lda., foi uma verdadeira festa à unidade e à combatividade dos trabalhadores.

Na luta que vêm travando desde o dia 3 do corrente pela reabertura e funcionamento da empresa, os trabalhadores têm alcançado vitórias notáveis.

Estamos certos de que a determinação e a confiança os conduzirão até à vitória total.

As manobras reaccionárias e provocadoras do patronato, os trabalhadores têm sabido responder prontamente e com solidariedade. Por outro lado, a solidariedade activa da Intersindical e a intervenção do Governo Provisório, através do secretário de Estado da Habitação, segundo comunicado da comissão de trabalhadores, foi acolhida com manifestação de satisfação e confiança que sejam coronados de êxito todos os esforços, ou seja, o respeito total pela dignidade dos trabalhadores e pela liberdade democrática existentes.

POPULAÇÕES DO NORTE CONTRA OS SERVIÇOS FLORESTAIS

De toda a zona do Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, acorreu gente à Casa do Povo desta freguesia a uma reunião de pequenos e médios agricultores, para análise e definição de medidas a tomar em torno dos seus problemas mais candentes.

Começando por ser uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, rapidamente ela se tornou uma reunião de trabalho. Depois de uma abertura inicial feita pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão do PCP para o Trabalho Camponês no Norte, em que foi apresentada a posição do nosso Partido e as medidas concretas apontadas por aquela comissão quanto a problemas concretos da agricultura, passou a discutir-se a questão do Parque Nacional e dos baldios, que foram problemas sempre ignorados pelas autoridades fascistas e que agora as populações desejam ver resolvidos.

O «Avante!» esteve ali e tomou contacto directo com estes problemas e, junto dos mais directamente atingidos, pôde constatar a plena consciência destes e das possíveis resoluções a levar a cabo.

Nós não estamos contra o Parque Nacional, nós queremos um Parque Nacional do Povo e para o Povo. Queremos técnicos competentes que nos ajudem a desbravar certos terrenos; queremos que nos devolvam os baldios que nos pertencem e que nos foram usurpados; queremos que a Florestal nos ceda agora as pastagens a que temos direito; e queremos que os cortes de madeiras venham a beneficiar também a população — frivava a dado passo, um dos presentes.

No decorrer da reunião foi decidido enviar uma tomada de posição colectiva ao director-geral dos Serviços Florestais e Agrícolas, acerca do anteprojecto do decreto que deve regulamentar as futuras formas de administração dos baldios. Assim, alguns casos como a degradação do ambiente e os prejuízos materiais verificados são pontos de análise nesta exposição que, depois de rebater algumas questões do articulado, termina:

«Em conclusão, o projecto de decreto em causa parece ter mais em mira salvar os Serviços Florestais numa ocasião em que a condenação da sua acção passada é possível pela liberdade que o MFA restituiu ao Povo do que propriamente corresponder às aspirações da restituição aos legítimos utentes da terra que lhes foi tirada.

«O que os povos desta área pretendem é que o que é seu e lhes foi tirado lhes seja devolvido cujo direito lhes reconhecem os artigos 1.º e 2.º do anteprojecto em causa. Querem reconstituir a sua vida comunitária anterior, com predomínio da economia pastoril e consequente exploração agrícola que ela possibilita, e aceitam, e até reclamam a colaboração dos técnicos silvícolas pecuários e agrícolas, mas não aceitam, seja em que modalidade for, uma sobreposição dos Serviços Florestais ou do Parque Nacional Peneda-Gerês aos seus consuetudinários direitos. Contra ela reclamam e continuam reclamando enquanto não forem atendidos. Que devolvam os seus montes, de que abusivamente se apropriaram às autarquias locais que de futuro, passarão a ser legítimos representantes do povo e, de seguida, tratarão com os diferentes serviços técnicos a melhor forma de os fazer produzir mais em benefício dos utentes e da economia nacional.»

Para prosseguirem os trabalhos, ficou assente realizar-se uma próxima reunião no dia 13 de Janeiro.

VIGILANTES VENCEREMOS. VIVA PORTUGAL INDEPENDENTE.

Trabalhadores portugueses rejeitam a ingerência

Não são originais estas intuições e as suas raízes não se alimentam de terrenos diferentes. O camarada Alvaro Cunhal, no comício da Amadora, referiu-se a elas:

«Veríamos agentes do patronato, agentes de partidos, agentes de interesses estrangeiros fomentarem e alimentarem a divisão dos trabalhadores.»

«Só a adopção urgente de profundas medidas antimonopolistas e antifundacionárias é susceptível de deter a sua ofensiva no campo económico — seu terreno favorito de afrontamento depois da derrota da intencional reaccionária de fins de Setembro.

A demora em tomar essas medidas — claramente apontadas na Plataforma de Emergência aprovada no Congresso Extraordinário do PCP — favorece a acção sabotadora do grande capital, mantendo-lhe possibilidades e meios de manobra. «Esta situação não pode manter-se por longo tempo. Ou os monopólios e latifundiários tomam conta do poder político instalando uma nova ditadura, ou as forças democráticas, para construírem um Portugal democrático, põem fim ao poder económico dos monopólios e latifundiários.» — con-

SEM RECENTEAMENTO HONESTO NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES LIVRES

CONT. DA PÁG. 1

como tal pela autoridade competente ou serem conjuges ou filhos menores de quem se encontre nessa situação e com ele residam.

3. — Enc on trarem-se acidentalmente no continente ou ilhas na data da eleição há mais de seis meses, isto é, estejam no País desde fins de Setembro deste ano, pelo menos.

O nosso Partido, o PS e o MDP/DE colaboram no recenseamento dos emigrantes «em estreita unidade em todas as operações eleitorais nacionais decorrentes em França de forma a garantir a sua democratização e a maior participação possível dos cidadãos portugueses eleitores».

No entanto, em nota comum os três partidos alertam, vivamente, para a ausência de saneamento em muitos consulados, o que constitui um grave entrave a um recenseamento completo e honesto, dificultando a participação dos três partidos nos actos eleitorais que se realizarão através dos serviços consulares onde as transformações democráticas e progressivas decididas pelo MFA e pelo Governo Provisório ainda se não fizeram sentir.

Por este facto, os três partidos apelam para que a população portuguesa em França, ainda mais energicamente, a indispensável deputação dos consules e funcionários que puseram os interesses do fascismo acima dos interesses dos trabalhadores e outros portugueses emigrados, servindo zelosamente e por vezes com grande gosto pessoal a ditadura, a repressão e a guerra colonial.

Só com a vigilância firme e cerrada dos emigrantes o seu processo de recenseamento poderá reflectir uma honestidade mínima, já que os injustificados atrasos no saneamento a nível da esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros não oferece quaisquer garantias na operação de recenseamento feita através dos serviços consulares.

Tal como no País, os emigrantes não deixarão de tentar, também, fazer do recenseamento uma tarefa popular, por mais que a Imprensa dos grandes grupos capitalistas feixe em falsar a imagem do País que edificamos e cuja construção passa por um recenseamento completo e honesto.

Em algumas zonas falseia-se o recenseamento

A este recenseamento honesto e completo diversas são as dificuldades que se têm, progressivamente, levantado e cuja gravidade não podemos ignorar. Em muitas regiões persistem juntas de freguesia por sanear outras são sançadas sem que a sua composição democrática seja devidamente assegurada. Das condições verdadeiramente democráticas no momento pré-eleitoral depende a autenticidade das eleições. Tudo o que fazer ou mal feito é o maior impedimento) um momento pré-eleitoral com estas condições não deixará de reflectir-se no resultado das eleições, das quais depende o futuro do povo português. Neste mo-

LEGALIZAÇÃO DO PCP

CONT. DA PÁG. 1

dores, o partido da resistência que ao longo dos 48 anos de fascismo viveu na mais feroz ilegalidade e pôs em prática formas das mais complexas na luta clandestina, é também hoje o primeiro a submeter-se à legalidade democrática e a cumprir as exigências da lei.

O PCP já existe desde 1921. Nos 5 anos que mediam até ao advento da ditadura fascista o Partido teve a sua actividade legal e aberta mas, pela primeira vez, o pedido de legalização, suscrito por 6145 portugueses de todos os pontos do País, se revestiu dum certa solemnidade.

O acto de entrega da documentação para a legalização do PCP significa não somente que o Partido se submete à lei e se propõe acatá-la mas também velará firmemente para que seja respeitada e cumprida, e, ainda, defenderá com todas as suas forças a legalidade democrática. Quando o povo exprime soberana e livremente a sua vontade, nenhum português e nenhuma força política têm o direito de violar a lei.

Um novo passo foi dado — outros deverão dar-se para que o nosso partido pense, trabalhe, se organize e se exprima em liberdade.

DELEGAÇÃO DE METALÚRGICOS CONVIDADA A VISITAR A URSS

Regressam de França os dirigentes sindicais metalúrgicos portugueses que, juntamente com mais de 40 delegações de vários países, participaram na VII Conferência Internacional dos Sindicatos da Metalurgia, realizada no princípio deste mês em Vichy.

A conferência foi organizada pela União Internacional dos Sindicatos da Metalurgia integrada na Federação Sindical Mundial, e a respectiva ordem de trabalhos debruçou-se sobre o fortalecimento da unidade e solidariedade dos trabalhadores e sindicatos da metalurgia, para a satisfação das suas reivindicações económicas e sociais e para a defesa e alargamento das liberdades e direitos sindicais e ainda para uma acção mais eficaz dos trabalhadores e sindicatos da metalurgia contra as multinacionais.

Como era de esperar a delegação portuguesa foi saudada e acarinhada por parte dos trabalhadores do mundo inteiro ali presentes e várias delegações, nomeadamente da URSS, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Polónia, Argélia e Congo (Brazaville) quiseram informar-se pormenorizadamente sobre o avanço da democracia no nosso país.

Fortes razões para encerrar o futuro

Durante o discurso de saudação proferido pelo porta-voz da delegação portuguesa, este afirmou, traçando a panorâmica da nova nação portuguesa, que sete meses após o 25 de Abril os trabalhado-

gados ao capital financeiro, a imprensa diária portuguesa, mercê da abolição da censura oficial e das lutas dos trabalhadores da Informação, deixa, após a queda do fascismo de estar totalmente ao serviço desses poderosos grupos económicos, de transmitir unicamente o que lhes convém para perpetuarem o seu domínio de classe.

Directores e altos funcionários administrativos foram saneados alguns casos; alguns jornais, graças à combatividade e vigilância dos trabalhadores da Informação, deixaram de estar ao serviço exclusivo dos grupos proprietários das empresas para passarem a servir, em larga medida, interesses do Povo Português.

4. Foi evidente que os jornais já não serviam inteiramente os grupos capitalistas e reaccionários na semana anterior à intencional de fins de Setembro, quando a Imprensa desempenhou papel importante na denúncia dos preparativos para a marcha e manifestação sediciosa em Lisboa, no alertar da opinião pública contra os que tentavam restaurar a odiosa ditadura fascista.

Reassumir o controlo da Imprensa diária apareceu claramente aos grandes grupos económicos (cuja participação na intencional ainda não foi completamente esclarecida) como tarefa da maior importância.

É se as forças democráticas, o seu poder político, saíram amplamente reforçadas da prova de Setembro, o certo é que os grupos monopolistas continuaram a manter intacto o poder económico e concluíram pela necessidade de substituir o assalto aberto ao jovem poder democrático pela intensificação da ofensiva no campo económico e pelas tentativas de reassumir o controlo da opinião pública através do controlo dos órgãos da Informação. A ausência de uma Lei de Imprensa que assegure a intervenção dos trabalhadores na orientação dos jornais favorece, neste momento, os seus desígnios.

5. Assim, em vários jornais, designadamente nos do Porto, os servidores dos grupos económicos que dominam a Imprensa têm procurado:

a) Intensificar a censura interna impedindo a difusão de notícias ou artigos com o pretexto de que se trata de jornais «independentes» ou de «grande informação» o que significa, no seu entender, informação ao serviço dos grandes, advertindo jornalistas pelo que consideram a «politicização» de noticiário, cuja pretensa neutralidade serviria os seus interesses, manifestando o seu desacordo com o combate aberto ao anticomunismo e às manobras e ataques reaccionários.

b) Não cumprir, sabotar ou ignorar os Estatutos de Redacção aprovados após o 25 de Abril.

c) Alargar progressivamente o espaço destinado a matérias tratadas de forma alienante.

LOUSÃ AGRICULTORES PROPÕEM SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO

Na Casa do Povo das Gândaras, freguesia e concelho de Lousã, realizou-se uma reunião em que problemas ligados à extinção dos Grémios e à comercialização dos produtos agrícolas foram os principais pontos de discussão. No fim foi decidido enviar ao secretário de Estado da Agricultura a seguinte exposição:

«Agricultores reunidos na freguesia e concelho de Lousã, para discutir os problemas da economia agrícola, solicitam a V. Ex.ª que seja criado um sistema de comercialização dos produtos agrícolas, baseado na constituição de organismos públicos de comercialização que garantam a compra de toda a produção que os agricultores quiserem vender, mediante preços anunciados durante as sementeiras e sempre com antecedência de um a dois anos para as produções não anuais. Estes organismos devem comprar os produtos não directamente aos agricultores mas através das cooperativas agrícolas de comercialização, que devem ser criadas, uma em cada concelho para garantir a venda dos produtos agrícolas e o fornecimento aos agricultores de adubos e outros produtos.»

ORGANIZAÇÃO DO PORTO DOS JORNALISTAS DO PCP

LOUSÃ AGRICULTORES PROPÕEM SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO

«Agricultores reunidos na freguesia e concelho de Lousã, para discutir os problemas da economia agrícola, solicitam a V. Ex.ª que seja criado um sistema de comercialização dos produtos agrícolas, baseado na constituição de organismos públicos de comercialização que garantam a compra de toda a produção que os agricultores quiserem vender, mediante preços anunciados durante as sementeiras e sempre com antecedência de um a dois anos para as produções não anuais. Estes organismos devem comprar os produtos não directamente aos agricultores mas através das cooperativas agrícolas de comercialização, que devem ser criadas, uma em cada concelho para garantir a venda dos produtos agrícolas e o fornecimento aos agricultores de adubos e outros produtos.»

DELEGACIÓN DE METALÚRGICOS CONVIDADA A VISITAR A URSS

Regressam de França os dirigentes sindicais metalúrgicos portugueses que, juntamente com mais de 40 delegações de vários países, participaram na VII Conferência Internacional dos Sindicatos da Metalurgia, realizada no princípio deste mês em Vichy.

A conferência foi organizada pela União Internacional dos Sindicatos da Metalurgia integrada na Federação Sindical Mundial, e a respectiva ordem de trabalhos debruçou-se sobre o fortalecimento da unidade e solidariedade dos trabalhadores e sindicatos da metalurgia, para a satisfação das suas reivindicações económicas e sociais e para a defesa e alargamento das liberdades e direitos sindicais e ainda para uma acção mais eficaz dos trabalhadores e sindicatos da metalurgia contra as multinacionais.

Como era de esperar a delegação portuguesa foi saudada e acarinhada por parte dos trabalhadores do mundo inteiro ali presentes e várias delegações, nomeadamente da URSS, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Polónia, Argélia e Congo (Brazaville) quiseram informar-se pormenorizadamente sobre o avanço da democracia no nosso país.

Fortes razões para encerrar o futuro

Durante o discurso de saudação proferido pelo porta-voz da delegação portuguesa, este afirmou, traçando a panorâmica da nova nação portuguesa, que sete meses após o 25 de Abril os trabalhado-

informação

- O governo peruano nacionalizou todos os serviços internacionais de «telex» e as empresas telegráficas estrangeiras que operam no país. A ITT foi atingida pela medida. Em 1968 era uma das mais poderosas empresas estrangeiras do Peru. Hoje só lhe resta o Hotel Sheraton.
- A ditadura chilena vai pagar à ITT 2 400 000 contos pela compra das suas acções na Companhia Telefónica Chilena. O negócio foi feito a pedido da própria ITT. A Companhia Telefónica fora colocada sob «controle» do Estado pelo Governo de Allende e não tinha direito a receber indemnização alguma.
- Mais de 1100 trabalhadores estrangeiros poderão ser atingidos pelos planos do Governo da República Federal da Alemanha para reduzir o número de imigrantes estrangeiros. Entre eles figuram 85 000 portugueses.
- O comerciante Eduardo Vieira, ex-deputado pelo Partido Comunista do Uruguai, foi preso em Montevideo pelas forças de repressão.
- A República Socialista de Cuba, passou a fazer parte do Comité de Descolonização das Nações Unidas, em substituição da Venezuela.
- O «Christian Science Monitor», influente diário conservador dos Estados Unidos, publicou uma série de reportagens sobre Cuba nas quais reconhece os êxitos da revolução cubana, tanto na frente económica como na diplomática.
- Segundo um inquérito do diário conservador «Le Figaro», de Paris, 66 por cento dos franceses encaram o futuro com pessimismo. Na opinião da maioria das pessoas interrogadas, o problema prioritário do país é o desemprego crescente.
- O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Hilgard Muller, reconheceu que a decisão do Conselho de Segurança sobre a Namíbia tornou a posição do seu país nas Nações Unidas «ainda mais periclitante».
- Os gastos de natureza militar previstos no orçamento da União Soviética para 1975 serão inferiores em 200 milhões de rublos aos de 1974. Enquanto a URSS reduz as suas despesas militares, os países da NATO decidiram aumentar as verbas destinadas a fins bélicos.
- Em Bissau foi festivamente comemorada a entrada no porto do «Oceano» primeiro navio de longo curso da Marinha Mercante de jovem República.
- Viáfor Bissau um enviado da Comunidade Económica Europeia para ouvir a opinião do PAIGC e do Governo sobre a eventual associação daquele país à CEE.
- O presidente da Associação Internacional para o Desenvolvimento, Mamadou Dia, ex-primeiro-ministro do Senegal, visitou Bissau. Foi libertado em Abril, pelo governo senegalês, após 11 anos de prisão.
- O diário britânico «Guardian» atribui o assassinio do coronel Ramón Traball, adido uruguaio em Paris, ao próprio Governo do Uruguai. Traball, segundo o «Guardian» era favorável a um «movimento militar à portuguesa» para derrubar a ditadura uruguaia.
- Com 79 anos, faleceu em Inglaterra o camarada Palme Dutt, um dos fundadores do Partido Comunista Britânico. Dutt foi o primeiro director do semanário comunista «Workers Weekly», hoje intitulado «Morning Stars».
- O Governo argentino fechou os diários «Cronica» — com uma tiragem de 700 000 exemplares — e «La Calle».
- A França transferiu para o Mediterrâneo as duas unidades mais poderosas da sua armada, os porta-aviões «Foch» e «Clemenceau» e vários outros navios de guerra.
- A República Socialista de Cuba e o Vaticano normalizaram oficialmente as suas relações.
- O general Moshe Dayan, antigo ministro da Defesa de Israel e elemento da posição abertamente direita, confessou que a guerra no Médio-Oriente «é praticamente inevitável se Israel decidir manter a sua presença no Golan», isto é, em território conquistado à Síria.
- O Governo da Venezuela deu instruções ao seu embaixador nas Nações Unidas para que inicie negociações com o representante de Cuba com vista ao rápido restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Simultaneamente enviou ao povo e ao governo de Cuba uma mensagem de fim de ano.
- A Assembleia Geral das Nações Unidas concedeu aumento de 6 por cento a todos os funcionários e empregados da Organização em todo o Mundo. A medida beneficia 32 000 pessoas.
- A indústria automobilística da República Federal da Alemanha produziu este ano menos 100 000 unidades do que em 1973.
- Num combate entre tropas espanholas e elementos do movimento de libertação do Saírahá dito espanhol morreram 11 pessoas.
- Milhões de pessoas estão acaçapadas pela fome em Bangla Desh. Como as reservas de cereais daquela república asiática devem esgotar-se em Fevereiro, se até Junho o país não receber uma média de 200 000 toneladas de arroz morrerão centenas de milhares de crianças e velhos.
- A British Steel Corporation, que produz mais de 90 por cento do aço da Grã-Bretanha, vai aumentar os seus preços de venda.
- Jose Pena Gomez, dirigente de um dos partidos da oposição na República Dominicana, denunciou a existência de um plano terrorista que visa a liquidação física de elementos que combatem o regime do presidente Joaquín Balaguer. Segundo Pena Gomez, o plano foi concebido e financiado por empresas multinacionais dirigidas por contra-revolucionários cubanos e conta com a colaboração do aparelho de repressão oficial. Em três dias ocorreram sete crimes políticos na capital daquele país latino-americano.
- Na fronteira entre as repúblicas africanas do Mali e do Alto Volta houve incidentes fronteiriços de certa gravidade.
- A França vai vender ao Irão cinco centrals nucleares, navios de guerra equipados com mísseis e, possivelmente, submarinos nucleares.
- O Partido Nacionalista Escocês, que tem onze lugares na Câmara dos Comuns, votará contra a presença da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia.
- Os habitantes das Ilhas Comores, colónia francesa no oceano Índico, pronunciaram-se, por esmagadora maioria, a favor da independência durante o referendo promovido pelo Governo de Paris.
- Nos últimos 25 anos a produção industrial dos países do COMECON aumentou 12 vezes; nos países capitalistas apenas quadruplicou durante o mesmo período. Comentando o facto, a «Pravda» escreve: «Estes êxitos económicos dos países socialistas são um fenómeno muito mais evidente pela circunstância do mundo capitalista se debater actualmente com uma grave crise económica que não o seja de se agravar.»
- O orçamento provisório do Estado foi aprovado pelo Parlamento italiano apenas por um voto de maioria.
- O dirigente palestino Yasser Arafat acusou os Estados Unidos de encorajarem Israel a lançar-se em nova guerra, através de fornecimentos maciços de armas.
- Em Porto Rico aumenta a repressão. O governo local, cedendo a pressões de Washington, aumentou o preço do açúcar e do arroz, mas recusou-se a aumentar os salários dos operários agrícolas. O «deficite» orçamental atingirá este ano 18 milhões de contos. Porto Rico é, na prática, uma colónia dos Estados Unidos.
- A Ordem dos Advogados de Atenas decidiu aplicar sanções a todos os membros que participarem no governo da ditadura militar fascista, ou que com ela cooperarem intimamente. O próprio presidente da Ordem, Philippos Anghlis, foi atingido pela medida sanadora.
- Na mensagem que dirigiu ao Mundo no dia de Ano Novo, para assinalar o 8.º Dia da Paz, o Papa Paulo VI insistiu em que, «estã os conflitos do horizontes» se deve repetir a exortação do último Concílio Ecuménico: «Devemos procurar com todas as forças preparar e ir em que, por acordo das nações, se consiga impedir absolutamente qualquer espécie de guerra. A paz deve nascer da confiança mútua das nações e não ser imposta pelo terror das armas.»
- Explodiu uma bomba na residência, em Londres, do primeiro-ministro britânico, Edward Heath.

Um estranho conceito de tirania

A 29.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas terminou no dia 19 de Dezembro com acalorados debates que dividiram o plenário em dois campos: de um lado os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal e outros países capitalistas desenvolvidos; do outro a União Soviética, os países socialistas e a maioria das nações do Terceiro Mundo.

Os Estados Unidos consideraram negativo o balanço da actual sessão e anunciaram que não contribuirão financeiramente para o fundo especial de ajuda aos países em desenvolvimento com graves problemas económicos. Negam-se também a participar do Conselho de Governantes que admini-



trará o fundo. A Inglaterra e a República Federal da Alemanha reservaram a decisão para mais tarde, mas os seus delegados aplaudiram o representante dos EUA, embaixador John Scali, quando esse diplomata, para justificar o «ceticismo norte-americano» diante de um fundo criado pelo voto dos países do Terceiro Mundo, declarou, com arrogância, que Washington não suporta mais aquilo a que chamou «a tirania da maioria». Scali não ficou sem resposta. Sucederam-se na tribuna representantes de países socialistas e terceiro-mundistas que chamaram a atenção para o facto de que a actual maioria, na Assembleia Geral, traduz, finalmente, as mudanças revolucionárias registadas no mundo desde a sua fundação.

A atitude dos Estados Unidos não causou surpresa. A ONU mudou. Washington não pode mais impor a sua vontade à Assembleia Geral como o fazia sistematicamente nos tempos em que, então sim, havia uma verdadeira tirania na organização. Manipulando os votos do Ocidente, dos países latino-americanos e de algumas nações asiáticas, os EUA controlaram durante quase 20 anos a mais alta organização internacional. Hoje, isso não é mais possível. O imperialismo norte-americano não consegue impor os seus pontos de vista e a defesa dos seus interesses a mais de centena e meia de nações membros da ONU. A relação de forças no mundo é outra. Os EUA criticam agressivamente a organização. A tirania da minoria era, para eles, uma fórmula «democrática»; a vontade da maioria desagrada-lhes e não hesitam em apontá-la como «tirania».

Não é de estranhar que não contribuam para o fundo especial de ajuda aos países que enfrentam graves problemas económicos. Os EUA preferem «ajudar» os países que a eles recorrem, através do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, instituições controladas pelo imperialismo. Não é de estranhar também que os resultados da 29.ª sessão da Assembleia tenham decepcionado o governo americano. O líder da resistência palestina Yasser Arafat, pôde dizer da tribuna da ONU verdades amargas para Washington. A África do Sul foi proibida de participar nos trabalhos da Assembleia. O colonialismo, o racismo e o imperialismo foram repetidamente condenados durante a sessão que findou.

Para nós, portugueses, foi uma sessão histórica. Os papagaios de Salazar e Caetano não podem hoje fazer nas Nações Unidas a apologia do fascismo e do colonialismo. A comunidade das nações manifestou a sua confiança no processo democrático português e o general Costa Gomes ouviu no plenário uma das grandes ovações do ano, quando resumiu ali, em Outubro, as grandes linhas do Programa do MFA. Deixamos de estar isolados no mundo.

Partidos e sindicatos exigem o fim da ditadura na Nicarágua

Pela primeira vez na história da Nicarágua, sete partidos da oposição e as duas maiores federações sindicais exigiram publicamente o fim imediato da ditadura. Dois mil delegados, representando forças democráticas e progressistas, reuniram-se numa assembleia de características inéditas e assinaram um pacto que criou a União Democrática de Libertação-UNDEL. O documento divulgado no final condena o regime, manifesta-se contra a repressão que atinge os operários e camponeses e reafirma que somente a substituição do actual Governo abrirá o caminho para a transformação das estruturas sociais e económicas do país.

A Nicarágua é uma pequena República centro-americana. Uma verdadeira quinta dos Estados Unidos, onde o poder real é exercido pelas companhias norte-americanas que controlam as plantações e o comércio de bananas, do café e do tabaco. O porta-voz desses interesses imperialistas é o general Anastasio Somoza, cuja fortuna pessoal é superior a 7,5 milhões de contos. Os Somoza governam o país há 40 anos. O fundador dessa dinastia de ditadores foi o general Anastasio Somoza Debayle, cuja estrela começou a brilhar nos anos 30, quando assumiu o comando da Guarda Nacional para combater a insurreição popular dirigida por Augusto Cesar Sandino. Somoza perdeu todas as batalhas contra Sandino — hoje respeitado como um dos maiores heróis da América — mas conseguiu pela astúcia o que não obtivera pelas armas. Foi o executor de um plano criminoso concebido pelo embaixador americano Arthur Bliss Lane. Quando Sandino desceu das montanhas para negociar, na capital, uma paz que tinha o significado de uma vitória foi assassinado pelos homens de Somoza. O general foi, depois, elevado à Presidência pelos Estados Unidos. Hoje, o presidente é ainda um Somoza. Há dois anos, ao visitar Filadélfia foi recebido com as mais calorosas demonstrações de amizade pelo Governo americano e saudado como «um soldado da honra, um diplomata de renome universal, um estadista sem paralelo, um campeão da superação humana». É um ditador latino-americano do tipo tradicional, um oligarca, um torturador.

Infelizmente para o povo da Nicarágua, as forças populares apresentaram-se sempre divididas desde o assassinio de Augusto Sandino. Agora voltaram a realizar a sua unidade. Resultado: o povo manifesta-se nas ruas. Somoza não teve condições para impedir a criação da União Democrática de Libertação e esse movimento unitário exige a democratização do país e o fim da ditadura.

Apelo à luta e à unidade do camarada Luís Carlos Prestes

Na sua edição de Dezembro, a «Voz Operária», órgão central do Partido Comunista Brasileiro, dedica uma página inteira ao VII Congresso do nosso Partido. Salientando que a imprensa burguesa brasileira «se limitou a fazer provocações sobre algumas das decisões adoptadas pelo Congresso», a «Voz Operária», publica alguns dos pontos mais importantes do Programa do PCB e da Plataforma de Emergência.

O mesmo número divulga, em suplemento especial, um manifesto do camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, dirigido aos trabalhadores e a todos os patriotas e democratas brasileiros. O importante documento termina com um apelo à luta unitária contra o fascismo, do qual reproduzimos os parágrafos seguintes:

«Dirijo-me a todos os brasileiros, conclamando-os à unidade de acção na luta contra a ditadura fascista e sua política antipopular e antinacional. Na presente situação do país, para resistir à ofensiva do fascismo, enfrequecer seu poder e derrotá-lo, esta unidade pode ser impulsionada e dar grandes passos à frente se iniciarmos, sem perda de tempo, a luta pelas seguintes reivindicações, que reflectem os interesses comuns fundamentais mais imediatos de todos os patriotas e democratas:

- revogação da legislação fascista, pelo estabelecimento de amplas liberdades democráticas, pela liberdade dos presos políticos e a amnistia a todos os condenados e processados pelo fascismo;
- defesa dos interesses da classe operária e demais trabalhadores;
- defesa da soberania nacional e medidas concretas contra o poder dos monopólios, especialmente os norte-americanos;
- uma política externa de paz, de relações com todos os povos e de não ingerência nos assuntos internos de outros povos.

Na luta contra o fascismo e por estas reivindicações, a participação da classe operária é factor decisivo para a vitória e para o desenvolvimento ulterior da situação. É intensificando a luta por suas reivindicações imediatas, fortalecendo a sua organização nas empresas e nos sindicatos, desenvolvendo a solidariedade e a unidade de acção dos trabalhadores

em todos os níveis, erguendo bem alto a bandeira da defesa das liberdades que a classe operária influirá no sentido da activação e aglutinação das demais classes e camadas sociais que se opõem ao fascismo, no sentido da formação da frente antifascista. O papel dirigente que a classe operária exercer na frente única, em aliança com os trabalhadores do campo e as camadas médias urbanas, dará consequência à luta contra os monopólios e a oligarquia latifundiária, assegurando um curso realmente democrático e progressista à vida política do país.

Orientado pelas ideias e acções da classe operária, à qual os comunistas em maior ou menor escala conseguiram sempre vincular-se como seu destacamento de vanguarda, nosso povo, unido e organizado na frente patriótica e antifascista, derrotará o fascismo.

Unamo-nos numa ampla frente patriótica antifascista! Unamo-nos nos locais de trabalho e de residência para lutar contra o fascismo, contra a carestia de vida e os salários de fome! Unamo-nos para lutar pela democracia, para libertar nossa pátria do jugo dos monopólios!»

O apelo do camarada Luís Carlos Prestes, foi divulgado num momento em que a ditadura brasileira procura retomar a iniciativa política após a derrota dos candidatos do Governo nas eleições. O petróleo foi convertido em arma de propaganda e mistificação. Em Campos, no Estado do Rio, foram descobertos jazigos de petróleo. A importância dessas reservas não é conhecida, mas a máquina oficial já transformou Campos num novo Eldorado. Pretende-se com essa manobra diminuir o ímpeto do movimento popular, desviar a atenção dos problemas fundamentais da nação, levar as massas a acreditar que o «milagre económico» brasileiro é uma realidade. As palavras do camarada Prestes são, por isso, ainda mais oportunas. A classe operária brasileira cabe um papel decisivo na luta «para resistir, opor-se, combater e derrotar a ditadura, abrindo para o Brasil o caminho da democracia».

Violência franquista, recuos franquistas

Os esforços do Governo franquista para conter pela violência as manifestações do descontentamento popular fracassaram mais uma vez. Na semana anterior ao Natal, o movimento grevista prosseguiu, nomeadamente na Catalunha e no país basco. Dezenas de milhares de operários não voltaram ainda ao trabalho.

Em San Sebastian houve violentos choques quando a Polícia atacou 4000 trabalhadores que exigiam «liberdades», após o funeral de um jovem assassinado pela Guarda Civil. Quarenta manifestantes foram detidos. Em Madrid, o ambiente é, igualmente, muito tenso. A Polícia prendeu 50 estudantes liceais e 2 professores, no final de uma reunião convocada para debate de problemas ligados ao ensino.

A campanha pela amnistia ganhou novo ímpulso com a denúncia de Joaquim Ruiz Gimenez, presidente da secção espanhola da Comissão de Justiça e Paz, de que nas prisões de Espanha há actualmente cerca de 2000 presos políticos. Um documento com 160 000 assinaturas é que pede a amnistia imediata para todas essas vítimas da repressão franquista foi entregue ao cardeal Enrique y Tarazona, arcebispo de Madrid e chefe da Conferência Episcopal Espanhola.

Ante a ofensiva dos trabalhadores e preocupado com a solidariedade ao movimento grevista de amplas camadas da população e que se traduz concretamente no apoio dos católicos progressistas à campanha pela amnistia, a ditadura franquista começa a recuar. Um indicio dessa mudança de tática foi a assinatura do novo contrato colectivo que abrangue 125 000 bancários. Algumas das reivindicações dos bancários não foram aceites. Mas o Governo viu-se forçado a abandonar a sua posição de intransigência, ao lado dos banqueiros, forçando-os a concordar com um aumento que representa uma importante vitória dos trabalhadores em luta. Em 1975, os banqueiros terão de conceder um aumento uniforme de 24 000 pesetas a todos os funcionários, e em 1976 um novo aumento de 30 000 pesetas. No contrato assinado há ainda cláusulas destinadas a acuar-tear o poder aquisitivo do pessoal, ameaçado pela inflação. O franquismo não renuncia à repressão, mas está também adoptando táticas defensivas.

A URSS responde a provocações americanas

As relações comerciais entre os Estados Unidos e a União Soviética entraram num período difícil. Os obstáculos foram criados pelo comportamento das forças reacţionárias que controlam o Congresso norte-americano. Em poucos dias o Senado votou em Washington duas leis discriminatórias que prejudicam decisivamente o intercâmbio comercial entre os dois países.

A primeira foi aprovada na sexta-feira, após dois anos de debates estérteis. O projecto inicial estabelecia que as trocas futuras seriam realizadas em bases normais, isto é, eliminava antigas restrições. A última hora, porém, o senador Henry Jackson conseguiu introduzir no texto uma emenda que condiciona o cumprimento dessa lei à facilidade concedida a cidadãos soviéticos que «pretendam emigrar».

Dias depois, o Senado aprovou por 71 votos contra 24 outro projecto, limitando a 300 milhões de dólares os empréstimos que o Eximbank possa conceder à URSS.

A agência Tass já distribuiu a respeito uma nota que desmascara a provocação reacţionária do senador Jackson, a URSS não aceitará qualquer tipo de acordo comercial com os EUA vinculado a cláusulas sobre a emigração. O governo soviético, assinala a nota, rejeita como inaceitável qualquer tentativa de interferência nos seus assuntos internos, que são da competência do Estado soviético e de mais ninguém.

Sionista fanático, o senador Jackson pretendia, encontrar uma fórmula que levasse a imprensa e a opinião pública a reiniciar a campanha de provocações relacionada com a emigração para Israel de cidadãos soviéticos de origem judaica. Mas a sua atitude provocou repulsa e mal-estar até na Casa Branca e no Departamento de Estado. Teve, porém, influência directa na votação do projecto que envolve futuras operações do Eximbank com a URSS.

A agência Tass foi muito clara ao condenar a criação nos Estados Unidos de organismos de pressão destinados a vigiar a execução das relações comerciais entre os dois países com base em exigências «inadmissíveis». É evidente que uma grande nação como a URSS não será afectada economicamente pela anulação ou adiamento de acordos cujo montante, em termos globais, é inexpressivo para a sua economia. Mas a manobra tem fins políticos ambiciosos: visa comprometer os objectivos da coexistência pacífica em todas as áreas.

A URSS está disposta a manter relações comerciais e a amplifi-las com países governados pelos regimes mais diversos. Mas não se submete a pressões de nenhuma espécie. A resposta à provocação do Senado dos EUA não se presta a duas interpretações: a única base para a edificação sólida das relações sovieto-americanas é a da «total igualdade das partes e da não ingerência nos assuntos internos».

Perspectivas de crise grave nos Estados Unidos

O relatório trimestral da OCDE prevê que a crise actual das grandes potências capitalistas poderá ser a mais grave desde o final da segunda guerra mundial. Os Estados Unidos, assinala o documento, deverão ser o país mais afectado e a crise americana terá grande influência sobre a eco-



nomia das nações industrializadas do Ocidente. Ainda segundo as previsões da OCDE, o número de desempregados atingirá em 1975 nos EUA 8 milhões.

Esse relatório causou profunda impressão nos meios económicos e financeiros europeus, porque a função dos técnicos da OCDE consiste apenas em analisar as informações fornecidas pelos seus 24 países membros.

O próprio governo norte-americano não esconde mais os seus temores. Tanto o presidente Gerald Ford como o secretário do Tesouro já manifestaram publicamente a opinião de que os EUA se encontram no limiar da maior crise económica desde 1929. No sector automóvel, a atmosfera é quase de pânico. A Ford acaba de afastar, por

7 semanas, 48 700 operários, a Chrysler despediu 43 000 e a General Motors anunciou que despedirá vários milhares em Janeiro (depois de «despensar os serviços» de mais de 100 000).

O rendimento nacional bruto continua a baixar. No primeiro trimestre caiu 7 por cento, no segundo 1,6 por cento, no terceiro 2,1 por cento, e no quarto está prevista uma queda de 4,5 por cento. No mesmo período a taxa de desemprego subiu de 5,1 para 7,5 por cento. Para um país que durante anos se alarbava com uma centena. No tocante ao custo de vida, o aumento, desde Janeiro foi de inflação inferior a 3 por cento é terrível. As indústrias transformadoras estão a trabalhar em ritmo mais lento, utilizando menos de 80 por cento da sua capacidade (88 por cento em 1973).

A gravidade da crise não significa, porém, que as grandes empresas monopolistas estejam, globalmente, a sofrer as suas consequências. Segundo a lista publicada pela revista «Fortune», os lucros das dez maiores bateram este ano todos os recordes. Quem paga as consequências da crise são os trabalhadores, é o povo americano. As multinacionais com sede nos EUA acumulam biliões de dólares. Especialmente as empresas petrolíferas. E são os próprios americanos quem o confessam. Em dramática advertência feita perante o Senado, o director de Investigação Económica na Universidade de Rothres, Paul Davidson, afirmou que «existe um montão de provas» de que essas empresas bilionárias e apátridas estão já a armazenar gás e petróleo à espera de que os preços dos combustíveis subam ainda mais. É assim que funciona a «democracia americana».

O PAIGC denuncia conspirações em Cabo Verde

Os acontecimentos da semana passada em Cabo Verde foram acompanhados com a maior atenção na República da Guiné-Bissau, particularmente as manobras a que se entregavam em São Vicente, elementos da extinta PIDE e o plano de assassinio de dirigentes do PAIGC que estava sendo montado na Cidade da Praia. A propósito desses factos, a Rádio de Bissau transmitiu no dia 16 o seguinte comentário:

Segundo as palavras de ordem do nosso glorioso Partido, o nosso povo em Cabo Verde demonstrou uma vez mais a sua vontade inabalável de levar o país à independência, sob a bandeira do PAIGC, única organização capaz de realizar as aspirações populares na nossa terra. Assim, em São Vicente, por exigência do nosso povo e do nosso Partido, foram detidos os principais agitadores da ex-PIDE/DOS e cabeleiras reacţionárias da famigerada UDC (União Democrática de Cabo Verde).

No prosseguimento do recente processo que levou à ocupação das instalações da Voz de São Vicente (Antiga Rádio Barlavento), foram apresentadas em São Vicente moções de estudantes, funcioná-



rios, trabalhadores e da população em geral, exigindo a prisão de elementos reacţionários, inimigos da revolução do nosso povo, dirigida pelo glorioso PAIGC.

Na Cidade da Praia, os cabeleiras da UPICV, os sinistros Chantre e Teonaz Benroz, foram detidos depois de terem sido descobertos planos que mostravam claramente a sua implicação numa tentativa para liquidar fisicamente os dirigentes do nosso Partido em Cabo Verde, os quais têm em seu poder provas irrefutáveis da existência de tais planos. A população da Praia e povos ilhéus caboverdianos prenderam também Aires Leitão da Graça e vários agentes provocadores da UPICV, tendo José Leitão da Graça escapado por se encontrar ausente no estrangeiro, provavelmente em Lisboa.

Estes últimos acontecimentos demonstram que nada detém o nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, na sua luta vitoriosa pela independência nacional, pela Paz e pelo Progresso, sob a direcção do nosso glorioso Partido, o PAIGC.

Colonialismo e repressão na Guiana dita francesa

Na Guiana dita francesa, a situação tornou-se mais tensa após a visita às Antilhas do presidente Valéry Giscard d'Estaing. A polícia local, agido com grande brutalidade, prendeu vários dirigentes sindicais e individualidades que são acusadas de defender a autodeterminação e a independência do território. As acções da Guiana das centrais sindicais CGT e CFTD responderam lançando a palavra de ordem da greve geral. A direcção da CGT, em França, solidarizou-se com o movimento e pediu ao governo que garantisse os direitos sindicais e democráticos na Guiana. O assunto foi tema de debates na Assembleia Nacional, onde deputados da oposição interpelaram o governo, protestando contra a escalada repressiva. A resposta oficial, dada por Jean Lecanuet, foi seca. Segundo as autoridades, os presos «estavam conspirando contra a segurança do Estado». E não foram fornecidos mais pormenores, porque «o artigo 11 do Código do Processo Penal impõe o segredo do inquérito e da instrução».

A Guiana é, constitucionalmente, um departamento francês. Na realidade é uma colónia. É uma colónia com terrível passado de violência e opressão. O presidio da ilha do Diabo foi, enquanto funcionou, o campo de concentração mais temido de toda a América. Ali se amontoavam presos comuns e presos políticos submetidos a um regime de barbárie ainda pior do que o do Tarrafal.

Na Guiana não há praticamente franceses, com excepção de alguns funcionários e comerciantes e do pessoal de um centro de experiências espaciais. Mas o governo francês insiste em que se trata de um Departamento. O território tem uma superfície idêntica à de Portugal, mas a população total — de origem africana e índia — não excede 50 000 habitantes. A repressão exercida sobre as forças que se batem pela autodeterminação e pela independência — em estreita associação com Martinica e Guadalupe — é permanente e duríssima. Desde Novembro que o país vive na prática em regime de estado de sítio. As leis francesas não são aplicadas e as liberdades individuais são desrespeitadas pelas autoridades, que determinam prisões de pessoas sem culpa formada, pelos motivos mais fúteis. O motivo alegado é sempre o mesmo: «actividades subversivas contra a segurança do Estado». E o governo francês invoca o artigo 11º do Código do Processo Penal para justificar o seu silêncio em relação a uma política colonialista e repressiva, que aprova.

O governo da Argélia nacionalizou 22 empresas estrangeiras

O governo da Argélia nacionalizou na última semana 22 empresas estrangeiras a maioria das quais filiais de firmas francesas. Essas empresas desenvolviam as suas actividades nos sectores mais diversos: siderurgia, química, têxteis, bebidas, metalomecânica e indústria automobilística. A nacionalização das instalações da Citroën foi a mais comentada de todas essas medidas.

A alegria do povo argelino em consequência da iniciativa tomada pelo governo do coronel Boumedienne tem plena justificação. A nacionalização dessas 22 firmas estrangeiras ficará a assinalar uma importante etapa do processo revolucionário argelino. Mesmo após a independência, os monopólios estrangeiros continuaram a impor, sempre que puderam, a sua vontade à Argélia. Hoje isso já não é possível, como antes. Nenhuma empresa importante tem as mãos livres em território argelino. Ou foram nacionalizadas ou tiveram de aceitar uma participação minoritária em sociedades mistas.



Este novo bloco habitacional de Budapeste tem 888 apartamentos, sendo o maior do país. Uma parte do edifício pertence ao Estado, outra a uma cooperativa cujos sócios, através de uma renda mensal que não chega aos 500 escudos, se tornam proprietários do apartamento, ao fim de 30 anos

PRESERVAR O ANTIGO, CONSTRUIR O MODERNO

O URBANISMO NA HUNGRIA ESTÁ NO BOM CAMINHO

Na sequência da segunda guerra mundial a Hungria, renascendo sobre o signo da democracia e de uma nova ordem social, herdava uma pesada hipoteca, sem precedentes na história do país.

Entretanto, as ruínas desapareceram e as brechas que se podiam ver aqui ou ali foram colmatadas. Para mostrar a envergadura da construção e da renovação, diga-se que até ao fim de 1975 e em relação a 1970, mais de 250 000 habitantes de Budapeste morarão em novas habitações.

Uma das cidades da Hungria mais ricas em monumentos arquitectónicos. Os edifícios históricos da cidade foram restaurados de modo a serem habitados mais confortavelmente, sem perderem a sua beleza original.

Actualmente um conjunto que atrai a atenção internacional. Pórcetra e deprimente, esta cidade transformou-se, em dez anos, numa cidade moderna. A sua reconstrução e os exemplos que demos mostram que o urbanismo está no bom caminho na Hungria.

Colocados sobre a protecção dos monumentos históricos, os quartelões centrais da cidade são escrupulosamente salvaguardados, a reconstrução dos monumentos e dos locais destruídos durante a guerra são objecto de cuidados particulares.

Se a protecção planificada dos monumentos arquitectónicos remonta a uma centena de anos, a Intendência Nacional dos Monumentos, colocada, como em Inglaterra, sobre a tutela do Ministério das Comunicações, só foi criada no fim da década de 1950.

As cidades de Sopron, Pécs, Székesfehérvár, Keszeg, Szombathely, Esztergom, Vá, Sárospatak, Pápa, Szeged, Gyula — só para mencionar as mais conhecidas — transformam-se, mantendo o seu centro protegido.

Um novo panorama A capital do país, Budapeste, oferece um bom exemplo de renovação. Durante a guerra, 26 por cento dos edifícios foram destruídos ou gravemente atingidos.

Uma mistura do antigo e do moderno Os mesmos princípios prevalecem na reconstrução das cidades de província. Estas últimas conhecem um progresso dinâmico e a maioria delas sentem a necessidade de se criar um novo centro.

O que é a reforma agrária de Blasco Fernandes (2.ª Edição) A URSS, Polónia, Vietnam, Chile, México, numa análise dos problemas e soluções da política agrária no Mundo; quanto a Portugal duas facetas: ontem, antes do 25 de Abril; hoje, perspectivas e rumos nas novas realidades sociopolíticas.

NA RDA OS VELHOS NÃO ESTÃO SÓS

Têm 70 a 80 anos de idade e a sua vida foi cheia de trabalhos e de esforços. O alto edifício onde habitam é novo, recentemente construído em Frankfurt de Oder.

Ampla assistência médica gratuita, que se orienta cada vez mais no sentido de detectar e tratar as enfermidades no seu início, através de regulares inquéritos médicos a todos os cidadãos de idade avançada.

Doentes que tenham que ficar de cama, fazem as compras, limpam a casa e preparam a comida, por exemplo. Para os cidadãos de idade avançada, aos quais muito custa cozinhar todos os dias, existe a possibilidade de alcançar gratuitamente, ou muito barato, nos clubes, nos pontos de reunião, nas empresas ou estabelecimentos gastronómicos.



Casa de repouso para pessoas idosas na RDA

OS RELIGIOSOS DA UNIÃO SOVIÉTICA SÃO CIDADÃOS COMO QUAISQUER OUTROS

Na opinião dos sociólogos, aproximadamente 10 a 12% da população, na União Soviética, é constituída por pessoas religiosas. Não existem dados oficiais, porquanto desde 1918 a Igreja foi separada do Estado.

O direito de exercer cultos religiosos, da mesma forma que o direito de ser ateu, é assegurado aos cidadãos da União Soviética pela Constituição.

Punida por lei qualquer discriminação

No país existe um sistema de garantias que visam fazer com que a liberdade de credo religioso ou a sua ausência não influa, de modo algum, na vida pública ou particular da pessoa, no usufruto de todos os direitos sem excepção — políticos, económicos, civis e outros — que lhe assistem.

Protecção adequada

A legislação respeitante aos cultos religiosos, bem como os decretos do Governo da URSS e dos Presídios dos Sovietes Supremos da União e das repúblicas federadas, contém determinadas normas jurídicas que protegem os religiosos dos possíveis atentados contra os seus legítimos direitos.

Muitos dos milhares de edifícios de que se servem os religiosos na URSS, são preciosos monumentos históricos de arquitectura que gozam da protecção do Estado. Muitos turistas estrangeiros que estiveram na União Soviética visitaram o Convento Novodévitchi de Moscovo, o Mosteiro da Trindade e de S. Sérgio em Zagorsk — sede da Academia Conciliar da Igreja Ortodoxa Russa ou a Catedral de Vladímir em Kiev, capital da Ucrânia.

Breves notícias dos países socialistas

REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA

A indústria de materiais de construção da Hungria produzirá, no quadro do CAME, uma categoria especial de cimento, o cimento branco de Portland. Deste modo, cobrirá uma terça parte das necessidades dos demais países do CAME.

REPÚBLICA POPULAR DE CUBA

Cuba propõe-se triplicar, no futuro, a sua frota de mar alto e modernizar a sua navegação costeira. Até 1980 deverão existir mais 2000 oficiais para a navegação comercial.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO VIETNAM

Nas mesetas da província de Lao Cai, cultiva-se pela primeira vez a soja na temporada de Inverno de 1974-1975, numa superfície de 1500 hectares.

REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

A Mongólia dispõe actualmente de centrais eléctricas com uma capacidade total de 280 megawatts. A produção de energia aumentou 4,4 vezes de 1960 a 1970.

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

Na empresa polaca de tractores Ursus foi construído recentemente o tractor número 500 000. A Ursus, posta ao serviço em Maio de 1947, prevê para este ano uma produção de 55 000 tractores.

UNIÃO SOVIÉTICA

Até final de 1975, a produção de corrente eléctrica aumentará, na URSS, a mais de um bilhão de quilowatts/hora anuais. Actualmente, mais de 80 por cento da energia eléctrica é produzida em centrais térmicas.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Plantaram-se este ano, na RDA, quase cem milhões de coníferas e árvores de fronda, sobretudo pinheiros comuns e abetos. Deste modo foram repovoados cerca de 18 000 hectares de terra.

Vencer as masmorras, continuar o combate

1961—A FUGA DE CAXIAS

As grandes preocupações do preso político eram a luta e a fuga. Sob o fascismo, nas prisões políticas, a preocupação da fuga era uma constante. Sucedia, porém, que cerca de três quartos dos planos de fuga não resultavam ainda que projectá-los desse muito trabalho. Resultou um

fosse revigorada, e inclusivamente, que pudéssemos escolher um homem para a tarefa que pretendíamos.

Porque o Tereso e não outro? Quais as características que levaram a optar por este camarada, recorda-se José Magro:

—Entre os homens com os

tudo e eu peguei por aí para implicar com ele: «O pá, não comi porque não me apetece mais» — desculpava-se o Matos. Eu tinha de continuar e larguei palavras e disse coisas como esta: «Já tenho a barriga cheia de política! Vou mas é acabar com isto!» Ficaram tão espanta-

quanto ele não passou para a sala dos trabalhos, eram feitos através de mensagens cifradas, escondidas num buraquinho na retrete. A situação do Tereso era difícil. Depois de ter passado para a sala dos trabalhos, um dos sinais combinados entre nós era cuspir para o chão da sala,

gem e prudência, camarada! E agora vai dormir.»

Pouco tempo depois, Tereso rachava completamente ao ser transferido para a sala de trabalhos. Inicialmente, ainda uma certa desconfiança por parte dos carcereiros se fazia sentir sobre ele. Só depois de terem a certeza de que eu tinha mesmo rachado me deram mais liberdade.

E essa liberdade foi aproveitada para o reconhecimento do forte, quer pelo exterior, quer pelo interior.

—Na mira de arranjar forma de fugir ia fazendo o reconhecimento a todo o forte, metia-me por todos os buracos, cheguei a sítios onde, estou certo, nunca os guardas tinham ido. Existiam por lá muitas galerias, divisões, salas, que tinham sido obstruídas com tábuas, barrotes, portas velhas, onde não se podia chegar muito facilmente, não só por não haver luz como por ser difícil lá entrar.

José Magro recorda as dificuldades em encontrar o plano ideal para a evasão.

—Na preocupação constante de estudar as possibilidades de evasão, tínhamos um plano elaborado. Mas a fuga de Peniche, em 1960, trouxe fortes reforços e modificações ao aparelho de vigilância de Caxias. Tomámos conhecimento da fuga de Peniche quando estávamos a discutir qualquer pormenor de tais projectos. Por sinais de um rachado que veio à nossa sala sob o pretexto de canalizações, foi-nos noticiado o acontecimento. Referindo-se ao número de evadidos, abriu fortemente os dex grossos dedos. O entusiasmo foi tão grande que nesse dia e nos seguintes, já com confirmação segura, nada fizemos de prestável. E houve, é claro, festa grossa.

O plano teve de ser pensado em novos moldes:

—Nas mensagens que enviávamos ao Tereso insistíamos na necessidade de trabalhar na garagem da cadeia. Cumpriu tais instruções com um gesto de grande audácia. Como praticassem de um mecânico de carros, ele, que nunca mexera num motor, ofereceu-se sem hesitações. E a verdade é que os carcereiros não tiveram razões de queixa do seu «mecânico». Os carros, especialmente o do director, já então o Gomes da Silva, andavam primorosamente afinados... Não percebeu como! (Cartas da Prisão de José Magro.)

O Chrysler de Salazar ou a grande oportunidade

Entrado com o pé direito nas relações com o Gomes da Silva e com o funcionário da cadeia, Lourenço, Tereso continuava a movimentar-se, a magiciar nas possibilidades para a evasão. Mas o tempo ia passando e o nosso

protestaram junto das grades e as famílias gritavam ao portão do forte.

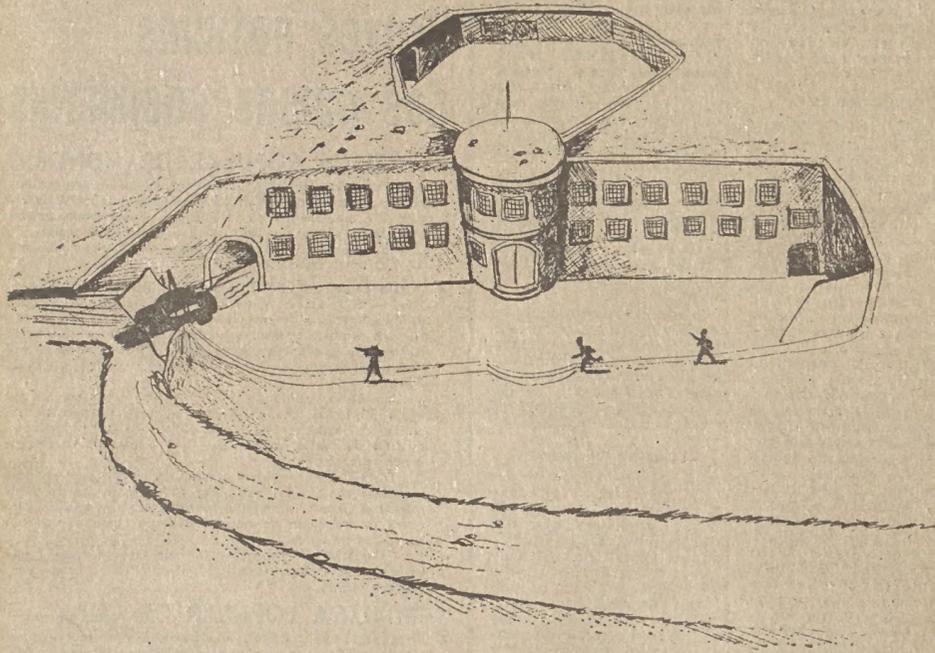
Num apelo dos presos políticos, publicado no «Avante!» de Junho de 1961, denuncia-se a tortura crescente das prisões fascistas: «Mês após mês o fascismo agrava a situação dos presos políticos com a nitida intenção de os inutilizar fisicamente. Parlatórios como nunca houve, nem sequer nos campos de concentração; cercamentos nos direitos dos presos ao convívio, à correspondência, às visitas dos seus

obteve licença para o afinar. E uma tarde, num passeio de experiência, tivemos ocasião de admirar, por detrás das grades, o enorme e esplêndido automóvel. Era, evidentemente, do que necessitávamos (Cartas da Prisão — José Magro).

Enquanto os camaradas seguíam, por detrás das espessas grades, o Chrysler, Gomes da Silva impava no automóvel do ditador Salazar.

—Sentou-se ao volante e... só visto — narra Tereso. — Ele é um homem pequeno mas até pa-

Carris, que me disse: «Mas que andas tu a fazer?». «Agora não me digas nada!». E lá arranquei de onde estava em marcha atrás para levar o carro para o sítio desejado. Uma voz no local as coisas passaram-se nestas fases: primeiro, os camaradas começaram a protestar porque eu estava a interromper-lhes o recreio; segundo, o guarda pensava que eles tinham razão, mas não intervinha porque eu era o motorista do director; terceiro, os camaradas rodearam o carro sempre a protestar e ele pensou que



O desenho apresenta de forma esquemática o trajeto da fuga. No pequeno pátio interior atrás do torreão central encontravam-se os presos; a abertura do túnel à direita conduziu aos subterrâneos do pátio e os fugitivos entraram para a viatura, que desceu o túnel da esquerda, rebentando o portão, cuja fechadura já estava sabotada. Uma vez na parada frontal ao forte, virou à direita, rebentando o portão principal da cadeia, contornou o barranco e, debaixo dos tiros das sentinelas, ganhou o caminho que conduziu à auto-estrada do Estoril

quarto desses planos. Entre esse quarto a fuga de Caxias...

José Magro, camarada do Comité Central e membro da direcção da Organização Regional de Lisboa teria muito que contar acerca das fugas fracassadas. Quase 21 anos passados nas prisões do terror fascista, animado por uma coragem que só os militantes da causa do povo experimentam, não é ainda a história dos projectos de libertação frustrados que José Magro nos conta hoje, mas da fuga, plenamente conseguida, no ano de 1961, a 15 de Dezembro. Nela participaram os camaradas António Gervásio, Francisco Miguel, Elydio Esteves, Domingos Abrantes, o próprio José Magro, Guilherme da Costa Carvalho, Tereso, figura central da acção e o traidor Verdeal.

Esta fuga seria um êxito em virtude do trabalho do camarada António Alexandre Tereso, motorista da Carris à data da sua prisão, da qual haveria de sair

quais me encontrei havia um de gestos lentos, voz arrastada, forte, dentes de metal, que depois de ser bem observado durante uns dias, foi o homem escolhido. Aquele era o homem indicado. Sentia realmente o Partido, profundamente dedicado aos quadros do Partido, disposto a arriscar por eles. Tive uma conversa com o Tereso e, nessa primeira vez, ele reagiu mal. Dizia: «O camarada, pede-me tudo menos isso. Rachar! Mas então eu que tenho dito tanto contra os Rachados! Peça-me tudo menos essa vergonha!» E eu respondi-lhe: «O camarada, mas é preciso rachar!» O Tereso pensou 24 horas e depois dispôs-se a rachar.

«Rachara consistia numa tração pela qual se renegava a qualidade de preso político. Rachados eram aqueles que se dispunham a trabalhar para os carcereiros, o que jamais um preso político podia aceitar. Automaticamente, o rachado perdia a

dos com a minha reacção que nem me responderam e eu também não consegui levar o plano até ao fim, que era pregar com um prato de arroz na cara do Matos. «Não estou mais para isto!» E fui até à porta e arirei-lhe com uns muros valentes para chamar o guarda. Apareceu o Jaime: «Quero sair daqui! Ainda dou em maluco com estes gajos! Tenho à barriga cheia de política! Quero que me leve ao chefe!» O tipo ficou contente. Ficavam sempre contentes os carcereiros quando um camarada rachava.

Após a entrevista com o chefe dos guardas, Tereso, ao entrar na sala, informou da sua decisão de ir para a sala dos trabalhos. «E quantas lágrimas, como punhos, lhe correm pelas faces, sinceras lágrimas por si próprio», escreve José Magro nas suas cartas da prisão.

Em busca do plano de evasão

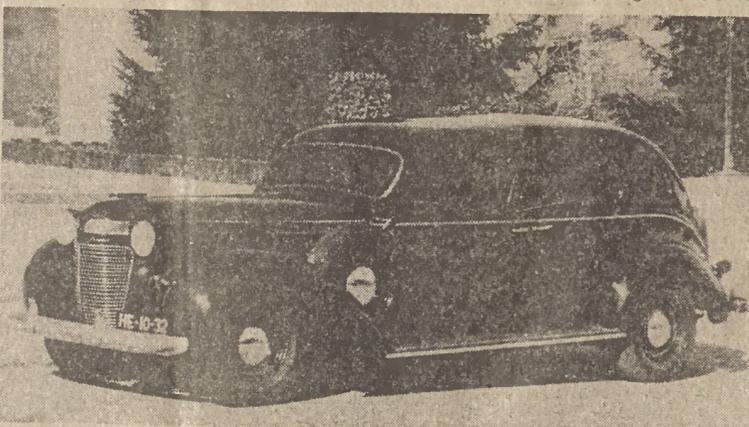
Antes que Tereso convencesse os guardas de que rachara, passaram-se três semanas e bem difíceis foram aquelas três semanas. Para melhor alimentar a farsa, Tereso escrevia à mulher, manifestando a vontade de passar para a sala de trabalhos (dos Rachados), lamentando a vida anterior, dizendo-lhe que a gente se mete em coisas da que depois vem a arrepende-se e que torce a orelha e já não pinga sangue...

Alguns camaradas tentavam levá-lo ao bom caminho. A todos eles, Tereso respondia com dureza de modo a desencorajar qualquer aproximação. Adensava-se o desprezo dos amigos que deixavam de falar ao Tereso.

—Estas coisas custavam-me muito e quem me valia era o Magro que me animava. A minha cama ficava mesmo em frente da porta da retrete e o Magro quando lá ia, com todas as cautelas, olhava para mim e levantava o punho em saudação para me dar coragem e firmeza.

—Somente eu e o Afonso Gregório sabiam da tarefa árdua que o Tereso desempenhava — diz-nos Magro. — Todos os outros camaradas, mesmo funcionários do Partido, ignoravam-na. Os contactos com o Tereso, en-

—Uma noite, de madrugada, senti baterem-me no ombro. Acordei e vi o Tereso junto da minha cama. Disse-lhe para se



O carro blindado que foi usado na fuga

pir para melhor nos revistarmos, etc., etc. E, no entanto, isto sucedeu constantemente em Caxias.

—Era curioso observar a ansiedade, a preocupação do Tereso por ir ser brevemente libertado. «Camaradas, temos de nos apressar senão eles libertam-me e eu não posso pôr-vos lá fora!» Entretanto, as lutas sucediam-se em Caxias. Tais como aquela — recorda Tereso — que se deu pela saúde da camarada Piedra Gomes, em que se chegou a fazer um levantamento de rancho; a luta para se conseguir a visita em comum pelo Natal e pelo Ano Novo em que os presos

camarada desesperava. Conta-nos ainda José Magro:

—Era curioso observar a ansiedade, a preocupação do Tereso por ir ser brevemente libertado. «Camaradas, temos de nos apressar senão eles libertam-me e eu não posso pôr-vos lá fora!» Entretanto, as lutas sucediam-se em Caxias. Tais como aquela — recorda Tereso — que se deu pela saúde da camarada Piedra Gomes, em que se chegou a fazer um levantamento de rancho; a luta para se conseguir a visita em comum pelo Natal e pelo Ano Novo em que os presos

camarada desesperava. Conta-nos ainda José Magro:

—Era curioso observar a ansiedade, a preocupação do Tereso por ir ser brevemente libertado. «Camaradas, temos de nos apressar senão eles libertam-me e eu não posso pôr-vos lá fora!» Entretanto, as lutas sucediam-se em Caxias. Tais como aquela — recorda Tereso — que se deu pela saúde da camarada Piedra Gomes, em que se chegou a fazer um levantamento de rancho; a luta para se conseguir a visita em comum pelo Natal e pelo Ano Novo em que os presos

—Um dia recebemos uma mensagem de alto interesse. A um canto da garagem encontrava-se um Chrysler especial, antigo carro blindado de Salazar, agora só utilizado em operações especiais. Fixámos nele toda a nossa atenção. O amigo pediu e

receia crescer quando o carro começou a deslizar suavemente.

—Segunda-feira — disse-me — é que vamos mesmo dar um passeio. Hoje, não, que não tenho tempo.

—Mas não há haver passeio, não! Porque a tal segunda-feira seria a segunda-feira da nossa luta.

Do grito «golo» desencadeia-se a fuga

Havia ainda que resolver sérios problemas: atestar o depósito aos «bochechos» e o processo de sabotagem dos outros carros. Este último aspecto foi resolvido em parte devido à promessa do passeio, justificação de que se serviu o camarada Tereso para fazer do terreno entre o forte e a barreira uma autêntica pista de treino de automobilismo. De resto, tudo foi cuidadosamente previsto. Ainda as cartas de prisão de José Magro:

—Todo o esquema estava montado até ao pormenor mais ínfimo do plano geral. Fora inclusive previsto um serviço de «sucorros» a feridos e do destino a dar-lhes. Um serviço de interceptação violenta, se chegassem a tentar fechar o portão metálico de percurso. As medidas a tomar na hipótese, pouco provável, de perseguição. E outras para diversas variantes.

No sábado anterior à fuga, um percalço ocorreria com o Tereso. No meio do nervosismo e do entusiasmo, piscou o olho a uma camarada presa. Esta sem compreender a oculta mensagem, levou a mal o gesto vindo de um rachado. E se não fora a protecção do guarda Dias a quem a camarada se queixou, o Tereso teria visto estragado o passeio...

Os riscos eram grandes mas as medidas tomadas não davam carácter de aventura à tentativa de evasão. José Pacheco, João Camilo e Júlio Fogaça que, por falta de lugar e por necessidade de apoio local, deveriam ficar, estavam encarregados de neutralizar os guardas se fosse caso disso. Tinha-se uma ideia acerca da resistência do portão a derrubar. O pedido de apoio ao Partido não teve oportunidade de funcionar devido à urgência, mas tinham sido distribuídas casas de amigos por quatro grupos de dois a fim de assegurar a dispersão. Minha hora era o tempo de recreio, espaço de tempo escasso para uma operação do género que decorreria no pátio interior.

Escreve José Magro:

Doze minutos de Caxias a um ponto de apoio

Nas cartas já antes enviadas da prisão, nas cartas escritas na última fase do seu longo cativeiro apenas interrompido com o 26 de Abril, José Magro narra, com emotividade, a fuga em movimento:

—As portas fecham-se com estrondo. Corram-se os vidros inquebráveis. E o pesado carro investe. O guarda do túnel, instintivamente, de olhos arregalados, afasta-se. E apenas atingido num pé. Ainda no chão, abre fogo. Está dado o alarme. Percorremos o túnel. Ultrapassamos a casa da guarda. Desembocamos na parada. Atráramos-nos como um bólide contra o portão verde da saída. Este voou em estilhaços. Após uma curva apertada, houve que percorrer, de baixo do fogo, toda a estrada de acesso. Tudo corre bem apesar de uma janela mal cerrada. As balas limitam-se a riscar a chapa e o vidro.

Já em plena auto-estrada, com um farol desfeito e um guarda-lamas a arrastar perigosamente pelo chão, não respondemos aos sinais dos automobilistas que passam.

—Há tabaco aí atrás! — informa o Tereso com voz arrastada. — E protesta contra os incentivos para aumentar a velocidade, já muito para além dos cem...

Em Lisboa entraram, discretamente, na Rua do Alvíto. Aí se separaram os grupos. Nove minutos depois, da saída de Caxias, José Magro e António Gervásio batiam à porta de gente amiga.

—Estamos, enfim, em segurança — escreve Magro. — O mesmo ocorre com os outros camaradas. Dois dias depois, recuperados pelo Partido, regressamos de vez à luta clandestina. Vencemos a dura e porosa batalha, sem perdarmos preguiçosos! Dormi essa noite bem, como uma criança pequena.

Nessa mesma noite, Aida, companheira de José Magro, na sua cela oscilava entre a esperança de uma fuga que a apanhara de surpresa e o pânico de um insucesso.

Nessa mesma noite, os camaradas, na prisão, olhavam com outros olhos a espessura das grades, o rosto feroz dos guardas. A vitória era compartilhada por todos. E as discussões acendiam-se. Alguns, carinhosamente, espiavam-se como o Tereso «lhes enfiava o barrete» ao passar-se por rachado. Outros, mais atentos, congratulavam-se por nunca se terem convencido com a tração do Tereso.

Nessa mesma noite de 15 de Dezembro, José Magro escrevia ao Tereso, saudando-o pela corajosa e difícil tarefa. Um mês mais tarde, no único encontro possível com o Tereso antes de ser novamente preso, José Magro recordaria o célebre juramento feito numa madrugada de Caxias. Mais tarde ainda, no cativeiro rompido em Abril, José Magro nas suas cartas fala deste Tereso, nosso camarada a quem devemos, em grande parte, a vitória da fuga de Caxias. Homens como um Tereso de 1961 honram um Partido! E um Partido que gera e cria homens como Tereso é um grande, indelétrico e glorioso Partido, que caminha irresistivelmente para a vitória!



António Alexandre Tereso

com muita zanga dos pides e dos carcereiros, num carro à prova de bala, um Chrysler e não um Mercedes, que se dizia ter sido oferecido pelo Hitler ao Salazar.

Pelo Partido, Tereso fez-se «rachado»

Na prisão, a vigilância repressiva era cientificamente organizada. Porém, em todos os sistemas montados pelo terror, os homens que persistiam, desvendaram frestas por onde respirava a sua ansia de liberdade. Neste caso, um erro do próprio aparelho de vigilância tornaria mais ampla essa fresta para o mundo exterior. Diz-nos José Magro:

—Nós já há muito tempo que vínhamos pedindo a ajuda de um camarada legal, como chamávamos na altura, porque, evidentemente que os carcereiros não engoliriam o facto de ser um de nós a rachar. Era necessário um camarada legal pronto a fazer esse papel. Era bastante difícil conseguirmos encontrá-lo enquanto estivessemos isolados mas os carcereiros, a certa altura, praticaram um erro crasso. Considerando que a nossa concentração era perigosa, dividiram-nos por toda a cadeia. Foi um grande erro. Porque, deste modo, permitiram que todas as ligações fossem asseguradas, que a assistência política na cadeia

qualidade de preso político, cortava com os camaradas, «vendia-se». E passava a ser um laço, um satélite do serviço repressivo. Em troca, vida mais fácil, boa comida e maior movimentação.

Esse o papel que Tereso teve de desempenhar durante meses. Arrostando com o desprezo dos amigos, foi obrigado a sorrir e «abajular» aqueles que odiava, os inimigos da classe trabalhadora a que pertencia, os instrumentos da tirania que sufocava o povo de que era filho.

—Custava-me — conta Tereso — porque era bem visto por todos os amigos e tinha de passar a ser aos seus olhos um tipo muito diferente. Depois, era preciso zangar-me, mas zangar-me a valer, andar mesmo à porrada. Fazia parte do plano.

Segundo indicações do José Magro, ao Tereso cabia escolher um pretexto, escolheu um amigo «para fazer zaragata e sair dali para a sala dos Rachados». A execução do plano iniciou-se no dia em que ao Tereso chegara a vez de ser cantineiro.

—Eu tinha fama de ser bom cantineiro mas naquela dia não fui. Já todos os camaradas se tinham levantado da mesa, menos o Matos e o Lenine que quiseram mais arroz. Dei-lhes mais arroz, mas já com arremesso e de má cara. Mãe o Matos não comeu

